

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS-LITERATURA BRASILEIRA,

TEORIA LITERÁRIA

ANTONIETA DE BARROS - MARIA DA ILHA

DISCURSO E CATEQUESE

JOSEFINA DA SILVA

FLORIANÓPOLIS

NOVEMBRO DE 1991

JOSEFINA DA SILVA

ANTONIETA DE BARROS - MARIA DA ILHA  
DISCURSO E CATEQUESE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNÁCULAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: LITERATURA BRASILEIRA/


TEORIA LITERÁRIA

ORIENTADOR: CELESTINO SACHET

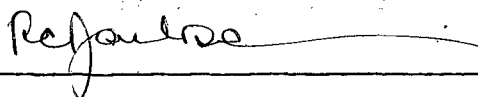
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

- NOVEMBRO DE 1991 -

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Letras - Literatura Brasileira - e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Letras - Literatura Brasileira/Teoria Literária



Prof. Dr. Celestino Sachet  
(Orientador)

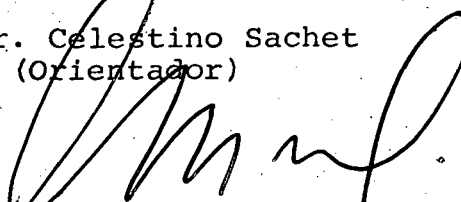


Profa. Dra. Rita de Cássia Barbosa  
(Coordenadora)

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Celestino Sachet  
(Orientador)



Prof. Dr. Luiz Antônio de Assis Brasil  
e Silva



Profa. Dra. Zahidé Lupinacci Muzart

Ao Osni e Mariane: Amor e Luz.

Companheiros fiéis nesta jornada.

## AGRADECIMENTOS

- à Universidade Federal de Santa Catarina;
- à CAPES;
- à Biblioteca Pública do Estado;
- aos professores do curso de Pós-Graduação;
- especial ao Prof. Celestino Sachet, pelas orientações sempre tão seguras, pela confiança e pela paciência;
- à Léa e à Terezinha;
- aos meus pais, Luiz e Jani;
- a Deus e a todos que contribuíram efetivamente para a realização deste trabalho;
- à Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis.

RESUMO

Este trabalho procura realizar uma leitura da obra **Farrapos de idéias**, de Antonieta de Barros/Maria da Ilha, tendo como ponto de apoio teórico a própria obra.

Para tanto, buscou-se, primeiramente, reunir o maior número possível de textos esparsos nos jornais para que eles pudessem corroborar a leitura depreendida da obra, sob pena de não se alcançá-la de outra forma, por inconsistente e inadequada.

Em seguida, passou-se à análise da obra em si, observando-a segundo os mais variados aspectos (estéticos, filosóficos, políticos, educacionais, etc.) que emergiam e se apresentavam no decorrer das múltiplas leituras.

Procedeu-se, então, à redação desta análise que procurou abordar os aspectos apresentados pela obra: teorias e práticas, distintas e integradas, de uma Escritora preocupada com a completa formação do ser humano. Esta análise foi distribuída em dois capítulos: **Catecismo e lição**, no qual se tenta abordar os aspectos teóricos da obra e, **catequese e exercício**, em que se procura demonstrar os modos pelos quais a Autora pratica as "teorias" detectadas. Ela pode ser assumida como uma introdução aos textos inéditos em livro que, por endossarem a presente leitura, estão em Apêndice.

## ABSTRACT

This study has set out to establish a reading of "Farrapos de idéias" (Scraps of Ideas) by Antonieta de Barros "Maria da Ilha" (Maria of the Island), using the work itself as its own theoretical support.

To this end, we sought, first of all, to bring together as many scattered texts from newspapers as possible, in order to corroborate the reading extracted from the book, which otherwise might seem inconsistent and inappropriate.

Then the analysis of the work itself was undertaken, observing its most varied facets (aesthetic, philisophic, political and educational, etc.) which came to light multiple readings.

Finally came the main part of the analysis, which aimed to approach, both separately and together, the theoretical and practical aspects of the book, whose author is concerned with the complete formation of the human being. This analysis was carried out in two chapters: "Catecismo e Lição" (Catechism and Lesson), which attempts to approach the theoretical aspects of the book and "Catequese e Exercício" (Oral Catechism and Exercise), which sets out to show the ways the author puts into practice the theories that have been detected. This analysis can serve as an introduction to the unedited texts in the book, which, as they endorse the present reading, are in the appendix.

SUMÁRIO

RESUMO .....	vi
ABSTRACT .....	vii
1. INTRODUÇÃO .....	1
Notas e referências bibliográficas .....	7
2. CAPÍTULO I - O CATECISMO E A LIÇÃO .....	14
1. Introdução .....	14
2. Lázaro e Anchieta .....	16
3. A Bíblia .....	21
4. Entidades Universais .....	24
5. Ingenieros .....	27
6. A Educação e a Fé a serviço da Utopia .....	29
7. A Mulher: a Palavra e o Exemplo .....	33
Notas e referências bibliográficas .....	39
3. CAPÍTULO II - A CATEQUESE E O EXERCÍCIO .....	47
1. Introdução .....	47
2. O Logos e o discurso .....	48
3. A ênfase .....	50
3.1. Deslocamentos na estrutura frasal .....	52
3.2. Duplicações verbais e nominais .....	55
3.3. Tríades verbais e nominais .....	57
3.4. A polienumeração .....	61
4. A comparação .....	62
5. A metáfora .....	65
6. A antítese .....	73
Notas e referências bibliográficas .....	76



4. CONCLUSÃO .....	79
5. BIBLIOGRAFIA .....	82
6. APÊNDICE .....	86
7. CRÔNICAS .....	89
8. DISCURSOS .....	268
9. OUTROS .....	298

## INTRODUÇÃO

O primeiro contato com Maria da Ilha<sup>1</sup> se deu através da leitura, em 1988, da 2ª edição de Farrapos de idéias, levada a público em 1971, pela irmã da Autora: Leonor de Barros. Na 2ª edição, havia o prefácio da 1ª e a data da sua primeira publicação: 1937. Nesta edição, a Autora fornece os motivos que a levam a publicar o livro e diz que ele é composto de crônicas que foram publicadas originariamente em República, um jornal catarinense que circulou entre 1926 e 1937. As últimas crônicas da 2ª edição, porém, apontavam para uma outra fonte — O Estado, jornal igualmente catarinense que ainda mantém-se em circulação — que não fora mencionada no prefácio da 1ª edição. Deparava-se com um problema de dupla informação a ser resolvido quando resgatada a 1ª edição do livro.

Cumprе salientar o conhecimento prévio dos riscos que envolveram e envolvem esta pesquisa pelo fato de se tratar de uma autora emergente e não consagrada, e de uma obra praticamente desconhecida pelos leitores e inteiramente desconhecida pela crítica. E os riscos aumentam na medida em que não há fon-

tes em que se possa buscar apoio, a não ser o próprio texto do autor. Com isso, as preocupações referentes à pesquisa não foram apenas de origem estética, mas preocupações de todos os níveis: semântico, filosófico, político, educacional, ou seja, preocupações com a "rede" do texto, só para lembrar uma imagem de Foucault<sup>2</sup> e que motivaram a busca da personalidade e do texto, certamente importantes e contribuintes para a formação da cultura catarinense.

Outra questão a ser colocada é a que envolve a delimitação do tempo da produção de um autor, no qual se procura buscar o 1º texto publicado. A margem da precisão fica comprometida quando não se pode ter acesso a algumas fontes ou não se pode checar informações de uma fonte por inexistência daquela que as comprova<sup>3</sup>. Partindo do presente da Escritora, aqui considerado como a data de sua morte — 1952 — a pesquisa recua, fazendo os devidos resgates dos textos, e encontra em 01 de agosto de 1929, no jornal *Folha Acadêmica*, aquele que pode ser o 1º texto publicado. Por uma questão de segurança na informação, a pesquisa foi até 1920, quando a Autora já estava no 2º ano da Escola Normal, porém nada mais foi encontrado.

A pesquisa teve início com a posse de poucos dados sobre a obra e Autora. A busca começou pelo primeiro indicativo da Autora: *República*<sup>4</sup>, com a finalidade de resgatar a "gênese", a data da publicação de cada crônica que compõe *Farrapos de idéias*<sup>5</sup>, que uma Edição Crítica estava eliminada por antecipação, uma vez a Autora dizia (no Prefácio) não tê-las modificado para a publicação no livro. Além da data, o jornal revelava uma série de crônicas esparsas<sup>6</sup>, publicadas não somente aos domingos e que abordavam de modo mais profundo alguns

dos temas veiculados nas crônicas do livro: a educação geral e a educação feminina, o papel da mulher na sociedade, a política, a moral, a solidariedade humana. Cada crônica foi fielmente gravada — já que não era possível a utilização do xerox, por norma da Biblioteca para materiais antigos — depois, transcrita manualmente, para só então ser datilografada pela primeira vez. Depois, voltamos à Biblioteca para cotejar com o texto do jornal. As crônicas que já faziam parte do livro não foram transcritas porque o objetivo deste trabalho não se preocupa com uma edição crítica, mas com uma leitura globalizadora da produção escrita de Antonieta de Barros, tendo como base para esta leitura a obra *Farrapos de idéias*.

Faltava ainda datar as últimas crônicas da 2ª edição as quais apontavam para *O Estado*. Neste ínterim, é localizada na Biblioteca Pública, a 1ª edição do livro, a qual, cotejada com 2ª, revelava que afora os ajustes feitos para que as crônicas acompanhassem a Reforma Ortográfica de 1943<sup>7</sup>, esta trazia, além dos textos da 1ª, mais alguns que estavam justamente neste jornal<sup>8</sup>.

A pesquisa em *O Estado*, seguiu a mesma metodologia aplicada ao *República*, ou seja, partiu-se de 1952 e chegou-se a 1920. Novamente, muitas crônicas foram encontradas, bem como os discursos posteriormente cotejados com o *Diário Oficial do Estado* que publicava grande parte dos trabalhos do Legislativo. Os textos — crônicas e discursos — não incluídos na 2ª edição, figuram igualmente no Apêndice desta leitura.

Resgatadas que foram as crônicas da 1ª e 2ª edição de *Farrapos de idéias* e, diante do grande número de crônicas esparsas e "relegadas" encontradas nos dois jornais, alvos pri-

meiros da pesquisa, partiu-se para uma pesquisa sistemática em todos os jornais catarinenses que circularam entre 1920 e 1952 e que a Biblioteca Pública do Estado mantém à disposição dos pesquisadores<sup>9</sup>. Procurou-se, com isso, resgatar o maior número possível de textos publicados esparsamente nos jornais. Estes textos, além de permitirem uma leitura mais aproximada da visão de mundo de Autora, estão, sob a denominação de "Crônicas" e "Discursos", alocados no Apêndice, em ordem cronológica de aparecimento nos jornais e permitindo novas leituras que por certo surgirão.

As transcrições que estão neste Apêndice procuram ser fiéis à redação da Autora, tanto quanto é possível e permitem os cuidados humanos. Faz-se, porém, alguns poucos ajustes às Reformas Ortográficas de 1943 e 1971, sobretudo no que se refere à acentuação gráfica, uma vez que, por escrito, a Autora se expressa com perfeição e elegância<sup>10</sup> e não se justificou, em nenhum momento, a manutenção das normas ortográficas, anteriores a 1943 e 1971, às quais os textos obedecem. A pontuação excessiva, porém, não foi alterada sob a pena de se estar interferindo profundamente no estilo da Escritora e, quanto aos erros de ortografia, duas posturas foram adotadas: quando flagrantemente tipográficos, procedeu-se ao ajuste sem qualquer menção ao "conserto"; quando suscitaram dúvidas, permaneceram como estavam, acompanhados, porém, de um sic. Percebe-se que neste tipo de pesquisa, às vezes, inevitavelmente, se resvala para aspectos de uma edição crítica, este, certamente, não é o objetivo deste estudo, mas acredita-se que uma edição crítica identifique ou justifique "pequenos problemas" de redação ou gráficos que alguns poucos textos apresentam, desde que os originais, certamente mantidos com que recolheu o es-

pólio, possam ser recuperados.

Resolvida a questão do resgate, para uma leitura abrangente do texto, busca-se abordar as crônicas publicadas na 1ª edição de *Farrapos de idéias*, com o objetivo de apreender uma visão de mundo da Autora manifestada no texto em análise dentro do contexto social da época. Não se pretende classificá-la, ou encaixá-la, dentro desta ou daquela teoria; antes, procurá-se realizar uma leitura pessoal apoiada nas relações que as palavras do texto "organizadas em rede" mantêm entre si. É o que fazemos nesta rápida análise de *Farrapos de idéias*: buscamos detectar fundamentos proclamados pelo texto e analisá-lo segundo os aspectos político-pedagógicos destes fundamentos que se manifestam na produção escrita disponível e que está relacionada ao longo da pesquisa.

Desta forma, nosso estudo detectou dois momentos no texto que foram denominados de: "catecismo e catequese" e "lição e exercício", pelos quais se pretende mostrar que o mundo corrompido presenciado e vivido pela Autora, encontra, na sua visão idealizada, a possibilidade de elevação através da formação educativa, quer do educador, através da sua formação pedagógica, religiosa, moral, filosófica, — (catecismo e lição) — quer do educando ou do homem que este educador pode, deve, é capaz de conduzir — (catequese e exercício). São eles os indicativos desta leitura cujo resultado integra os capítulos 1 e 2.

Com este estudo ou esta leitura pretendemos ter alcançado, pelo menos em parte, os objetivos que motivaram o nosso projeto de pesquisa: demonstrar que, no exercício diário com a palavra e através dela, o texto de Antonieta de Barros pode

anunciar uma consciência cultural, filosófica, social, pedagógica e política e com esta consciência ele aponta para transformações sociais dentro da sociedade de seu tempo; demonstrar que, através de seus textos, ela traça um perfil da mulher catarinense da sua época, ainda bastante subjugada e mantida encarcerada nos preconceitos masculinos e na sua própria vaidade feminina; demonstrar que a expressão artística é mais uma bandeira de luta, da qual mecanismos estéticos, lingüísticos e literários participam de um modo mais pessoal, à qual se aliam as já consagradas contra a opressão, o preconceito, o jugo e que por esta bandeira ela propõe uma nova forma de encarar o presente e fornece um meio de participação no futuro.

## Notas e Referências Bibliográficas

<sup>1</sup> Maria da Ilha é pseudônimo de Antonieta de Barros. Quem tentou fazer algumas notas biográficas sobre a Autora, por certo encontrou-se em dificuldades (ou dilema) por não poder ou não querer tocar em certos aspectos da sua origem, mas é possível que eles não sejam demasiado importantes para a compreensão da sua obra.

Leonor de Barros, em 1970, redige algumas notas sobre sua irmã e são estas notas que adaptamos aqui, acrescentando ou retificando-as segundo as informações colhidas nos jornais ou de com quem conversamos em julho de 91, - D. Olga Brasil e D. Aurora Piazza de Melo - sobre a Autora.

Antonieta de Barros nasceu a 11 de julho de 1901, em Florianópolis, no prédio nº 15 da Rua Arcipreste Paiva, esquina com a Rua Vidal Ramos, onde hoje se acha o Edifício Florianópolis.

Descendente de família pobre, humilde mesmo, órfã de pai, (O Estado, em 29 de março de 1952, diz que ela era filha do casal Rodolfo e Catarina de Barros); foi educada por sua mãe, Catarina de Barros, que lhe ensinou a ter força e coragem para vencer, pelo trabalho, com honestidade, os obstáculos ou as barreiras que o preconceito de cor ou de casta lhe pudessem criar.

Em 1906, aos cinco anos, alfabetizou-se na Escola Particular da Professora Maria Meira Lima; depois passou para a Escola Pública onde cursou todas as séries sob a direção da Professora Maria das Dores Rosa Conceição e Souza. Terminou o curso primário no Grupo Escolar Lauro Müller, onde fez o 4º ano.

Queria ser professora, mas as condições financeiras da sua mãe não eram favoráveis e por isso teve que aguardar a oportunidade que veio através de um amigo da família (segundo D. Aurora P. de Melo, este amigo foi Neréu Ramos que muito a ajudou porque já conhecia a família em Lages: D. Catarina veio de Lages para Florianópolis e lá deixou uma filha, branca, a quem chamavam de Maninha). Esta oportunidade apareceu em 1918, quando já ia completar dezessete anos e só então pôde matricular-se no 1º ano da Escola Normal.

Aberto o caminho, estudou, perseverou, perseguiu o ideal que a deslumbrava; foi estimada pelos colegas e amiga dos mestres. Em 8 de dezembro de 1921, formou-se com distinção e louvor; antes de formar-se, porém, já mantinha um curso que foi oficializado em maio de 1922, tomando-lhe o nome e que foi encerrado em 1964, doze anos após sua morte. Com este curso, seu nome, aos vinte anos, já era reconhecido e respeitado no meio escolar.

Projetou-se a Negrinha, assim era chamada no círculo familiar e no seio da comunidade, como professora justa e enérgica, competente e alegre, como jornalista, escritora, oradora e política, (e, sobretudo, bastante respeitada e reconhecida pelo apito que trazia ao peito e fazia trilar nos pátios escolares, quando desejava a manutenção da ordem, da disciplina e do silêncio para transmitir alguma comunicação. Segundo D. Olga Brasil, o uso do apito talvez seja influência da Irmã Benwarda sobre a Autora que também usava apito).



Colaborou, sob o pseudônimo de Maria da Ilha, em diversos jornais e revistas do Estado e além fronteiras, tendo fundado em 1926, o jornal *A Semana*, cuja impressão era feita na Escola de Artífices (A Biblioteca Pública mantém o jornal *A Semana* a partir de 1928, e somente em 4 de setembro de 1930, é que o mesmo dá notícia da colaboração de Antonieta de Barros em suas colunas: "Iniciá hoje, a sua colaboração em *A Semana*, a distinta educacionista senhorita Antonieta de Barros. Mentalidade brilhante que é um dos expoentes da feminilidade catarinense. Antonieta de Barros deliciará os nossos leitores com os louvores da sua louçania espiritual em magistras colaborações que darão fulgor às nossas colunas". A Escola de Artífices é hoje o prédio da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que abriga o Gabinete do Prefeito, entre outros departamentos da mesma, e situa-se à Rua Almirante Alvim).

Em 1931, por indicação do Prof. Barreiros Filho, lente da Escola Normal e seu professor, foi nomeada para substituí-lo, interinamente. Em 1934, foi nomeada lente substituto da cadeira de Português do Instituto Dias Velho. Neste mesmo ano, foi convidada pelo Partido Liberal Catarinense para integrar a chapa de deputados à Assembléia Legislativa do Estado. (O jornal *Correio do Estado* divulga, amplamente, sobretudo nos dias 08 e 11 de outubro de 1934, a participação de Antonieta nos comícios pró-eleição e chama a atenção para o destaque que ela dá à participação da Mulher Catarinense neste momento da vida catarinense. O mesmo jornal noticiou, a 10 de setembro de 1934, o falecimento de Catarina de Barros).

Fez parte da Assembléia Constituinte em 1935 e foi a primeira mulher, em Santa Catarina, que integrou, como deputado, o Congresso Legislativo. Motivos políticos (infelizmente não podemos precisar quais) ocorridos à época, conduziram-na, juntamente com os demais deputados eleitos, a um "asilo" no quartel do Exército do 14 B.C., no campo do Manejo, ou Praça General Osório, com o objetivo de garantir a eleição de Nereu Ramos ao Governo do Estado.

Entre 1936 e 1945, integrou o corpo docente do Colégio Coração de Jesus e regeu as cadeiras de Português e Psicologia.

Em 1937, publicou *Farrapos de idéias* cuja venda reverteu em benefício da construção do Preventório, (atual "Educandário Santa Catarina") que se destinou a abrigar os filhos dos leprosos da Colônia Santa Tereza. (O jornal *Dia e Noite* publica a seguinte notícia no dia 21 de junho de 1937: "Fato virgem em nossa história. Observou-se anteontem, na Assembléia Legislativa, um fato curioso, virgem na história de S. Catarina: aquela casa presidida por uma mulher. É que, ausentes os senhores Altamiro Guimarães e Rogério Vieira, assumiu a Presidência a Sra. Antonieta de Barros. O fato não pode passar em branca nuvem, pelo contrário. Merece ser estereotipado para que a posteridade o conheça e o julgue").

Em 1944, foi elevada a lente e convidada pelo Interventor Nereu Ramos para dirigir o Instituto de Educação Dias Velho (e ali permaneceu até 10 de janeiro de 1951, quando então se aposentou do cargo de professor. Era Governador, então, Aderval Ramos da Silva), cuja administração foi eficiente e modelar.

Voltou ao Congresso, como 2º suplente, em 1948 e elaborou importantes leis relativas ao Magistério. Aposentou em 1951 e neste mesmo ano passou a colaborar com as colunas de *O Estado*.

Faleceu em 28 de março de 1952, no Hospital de Caridade, (vítima de coma diabético, segundo D. Aura P. de Melo; a Autora apesar de ter irmãos próximos Leonor e Cristalino, deixou os objetos da sua casa para uma sobrinha, filha de "Maninha", a irmã lageana; a casa - sita à Rua Fernando Machado nº 32, onde hoje se ergue um provável Edifício-Garagem - ficou para Irmandade de Nosso Senhor dos Passos; a biblioteca foi doada à Biblioteca Pública, mas infelizmente não foi localizada). Seu enterro foi uma verdadeira consagração, e nele se revelam o respeito e a estima do povo (confira *O Estado* em 29, e 30 de março de 1952) pela professora modelo de dedicação e conduta. Seus restos mortais se acham no Cemitério S. Francisco de Assis, em Florianópolis, ao lado dos de sua mãe e de sua irmã que, em 1970, lançou a 2ª edição de *Farrapos de idéias*.

<sup>2</sup> Michel Foucault diz que "nenhum livro pode existir por si mesmo; está sempre numa relação de apoio e dependência em relação aos outros; é um ponto em uma rede; comporta um sistema de indicações que remetem - explicitamente ou não - a outros livros, ou a outros textos, ou a outras frases." ("Sobre a Arqueologia das Ciências". In: *Epistemologia e pensamento contemporâneo*. R.J., Vozes, 1971, p.9).

<sup>3</sup> Leonor de Barros fala, por exemplo, que Antonieta de Barros fundou, em 1926, o jornal *A Semana*. Infelizmente não pudemos encontrar o referido jornal e averiguar se ele contém ou não textos da Autora, já que em 1930, o mesmo dá conta da sua entrada nas suas colunas, como colaboradora, mas não menciona o fato de ter sido fundadora.

<sup>4</sup> Os textos deste jornal foram reproduzidos por fotocópia porque a Biblioteca da UFSC o mantém microfilmado, mas ele passou pelo mesmo processo de transcrição manual e mecanográfica visto que, pela fotocópia, a leitura ficava dificultada e porque, também, obedecia às normas ortográficas anteriores a 1943, as quais não se justificavam neste trabalho.

<sup>5</sup> No jornal *República*, encontra-se a seguinte cronologia para as crônicas da 1ª edição de *Farrapos de idéias*:

<i>República</i>	1ª edição (1937)
11/dez/1936	p.13 - 6 (1)
14/maio/1933	p.17 - 9 (2)
15/nov/1931	p.21. (1)
03/jul/1932	p.23 - 5 (1)
07/ago/1932	p.27 - 9 (1)
20/dez/1931	p.31 - 2 (1)
26/mar/1933	p.33 - 4 (1)
01/out/1933	p.35 - 7 (1)
23/out/1932	p.39 - 40 (1)
14/fev/1932	p.41 - 3 (1)
20/mar/1932	p.45 - 6
24/jan/1932	p.47 - 50 (1)
24/abr/1932	p.51 - 2 (1)
25/set/1932	p.53 - 5 (1)
28/ago/1932	p.57 - 8 (2)

p. 6

18/dez/1932	p.59 - 61 (2)
12/fev/1933	p.63 - 7 (2)
06/maio/1934	p.69 - 72 (2)
01/jul/1934	p.73 - 5
01/maio/1934	p.77 - 9 (1)
03/jun/1934	p.81 - 3 (1)
29/jul/1934	p.85 - 8 (1)
02/set/1934	p.89 - 91 (1)
14/jun/1936	p.93 - 6 (2)
06/ago/1933	p.97 - 9 (1)
24/jun/1934	p.101 - 03 (1)
20/nov/1932	p.105 - 07 (2)
17/set/1933	p.109 - 11 (1)
01/maio/1932	p.113 - 14 (1)
15/jan/1933	p.115 - 17 (1)
02/out/1932	p.119 - 20 (2)
19/fev/1933	p.121 - 22 (1)
21/ago/1932	p.123 - 25 (1)
24/jul/1932	p.127 - 28 (1)
16/abr/1933	p.129 - 32 (1)
24/dez/1933	p.133 - 36 (1)
26/fev/1933	p.137 - 39 (1)
18/set/1932	p.141 - 43 (1)
25/dez/1932	p.145 - 47 (2)
01/jan/1933	p.149 - 50
27/mar/1932	p.151 - 53 (2)
29/out/1933	p.155 - 58 (1)
13/ago/1933	p.159 - 161 (1)
24/set/1933	p.163 - 65 (2)
28/fev/1932	p.167 - 169 (1)
29/jan/1933	p.171 - 72 (1)
12/mar/1933	p.173 - 75 (2)
28/maio/1933	p.177 - 79 (1)
01/jan/1932	p.181 - 82 (1*)
26/jun/1932	p.183 - 184 (1)
03/jan/1932	p.185 - 87 (1)
?	p.189 - 98 (1)

As crônicas em República recebem a denominação comum de "Farrapos de idéias"; na 1ª edição elas aparecem de duas formas: (1) - Com título(s) ou uma espécie de epígrafe cujas palavras são da Autora e estão no próprio texto; (2) - Com epígrafes de textos diversos - Bíblia, Ingenieros, etc., que, às vezes, aparece na República e, às vezes, não, como é o caso da p.105 que tem uma epígrafe de Ingenieros, mas que não aparece no jornal. (1\*) - Este texto se encontra em A Semana de 02/01/1931, com o título "Reflexões" e sem o 1º parágrafo (confira Apêndice, texto 8).

<sup>6</sup> Todas as crônicas esparsas, não compiladas estão em Apêndice numeradas, por ordem cronológica de aparecimento nos jornais.

<sup>7</sup> A Reforma Ortográfica de 1971, foi publicada em dezembro, enquanto a 2ª edição de Farrapos de idéias saiu no mesmo ano, mas em outubro.

<sup>8</sup> Há um texto da 2ª edição, bastante modificado em sua estrutura quando comparado com o jornal fonte.

No jornal:

"Quebrando o silêncio costumeiro em que, apenas anoitece, se agasalha a rua onde moro, vozes alegres de garotos lembram-nos a véspera de S. João, o santo das fogueiras, o santo dos balões, fonte emotiva para a alma cândida das crianças.

E os garotos, dedos espetados no ar frio, não cansam de anunciar, riscando, com traços invisíveis, a caminhada luminosa: Olha o balão! Olha o balão!

Obedientes, insensivelmente obedientes, muitos olhos se prendem magnetizados, à luz erradia que vai rodando, dançando a ciranda singular dos balões, numa fuga decisiva da terra, em ousada busca dos céus.

Os balões. O destino descolorido dos balões: subir para cair.

A princípio, vazios, magros, inexpressivos.

Depois, é interessante ver como, aos poucos, pelo engenho humano, se enchem de nada, como estufam, como crescem, e se avolumam e se agigantam. Parecendo ter vida, como já se impacientam nas mãos que os criaram e, ainda, os prendem.

É o anseio de fuga, de libertação, para cumprimento do seu inglório destino.

Mais um impulso; e ei-los, soltos no espaço, a subir e a viver a vida de estrelas singulares.

Oscilantes, indecisos, lá vão eles, subindo, e subindo.

Aos poucos, a sua forma vai desaparecendo, no fundo escuro da noite. Agora, já são, apenas, pontos luminosos, tanto mais distantes, mais fracos e diminutos.

De súbito, a noite absorve-os. Já não os distinguimos.

É o ponto máximo da trajetória ascendente, e o início do fim inevitável.

Há estrelas no céu. Mas as estrelas são do céu. Onde está o balão? Qual das luzes é a sua?

Alguns dos observadores mais ilusos, enganando-se - tamanho poder tem o sonho - ainda dizem vê-los dentro do azul constelado.

A maioria, no entanto, desencantada e vencida, abandona o entusiasmo da observação, esperando que os céus devolvam os intrusos.

Boiando no azul, ao sabor dos ventos, sem rota determinada, bamboleante, inseguro, cheio de nada, o balão é a própria incompetência, a própria fatuidade em marcha.

Se a alegria brinca nos olhos dos que, alçando-o, lhe emprestaram vida, há, em torno, a expectativa, que é certeza, da queda que virá.

E, porque lhe falta a segurança da direção própria; porque nada da vida fictícia que lhe dá momentâneo esplendor, lhe é próprio, cedo, o balão despencar-se-á, numa palpável manifestação de derrota.

O destino descolorido dos balões: subir, para morrer.

E morrer, numa queda sem glória, ficando aos pedaços, nas pontas dos telhados, nas irregularidades pontiagudas dos caminhos, ou perdendo-se, anônimos, longe, ou queimando-se, na mesma luz que lhes deu, pelo sortilégio poderoso da distância, o encanto de estrela....

Projetados para o alto, na cristalização de um sonho fugaz, os balões são, sempre naufragos, sem salvação possível, porque não podem fugir à fatalidade que preside aos destinos dos que não regem os próprios caminhos; porque a força que os impulsionou para o azul, não vem da sua própria essência;

porque o céu é das estrelas, cuja fixidez lhes garante a bem-aventurança da perpetuidade de um radioso destino de luz...

Os balões, a vida, os homens..." (Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 24 de junho de 1951).

Na 2ª edição (1971):

"Na rua, quebrando o silêncio costumeiro em que, apenas anoitece, se agasalha a rua onde moro, vozes alegres de garotos lembram-nos a véspera de S. João, o santo das fogueiras, o santo dos balões que enchem de emoção a alma cândida das crianças.

E os garotos, dedos espetados no ar frio, não cansam de anunciar, indicando a trajetória luminosa: Olha o balão! Olha o balão!

Obedientes, insensivelmente obedientes muitos olhos se prendem, magnetizados, à luz erradia que vai rodando, dançando a ciranda singular dos balões, numa fuga decisiva da terra, em ousada busca dos céus!

Os balões... O destino descolorido dos balões: subir, para cair.

A princípio, vazios, magros, inexpressivos.

Depois, é interessante ver como, aos poucos, se enchem de nada, como estufam, como crescem e se avolumam e se agigantam. E, parecendo ter vida, como se impacientam, nas mãos que os criaram e ainda os prendem.

É o anseio de fuga, de libertação, para cumprimento do seu inglório destino.

Mais um impulso final e ei-los, soltos no espaço, bamboleantes, a subir e a viver a vida de estrelas singulares.

Daí, meus senhores, o esplendor indizível que a ação de educar possui.

Oscilantes, indecisos, lá vão eles, subindo e correndo. Aos poucos, a sua forma vai desaparecendo no fundo escuro da noite. Agora, já são apenas, pontos luminosos, tanto mais distantes, mais fracos e diminutos.

Uns instantes mais, a noite absorve-os, e já não os distinguimos.

É o ponto máximo da trajetória ascendente, e o início do fim inevitável.

Há estrelas no céu. Mas as estrelas são do céu. Onde está o balão? Qual das luzes é a sua?

Alguns, mais ilusos, enganando-se - tamanho poder tem o sonho - ainda dizem distingui-los, dentro do azul constelado. A maioria, no entanto, desencantada e vencida; abandona o entusiasmo da observação, esperando a obediência indesviável à poderosa lei da Gravidade.

Boiando no azul, ao sabor dos ventos, sem rota determinada, bamboleante, inseguro, cheio de nada, o balão é a própria incompetência em marcha.

Se há alegria nos olhos dos que, alçando-o, lhe emprestaram vida, há, também, temor pela certeza da queda que virá.

E, porque lhe falta a segurança da direção própria, no caminho; porque nada da vida fictícia que lhe dá momentâneo esplendor, lhe é próprio, ele cedo, se despenará, numa palpável manifestação de derrota.

O destino dos balões é subir, para morrer. E morrer, numa queda sem glória, ficando aos pedaços nas irregularidades acúdas dos caminhos, ou perdendo-se, nos longes, anônimos, ou

queimando-se, na mesma luz que lhes deu, pelo sortilégio da distância, o encanto de estrela...

Projetados para o alto, na cristalização de um sonho fugaz, os balões são, sempre, náufragos sem salvação, porque não podem fugir à fatalidade que preside aos destinos dos que regem os próprios caminhos; porque a força que os impulsionou para o azul, não vem da sua própria essência; porque o céu é das estrelas, cuja fixidez lhes garante a bem-aventurança da perpetuidade de um seu radioso destino de luz...

Os balões, a vida, os homens...

À Ivone, carinhosamente, a

Antonieta

951/6/21" (Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 24 de junho de 1951).

<sup>9</sup> Alguns jornais catarinenses que circularam entre 1920 e 1953, não puderam ser pesquisados em virtude de estarem na restauração ou aguardando restauração e até o término da pesquisa, não foi possível ver *Diário da Tarde*, *A Gazeta* e alguns números de *A Pátria*. Por grande insistência e, talvez pela relação de simpatia que o bibliotecário guarda em relação ao pesquisador, é que conseguimos ler o jornal *A Pátria* de 1931, já que estava embalado, aguardando a restauração, e dele extrair uma crônica - "O Espírito de José Maria" - de que fala a Sociedade Recreativa Carnavalesca Acadêmicos do Samba em uma pesquisa feita sobre a vida de Antonieta de Barros para a composição de letra e música para o carnaval de 1987.

Desejamos agradecer à Biblioteca Pública do Estado, em especial às bibliotecárias do Setor de S. Catarina: Valéria, Rita...

<sup>10</sup> Pessoas do seu convívio, D. Olga Brasil e D. Aurora Piazza de Melo, entrevistadas em julho de 1991, asseguram que "Negrinha" expressava-se, oralmente, com grande elegância, chegando a servir como estímulo ou modelo para as suas alunas. As entrevistadas, que também foram suas alunas, não escondem, sobretudo a primeira, que sua facilidade de comunicação é influência direta de Antonieta de Barros.

## CAPÍTULO I

### O CATECISMO E A LIÇÃO

"Quando todos os professores forem mais que instrutores: os Evangelizadores da Cruzada do Bem e do Amor Universal, os alunos se compenetrarão de que as escolas não são fábricas de diplomandos, mas centro de cultura edificante, onde a sabedoria experiente dos mais velhos desdobra - ante os olhos curiosos, mas titubeantes pelo efeito da luz, dos mais moços - os grandes panoramas da ciência da vida e para a vida. E, então, abençoando a Fé com que aqueles trabalham, concretizarão as Esperanças dos seus altos sonhos" (FI, 1937:107).

#### 1. Introdução

Uma primeira leitura da obra Farrapos de idéias, de Maria da Ilha<sup>1</sup>, deixa-nos impressões indefinidas, por vezes, confusas. A começar pelo título da obra, ficamos por algum tempo, tomada pela impressão de que lidamos com idéias soltas ou pouco desenvolvidas. Tal impressão tem reforço ao término da leitura que nos descortina uma reunião de textos que têm como elo de ligação a duplicação ou repetição de um texto em outro

texto. Perpassa ainda, a idéia de textos "desarticulados" entre si e que a seleção daqueles que compõem a obra parece ter sido feita ao acaso, sem uma preocupação maior que a de agrupar algumas "crônicas" — conforme denominação da Autora no Prefácio<sup>2</sup> —, num livro cuja venda revertesse em benefício da construção do Preventório<sup>3</sup>.

Esta casualidade e a respectiva "desconexão" resultam aparentes quando se procede a uma leitura de quase toda a produção escrita de Antonieta de Barros<sup>4</sup>. Aliás, é necessária uma visão do conjunto para que uma avaliação coerente e pertinente do pensamento da Autora possa ser feita.

Com efeito, segundo Antônio Cândido<sup>5</sup>, o escritor é alguém que, numa determinada sociedade, é capaz de veicular, através da sua obra, as suas aspirações individuais mais profundas, e, ao mesmo tempo, desempenhar um papel social pela consonância que a obra guarda com o meio. Ao conteúdo da obra, concorrem valores e ideologias profundamente enraizados no escritor os quais determinam a sua posição e influem nos seus temas.

Encontramos, desta forma, um tema, uma grande preocupação social unificando as crônicas agrupadas no livro que Antonieta de Barros editou sob o pseudônimo de Maria da Ilha: formar o ser humano completo, equilibrado moral e socialmente, por meio de uma educação capaz de permitir-lhe o acesso não só à Instrução, mas a todos os aspectos do conhecimento.

"Sem cultura, não se consegue a independência moral, apanágio de todos os que são genuinamente livres, senhores da sua consciência, conhecedores do seu valor, integralizados na sua individualidade" (FI, 1937:17).



"Às criaturas não basta a instrução do saber ler e escrever" (FI, 1937:93).

"Todos nós temos o dever e o direito do trabalho, mas temos, também, necessidade de cultura" (FI, 1937:90).

As impressões primeiras se desfazem quando retornamos ao livro e captamos as profundas significações que o trabalho, a necessidade do pão, tanto corporal quanto espiritual, e a cultura têm para Antonieta de Barros: juntos, trabalho, alimento e educação resgatam inteiramente o homem. Tendo como base estes três elementos, a Autora expõe, através de Farrapos de idéias, o "projeto" que é capaz de elevar social e moralmente o homem: somente o trabalho coletivo, a educação veiculada não só com o intuito de alfabetizar, a fé nas transformações que o trabalho educativo pode gerar é que podem modificar a Humanidade. Sem o esforço coletivo qualquer desejo de mudança é mera Utopia.

## 2. Lázaro e Anchieta

As crônicas de abertura e fechamento de Farrapos de idéias se estruturam em planos de significações concretas e simbólicas que orientam para o esclarecimento das propostas e orientações da Escritora nas demais crônicas.

A crônica de abertura, apresenta um segmento concreto da sociedade catarinense, perdido, destruído, apodrecido pela "doença de Lázaro". Esta imagem de caos real, físico representada pelos leprosos de Santa Catarina serve de "gancho" para que a Autora possa, simbolicamente, apresentar a imagem, igualmente caótica, do lázaro social, configurado no Homem,

moralmente adoecido. A configuração do Caos-Entidade de um mundo Ideal — projetado, segundo a sua concepção, para o mundo real, personificado ou corporificado em situações concretas e sensíveis; serve aos propósitos da Autora que procura demonstrar, ao longo de Farrapos de idéias, que a configuração, a personificação ou a transplantação do Bem — igualmente Entidade do mundo Ideal — e suas variáveis, ao mundo concreto, é possível, necessário e urgente.

Com a primeira crônica, ao propor o resgate do "filho do lázaro catarinense"<sup>6</sup>, a Autora também propõe o resgate da Humanidade corrompida moralmente; ao mesmo tempo em que faz referência a Lázaro, o amigo de Cristo, retoma a imagem da Queda e da Salvação possível, proclamada pela cena bíblica.

"Nesta Cruzada de Amor, homens e mulheres comungam do mesmo sentimento e norteiam o seu esforço, para a mesma finalidade: — proteger o filho do lázaro (...) Conta-nos a Bíblia que Cristo disse ao leproso: "Sê limpo". E ele o foi. (...) E, se ao irmão leproso, não nos for possível dizer: "Sê limpo", digamos ao que o mal ainda não contaminou: "conserva-te limpo!"  
E ele se conservará.  
E para dizê-lo, a nossa condição de humanos exige a Fé (...). A nossa palavra tem de ser de pedra e cal, realizada no Preventório" (FI, 1937:15-6).

A Redenção do Lázaro bíblico foi possível graças ao desejo divino e ao poder de instauração que a palavra divina comporta. A Ressurreição do lázaro catarinense (carnal) e do lázaro humano (social) também passa pelo desejo humano coletivo e pelo poder de realizar concretamente, com pedra, cal, ação, trabalho, visto que a palavra em mãos humanas é improfícua e estéril se não concorrem, à sua instauração, as ações os gestos e os exemplos.

Com ações e com exemplos, para a Escritora, é que é possível a personificação ou a corporificação do que a palavra no mundo das Idéias, ou das Entidades Universais representa. Assim como a palavra instaurou a luz, princípio da ordem, gerência do cosmos sobre o caos, o Preventório instaura o princípio da saúde e da alegria do disfarçadamente marginalizado filho do lázaro e o livro, *Farrapos de idéias*, principia, pela palavra posta em ação e servindo de exemplo, a realização da obra, no que tange à cota de participação individual da Autora para a realização, que só é possível, se for coletiva.

"Elas (as crônicas) ressurgem como eram, para a tentativa de auxílio aos pequeninos filhos dos leprosos (...) Livro do coração catarinense (...) entrego-o (...) em benefício do Preventório" (FI, 1937:9).

Enquanto a venda do livro reverte em pedra e cal para a construção do Preventório que resgata o filho carnal de Lázaro, cada palavra procura resgatar o filho moral ou o próprio lázaro social também em trevas, sobretudo, nas trevas da ignorância e do analfabetismo. É possível estabelecer uma analogia entre Preventório e Escola. Ambos efetuam o resgate; ambos precisam de realizações conjuntas; o primeiro resgata fisicamente; a segunda, moral e socialmente.

Ao longo das crônicas, Antonieta de Barros, vai denunciado as moléstias morais que vitimam a Humanidade: — a falta de cultura, a guerra, o ódio generalizado, as injustiças sociais, a falta de fraternidade —, mas anuncia, ao mesmo tempo, a possibilidade de cura que a palavra instaurada com Fé pode iniciar.

Por meio de uma Educação integral, cujo instrumento de ação é a palavra, a Autora tem a certeza da evolução moral e

social da Humanidade. É por isso que toma como exemplo com-  
probatório de sua tese — sua filosofia de vida é pautada pe-  
las ações e pelos exemplos — a figura de José de Anchieta,  
personagem da História do Brasil e que foi o primeiro a tra-  
zer para a pátria brasileira a lição, a "boa nova" represen-  
tada pela ressurreição de Lázaro, "boa nova" esta, através  
da Palavra.

Anchieta, na visão da Autora, constitui-se num forte exem-  
plo de ação e de vivência na Palavra e com a palavra. A força  
que ela destina à sua figura, nesta crônica, é equivalente e  
comparável à força da imagem de Lázaro, enquanto visão de  
Caos, proporcionada pela primeira crônica. Para ela, é como  
se Anchieta corporificasse toda essência do indefinível Bem:

"É por amor dos homens que ele prega a doçura da  
religião de Cristo à sensibilidade petrificada do  
gentio; é por amor dos homens que transforma, in-  
sensivelmente, numa esteira de luz, todo o seu  
caminho, fundando escolas por onde passava; é por  
amor dos homens que o santo passou a vida a re-  
zar, tendo entre as mãos, a hóstia ou o livro..."  
(FI, 1937:191).

À configuração e conseqüentemente desmitificação do Mal  
em situações concretas no mundo real, corresponde à corpori-  
ficação do Bem, nas mesmas situações. Isto leva o homem a  
crer (ter Fé é essencial) na possibilidade de alcançar, ou pe-  
lo menos tentar alcançar, a essência contida na Idéia de que  
a Educação, por exemplo, é princípio do Bem e conduz à liber-  
tação da alma, ou melhor, da consciência aprisionada à falta  
dela.

A função simbólica de Lázaro, na primeira crônica, é en-  
contrada também em Anchieta que concretamente, se na sua fun-  
ção primeira e real, é o catequisador de índios, simbólica-

mente, é o professor, o sacerdote do Bem exercendo a sua função social e moral dentro da Pátria

"Diz Ingenieros que as pátrias bárbaras foram feitas por soldados e por eles batizada com sangue; e que as pátrias morais serão feitas, sem mais armas que o abecedário. Esta foi a arma de Anchieta e ele, é, pois, o arquiteto e o primeiro operário da nossa pátria moral" (FI, 1937:195-6).

Anchieta não se constitui num exemplo puro e simples de ação e vivência na palavra, mas numa lição de ação e vivência na Palavra levada com Fé, com aquela Fé imprescindível a todo e qualquer empreendimento. Ele é a própria imagem da Fé redobrada, pois age com Fé na condução do gentio ao caminho do Senhor e tem Fé na Pátria que se ergue no Novo Mundo. Dessa forma, Anchieta é modelo para o jovem professor que se inicia na missão apostolar de conduzir moralmente, os destinos da Pátria, através da Educação.

É possível detectar, nessa crônica, que Antonieta de Barros estabelece, sutilmente, um paralelo entre Anchieta e o jovem professor — ou idealista. Se a este ela diz

"não se entra para a luta, trazendo somente um amontoado desordenado de sonhos e o desejo de realizá-los (...). Para tanto, porém, se necessita de arma.

Toda ação requer instrumento. E o instrumento máximo da vida é a instrução" (FI, 1937:155),

daquele, ela afirma, categoricamente, que o abecedário foi a sua arma. Nesta analogia que estabelece as diferenças, brota, clara, a idéia de ser Anchieta o modelo a ser seguido, pois até a sua Fé é mais distinta e elevada que a do idealista comum. Se este trabalha com

"a grandeza ilimitada da sua Fé construtiva" (FI, 1937:25),

Anchieta tem refletida nos seus atos, gestos e palavras

"a firmeza de sua Fé construtora" (FI, 1937:193).

As duas passagens, ligando "fé" e "construção", aparecem diferenciadas: no idealista, a fé é "construtiva", termo entendido com o sentido de "que serve para construir ou de que visa a renovar, corrigir, melhorar ou aperfeiçoar"; em Anchieta, é "construtora", ou seja, "que constrói"<sup>7</sup>.

Por estas e outras particularidades, na crônica de encerramento de *Farrapos de idéias*<sup>8</sup>, vemos a condensação ou o agrupamento dos passos evolutivos do pensamento da Autora: quer as orientações que ela segue, quer as que entrega aos que desejam seguir na carreira de educador. E os que assim desejam, devem sempre fazê-lo buscando o Bem, a Perfeição, a Justiça; os ensinamentos da Bíblia, enfim.

### 3. A Bíblia

Educada na "doçura suave d'Aquele que fez da sua trajetória, uma Via-Látea de Amor..." (FI, 1937:15), Antonieta de Barros, na luta pela conversão das consciências à luz, faz, muitas vezes, suas, as palavras de Cristo. Sem considerar a contaminação clara do seu estilo pelo estilo das parábolas e dos ensinamentos bíblicos:

"Porque, em verdade, na maioria dos casos, o desconhecimento das imperfeições pessoais não deixa que o próximo nos devore" (FI, 1937:71) 9

a Escritora faz dezenas de citações claras<sup>10</sup> da Bíblia, algumas das quais repetidas várias vezes.

As citações, de modo geral,

a) assumem a generalização do "cristo disse"<sup>11</sup>:

"conta-nos a Bíblia que Cristo disse ao leproso:  
"Sê limpo". E ele o foi" (FI, 1937:15);

b) trazem a fonte completa de onde foram extraídas, livro ou Evangelho, capítulo e versículo<sup>12</sup>:

"E, porque, como o soltar as águas é o princípio da contenda (Provérbios 17,15)" (FI, 1937:58);

c) remetem ao livro ou Evangelho de forma incompleta<sup>13</sup>:

"E, porque, segundo Salomão, o espírito 'abatido' seca os ossos', desertam da vida" (FI, 1937:142);

d) transformam-se em provérbio que, apesar de, às vezes, virem enfatizados graficamente pelo grifo ou pelas aspas (""), não trazem qualquer referência bíblica.

"E o provérbio: - "chega-te à boa árvore, que boa sombra terá" - é posto em prática" (FI, 1937:33)

"Cada ser se crê (...) revestido de 'ver o argueiro no olho do vizinho, sem conhecer e sentir a trave existente no seu'" (FI, 1937:45).

Entre o Gênesis — a origem — e o Evangelho de João — o amado de Cristo — isto é, entre o desejo divino de criar e o amor pela criação completa e perfeita, Antonieta de Barros constrói seu discurso imitando o modelo divino: idealiza pela palavra e age construindo por ela (já que sua palavra não tem o poder de instaurar), uma Humanidade melhor; ilumina a Huma-

nidade idealizada através da educação conduzida com Fé, sabedoria e amor e tenta por ela promover a integração humana consigo mesma e com o mundo.

Adotando, adaptando ou transformando os ensinamentos bíblicos, a Escritora vai, ao mesmo tempo, alicerçando uma vertente do seu pensamento e dando o alicerce para o novo homem que se renovará sobre bases cristãs.

A quantidade de citações e a insistência em algumas delas, parece demonstrar um desejo da Escritora em estabelecer comparações entre a ação de Cristo e a sua; entre a sociedade que recebeu Cristo e a que ela vive, moralmente, sociedades decaídas; entre a "boa nova" (= Evangelho) levada para a conversão e a "boa palavra", denominada "boa nova", pelo caráter de resgate ou conversão que a Educação, na visão da Escritora, deve ter. Pela intersociabilidade, ela cria uma relação de simpatia ao Cristo Passado-Presente e se apresenta como um agente de transformação que tem instrumentos para reverter o estado caótico do Presente.

Por outro lado, flagra-se a coerência entre a prática e o discurso de quem se quer modelo de ação e de vivência com a palavra. A Escritora pauta-se por exemplos de ação e vivência na palavra quando cita os ensinamentos bíblicos, quando fala de Anchieta, quando busca a essência das Idéias que existem num mundo ideal e que formam as chamadas Entidades Universais. Juntos, tudo forma o Catecismo<sup>14</sup> que justifica os seus atos e dá credibilidade ao modelo, à Lição em que a Autora gostaria de se ver transformada.



#### 4. Entidades Universais

A crença na existência de Entidades Universais, enquanto Essência-Ideal a ser atingida, buscada, corporificada ou imitada, parece ser um outro caminho ou orientação seguidos por Antonieta de Barros para a concretização do seu Sacerdócio<sup>15</sup>. Caracterizadas como Valor ou Dever a ser incorporado e assumido pelo homem atuante na sociedade, também entre elas existe o anti-Valor e ambos Valor (Bem) e anti-Valor (Mal) podem configurar-se concretamente, embora não percam sua condição essencial. A essência do que cada Entidade (ou Idéia) contém é inatingível por meio de palavras, por isso a Fé é elemento vital na busca do Bem que pode ser convertido em Preventório, ou em uma Educação completa e integral para todo indivíduo.

"É preciso saber encher a vida do colorido do Bem" (FI, 1937:13).

Percebemos que a Autora vê o Bem e o Mal como forças em oposição, necessárias para garantir o equilíbrio da Humanidade.

"Que é a vida mais do que uma enorme fogueira de ambições, ao redor da qual, os homens, de cócoras, num equilíbrio instável, acotovelando-se, numa ânsia incontida e manifesta, procuram apoderar-se do maior quinhão? (...) É a fogueira em que os homens se destroem, que dá à vida, o colorido atraente da beleza e da vitalidade" (FI, 1937:101-103).

Mas, neste momento, ela diz que o Mal domina quase que por inteiro a Humanidade e isto gera desequilíbrio e instabilidade. Diante dessa instabilidade geral, Antonieta de Barros, procura agir no sentido de desmitificar<sup>16</sup>, ou corporificar no plano

concreto, algumas Entidades Universais, como por exemplo, o Egoísmo (variante do Mal) e as conseqüências dele resultantes, sobretudo as que levam a Humanidade a um estado progressivo de degeneração e caos.

O processo começa com a denúncia:

"Todos os atos do homem têm o mesmo norte e mesma causa: o Egoísmo" (FI, 1937:33).

"onde Noé, o novo Noé, encontrará, na Humanidade corrompida pelo Egoísmo, vencida pela Astúcia, esmagada pela Inveja, dominada por uma civilização caricata e ridícula, onde encontrará ele os predestinados para a grande renovação?" (FI, 1937:55).

"Que é a civilização mundial diante do caos em que se debate a Humanidade?" (FI, 1937:58).

"A Humanidade não cogita, não pesquisa, não conhece as alamedas interiores" (FI, 1937:124).

Denunciando o estado de trevas em que vive a Humanidade a Escritora vai desvendando todas as possibilidades concretas em que o Egoísmo se manifesta. O caos não existe apenas em essência, mas concretamente se corporifica na própria ignorância do homem a respeito de si mesmo, dos outros e das coisas do mundo.

"Todo humano, dentro do seu orgulho infantil, por assim dizer, julga-se um poço de perfeição, tão somente, porque se desconhece.

O infinito Mal, encontrado às mancheias, vida em fora — Ódio, Egoísmo, Inveja, Impiedade e Cia., — são frutos da ignorância de cada ser, a respeito de si mesmo" (FI, 1937:70-1).

Dando uma face concreta ao Egoísmo, a Escritora propicia o reconhecimento, embora aproximado, do Mal. O reconhecimento é o primeiro passo dado em direção ao equilíbrio, ao cosmo, à luz. Da denúncia, ela passa ao anúncio:

"Todo bem possível, dentro desta trajetória difícil, deve partir do indivíduo, para que seja firme e durador.

Quando os homens souberem limitar a sua liberdade (...) teremos, então, uma Humanidade melhor, com uma civilização mais elevada e duradoura" (FI, 1937:83).

"A Humanidade só encontrará o equilíbrio moral, quando se realizar a integralização do homem na sua individualidade" (FI, 1937:105).

"E o norte da Humanidade deve ser a Perfeição" (FI, 1937:157).

A ação individual, ou melhor, o desejo individual de querer o Bem encontra no desejo coletivo<sup>17</sup> a possibilidade de realizar-se. Por isso, para Antonieta de Barros, o processo que desencadeia o desejo de conhecimento integral deve ser "abraçado" no sentido promovê-lo extensiva e indistintamente, o que só pode ser alcançado graças à ação e vivência amorosa na educação.

"Não sabemos mesmo como se possa viver, olhando, indiferente, a Humanidade" (FI, 1937:53);

"daí a necessidade de se ver a Escola, dentro da sua soberba e excepcional finalidade: - procurar diariamente, com o coração e máxima religiosidade o Bem da Humanidade futura" (FI, 1937:158).

Outras Entidades também são trazidas ao livro, mas consideramos como variantes do Bem ou do Mal, que acreditamos tenham sido tratados convenientemente no sentido de iluminar uma das linhas do pensamento da Escritora. De resto, não podemos deixar de ver na ação da Autora um desejo de semear o Bem, de compartilhar a sua sabedoria e dela fazer um instrumento de libertação das consciências ainda prisioneiras da injustiça social que não lhes permite chegar ao centro de onde emana o saber — a Escola. Com o seu gesto, ela demonstra uma nítida compreensão da realidade social e humana e, ao mesmo tempo,

procura a "salvação" da Humanidade na qual ela ainda crê e pela qual tem amor — gestos típicos do Redentor ou de homens notáveis no campo de Filosofia e da Educação.

### 5. Ingenieros

Ao lado da fonte bíblica (religiosa), Ingenieros<sup>18</sup> é a fonte filosófica (educativa) que serve como base para a ação educativa e para a formação da concepção filosófica, ética e pedagógica da Escritora. Anchieta é o modelo de como se podem coadunar Educação e Religião, de como se podem aliar catequese religiosa e exercício educativo na formação do homem. Sem copiar obstinada e integralmente o modelo que Anchieta se constitui, ela aproveita dele a essência de que a Educação alcança melhores êxitos quando abraçada com Fé, com uma certa religiosidade, como se apostolado fosse, conforme já vimos. De Ingenieros ela extrai a consciência do poder que a Educação tem sobre a Pátria; a consciência de como é importante desenvolver no jovem o sentimento de justiça social, cujas primeiras lições são passadas na Escola; a consciência de que as injustiças têm origem na Educação diferenciada fornecida (ou nem isso) diferenciadamente, conforme as classes sociais.

Pela leitura de *Las Fuerzas Morales*<sup>19</sup>, pudemos detectar a fonte em Ingenieros, para algumas das citações de Antonieta de Barros, tanto no livro quanto em outras crônicas em jornais da época

"'A escola é uma ponte entre o lar e a sociedade' Ingenieros" (FI, 1937:105);20

"'Todo aquele que tem um ideal ou uma missão na vida, grande ou pequena, é um herói' — Ingenieros" (FI, 1937:69);

"Os educadores devem ter 'assegurado, incondicionalmente todo o bem estar material de que necessitam', diz Ingenieros" (República, 05 de novembro de 1933).

Mas apenas a leitura dessa obra não bastaria para comprovar a filiação da Autora a este filósofo, cuja obra e personalidade encontraram "ressonância" em toda a América Latina, na expressão do editor de Las Fuerzas Morales. Outras citações, cujas fontes primárias não pudemos resgatar, aparecem em *Farrapos de idéias* e demonstram a profunda familiarização da Escritora com o Autor<sup>21</sup>.

"'As pátrias bárbaras foram feitas por soldados e por eles batizadas com sangue; as pátrias morais fã-las-ão os mestres sem mais armas que o abecedário' — Ingenieros" (FI, 1937:57);<sup>22</sup>

"Sem entusiasmo, diz Ingenieiros, não se pode servir a formosos ideais" (Correio do Estado, 13 setembro de 1934);

"'A dignidade do magistério se elevará, quando a consciência social prestigiar o seu valor' — Ingenieros" (O Estado, 29 de abril de 1951).<sup>23</sup>

Se não é possível comprovar em profundidade a ressonância de Ingenieros neste espaço — por imprópria e extemporânea — nas terras catarinenses da época, a sua doutrina foi proclamada e reelaborada por Antonieta de Barros<sup>24</sup>. E, a exemplo da larga referência bíblica, percebemos nela, a dupla filiação ou a dupla preocupação de aliar a "salvação" de uma sociedade moralmente corrompida ao processo educativo eficaz e capaz de efetuar a reversão.

O fato de referir-se a Ingenieros e de mostrá-lo como o seu outro mestre intelectual, demonstra que a Autora procura

estabelecer sintonia com o mundo. Sintonizada, prova a sua alta preocupação com os destinos da Humanidade e da comunidade. Convenientemente, dentro de todas as limitações, mais impostas que próprias, e de posse do conhecimento adquirido, Antonieta de Barros vai, ao mesmo tempo, apontando os problemas e as possíveis soluções; vai mostrando a fonte dos seus conhecimentos e fazendo conhecer, vai ensinando o catecismo e catequisando; vai dando lições de vida e de exercício de vida; vai evidenciando que a Fé e a ação educativa são fundamentais para a Utopia da resolução de quase todos os problemas sociais.

#### 6. A Educação e a Fé a serviço da Utopia

O grande desejo de Antonieta de Barros é a formação completa e integral do ser humano, formação que ela acredita possível se a Educação não visar apenas à Instrução, mas à Cultura Geral.

Abbagnano<sup>25</sup> diz que o termo cultura possui dois significados, sendo que um deles "significa a 'formação' do homem, o seu melhorar-se e refinar-se". Nesta acepção, a "palavra (cultura) designa um ideal de formação humana 'completa', isto é, a realização do homem na sua forma autêntica ou natureza humana". Diz ainda que a competência, a habilidade, a precisão e a destreza são indispensáveis, mas não constituem "cultura entendida como formação equilibrada e harmônica do homem como tal" (1982:209 e ss.).

Antonieta de Barros entende a cultura como esta formação humana equilibrada, completa, harmônica de que fala Abbagnano.

Ao mesmo tempo em que ela vê a Escola como um meio de levar a cultura àqueles que não dispõem de outros meios, insiste com o professor na obrigação que este tem de não perder a oportunidade de fazê-lo. Mas o bom educador, para a Autora de Farrapos de idéias, precisa acreditar que a formação completa humana, porque utópica, é possível; precisa acreditar no seu trabalho educativo; precisa ter Fé nas mudanças que se operam através da Cultura.

A Fé<sup>25</sup>, para a Autora, deve permear todo o Ideal ou toda a Utopia e ser o elo que liga a Utopia ao modo possível de realizá-la, ou seja, à Educação. Por isso é que, Antonieta de Barros, ao referir-se à Educação, à Fé e à Utopia, normalmente com letras maiúsculas, o faz como se estivesse tratando de Valores assumidos conscientemente, como se fossem deveres ou obrigações morais aos quais, ela, enquanto educadora, não pode fugir, aos quais, qualquer criatura responsável pela Coletividade, sobretudo o Educador, como ela, também não pode se eximir<sup>27</sup>.

"Os que formam espíritos, os que orientam povos, por meio da palavra escrita, os cérebros produtores de livros e de jornais, gozando grande influência na formação da mentalidade das massas, têm enorme responsabilidade por esse seu mister" (FI, 1937:183-4).

A Autora aprofunda a sua concepção de Fé em várias passagens de seu texto.

"Nossa condição de humanos exige a Fé" (FI, 1937:16);

"Fé (é) a força matriz do Universo" (FI, 1937:123);

"Fé (...) é a força máxima de todas as conquistas, a base de todos os triunfos" (FI, 1937:179).

Além de força que impulsiona o homem, pela sua própria condição, a conquista de seus Ideais, o texto das crônicas mostra que a Fé também deve estar no bojo das transformações que as Utopias alcançadas podem realizar. Ou seja, não basta que o educador, por exemplo, tenha Fé apenas na sua ação de educar, mas, e também, é preciso ter Fé no êxito do processo educativo que é observado ou sentido quando todos os indivíduos conseguem realizar seus sonhos.

Daí, entra em cena o sonho, na verdade, uma Utopia: aprimorar todo o Homem por meio da Educação para que ele tenha condições de sonhar e realizar-se integralmente<sup>28</sup>.

Para a Autora catarinense, a Utopia, se mero desejo individual, não tem chances de se realizar e por isso permanece em estado de sonho ou na aspiração. Em contrapartida, se a Utopia, como deve ser, assumir a dinâmica de um desejo coletivo, é possível concretizá-la desde que haja a Fé.

Por meio da formação de professores, por meio de Farrapos de idéias, por todos os meios de que dispõe, Antonieta de Barros busca transformar o seu desejo num desejo coletivo; busca despertar no responsável pela Educação de amanhã o mesmo desejo de aprimoramento próprio e da coletividade; busca formar um contingente capaz de, com ela, provocar através do meio disponível e possível — a Educação — as transformações necessárias.

Mesmo reconhecendo que a sua Utopia guarda "excedentes utópicos", a Autora não esconde que

"depois do Ideal alcançado, há sempre, na alma in quieta do sonhador, um travo amargo, farrapo de um sonho que não se integralizou" (FI, 1937:23).



Contudo, o fato alimenta-lhe o desejo de sonhar ainda mais alto e dentro do seu campo de atuação fazer chegar às massas

"a possibilidade de ir além da alfabetização que é muito, mas não é tudo (...) E dessa cultura de massas, onde, então, se estabelecerá a única aristocracia possível — a do espírito" (FI, 1937:19).

Buscando envolver seus educandos com uma educação completa, e tentando fazer com que os jovens professores sintam a necessidade de lhe seguirem os passos, a Autora parece alimentar suas crônicas com o princípio da Educação Cristã exposto na Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* (1929), de Pio XI, segundo o qual, o homem como criação divina deve, na terra, conduzir-se para chegar à Perfeição Divina<sup>29</sup>.

"Educar é ensinar os outros a viver; é iluminar caminhos alheios; é amparar debilitados, transformando-os em fortes; é mostrar as veredas, apontar as escadadas, possibilitando avançar sem multas e sem tropeços; é transportar as almas que o Senhor nos confiar, a força insuperável da Fé" (FI, 1971:231).

Aliado ao princípio cristão evidente no seu próprio conceito de educar, está também o princípio político, oficial, que a Autora adotava, à época: o magistério é, antes de ser profissão, uma missão<sup>30</sup>. Daí não ser perigoso afirmar que o processo educativo, para Antonieta de Barros, deveria conviver em uma aura de religiosidade e o professor, cada vez mais, deveria sentir-se envolvido em uma Missão capaz de fazer frutificar a "boa nova" educativa.

É possível dizer também que, para ela, Fé e Educação e Fé na Educação são os únicos instrumentos possíveis de concretizar a Utopia.

Embora tenha utilizado indiferentemente os termos "instrução", "educação" e "cultura" como sinônimos de "aprimoramento", parece que Antonieta de Barros os tem bem claros e, se hierquisássemos, a cultura, para ela, ocuparia o ápice do processo educativo

"As criaturas (...) necessitam para viver, no sentido humano da palavra, de cultura. Não basta a alfabetização" (FI, 1937:17).

"E o instrumento máximo da vida é a instrução (...) Só a instrução, só o livro, elevando o homem, lhe dá o direito de ser homem; só a instrução consciente rouba as criaturas ao servilismo aviltante" (FI, 1937:155 e ss.).

Quando no ápice, é necessário que o indivíduo já desperto para as possibilidades de auto-realização, sinta o desejo de alcançar que outros também se realizem integralmente; estes, realizando-se, também contribuam para a realização de outros e outros, numa verdadeira cruzada, cujo trabalho, feito através da palavra, é árduo e exige "uma dedicação infinita, um despreendimento infinito e inteireza de coração" (FI, 1971: 207).

## 7. A Mulher: a Palavra e o Exemplo

Além da força da Fé e da Educação, capazes de transformações, a Autora acredita na força dos seus atos e dos seus exemplos transformadores.

"Que os vossos atos, dentro e fora do santuário da Escola (...) não se divorciem nunca das vossas lições" (FI, 1971:232).

Pregando e agindo na tentativa de romper com os obstáculos que impedem a ascensão humana, Maria da Ilha caracteriza Antonieta de Barros em ação, cujo instrumento é diuturnamente exercitado nas mais diferentes esferas de atuação.

"Não se entra para a luta, trazendo somente um amontoado desordenado de sonhos e o desejo de realizá-los.

É preciso que se queira a sua concretização e que se saiba querê-la.

Para tanto, porém, se necessita de arma.

Toda ação requer instrumento. E o instrumento máximo da vida é a instrução" (FI, 1937:155).

Munida do seu instrumento básico, encontramos Antonieta de Barros na escola, no exercício quase que diário das crônicas jornalísticas, na tribuna da Assembléia Legislativa, na prática consciente do seu papel feminino dentro da sociedade.

Se como educadora, política e escritora ela exercita seus valores e deveres morais para com a sociedade que integra, como mulher, dela recolhemos páginas nas quais se percebe a mesma obstinação e disposição na luta pelo despertar a consciência feminina para os seus direitos e deveres, não exercidos integralmente em virtude do aprisionamento, do jugo e dos preconceitos, normalmente masculinos, que impediram e impedem a Mulher ser considerada indivíduo.

Embora tenhamos encontrado em Farrapos de idéias linhas dedicadas, não exclusivamente ao aprimoramento da criatura pela ótica do Feminino, mas ao aprimoramento humano geral, sem distinção de sexo, em páginas não selecionadas para a composição do livro, a Autora não esconde a distinção que a Sociedade, sobretudo a Catarinense, ainda faz entre o Homem e a Mulher.

"Hã, contudo, uma grande lacuna na matéria de ensino: a falta dum ginásio, onde a Mulher possa conquistar os preparatórios (...) O elemento feminino vê, assim, fechados, diante de si, todos os grandes horizontes" (República, 12 de julho de 1932).

Mas, diz a Autora, se não cabe à Mulher "a responsabilidade de seu fraquíssimo desenvolvimento cultural, mas a quem a fechou na muralha dos preconceitos" (República, 06 de março de 1932), também não lhe cabe a passividade e a submissão completa aos caprichos masculinos. A Mulher deve agir, criar algum mecanismo que garanta, ao não estar de acordo com a situação, a ruptura das amarras e dos preconceitos que impedem a sua auto-realização:

"Deixar de ser o 'biscuit' de salão, para sentir e viver a beleza gloriosa da conquista do pão de cada dia (...) (pois) continua a Mulher a ser a responsável pela sorte do mundo, porque é ela quem educa e forma os cidadãos, como Mãe ou como Mestra" (O Estado, 08 de julho de 1951).

Em Farrapos de idéias, a posição da Mulher é a de Mãe e a de Professora e se não encontramos, aqui, a Mulher Antonieta de Barros se expondo ou expondo as condições da sua condição é porque estão em cena a "Mãe" e a Professora Antonieta de Barros. Da sua posição, exemplar, falam todas as mães e mestras, fala qualquer Maria, da Ilha ou não.

Esta contenção de Antonieta de Barros — Mulher, na obra em questão, perde-se nas páginas esparsas dos jornais. Um pouco mais aprimorada, culturalmente, que as mulheres, também professoras, de seu tempo<sup>31</sup>, até porque, parece que a profissão lhe permite um acesso mais fácil a autores como Ingenieros, Camões, Oscar Wilde, Castro Alves, entre outros, e mesmo elogiando um rol de mulheres em "evidência cultural", à época<sup>32</sup>,

a Autora não deixa de tecer comentários críticos a respeito da produção artística feminina:

"A literatura chamada feminina é escassa, escassíssima.

E, além de minguada ainda vem repleta de pieguismo, pieguices, e virgem, completamente virgem, de idéias.

Literatura para convalescente" (República, 06 de março de 1932);

"A alma feminina se tem deixado estagnar, por milhares de anos, numa inércia criminosa" (República, 13 de março de 1932).

É pacífico e crucial para a Autora que toda e qualquer mudança desejada há que ser operada por meio da ação, primeiramente, individual. Não se pode esperar por soluções e transformações que venham por decreto. Há que se batalhar por elas, praticá-las e produzi-las.

"A literatura educativa mais linda, mais produtiva, é a que se pratica, e não a que se escreve" (FI, 1937:58).

Antonietta de Barros faz, pela prática educativa, seu próprio caminho para a prática política cuja importância ultrapassa as dimensões de uma sala de aula. Assim, é da prática exercida diuturnamente que nasce o discurso eficiente da Deputada que legislando em favor do magistério, por exemplo, elabora a primeira Lei que regulou o concurso de ingresso na carreira de Professor Primário<sup>33</sup>.

Seu trabalho iniciado, por vocação, nas salas de aula da Escola Primária, movido pelo senso da Obrigação Moral e do Amor devidos à Humanidade, não se restringiu ao âmbito escolar. Ele foi aos jornais, através das crônicas, com o mesmo senso do dever, movido pela mesma preocupação com a educação

das massas. A chegada ao livro acontece por um dever de caridade; e ao mesmo tempo em que cumpre os objetivos a que se propõe, permite-nos o resgate de uma visão e de uma produção cultural de uma época de profundas e significativas mudanças ocorridas no cenário nacional e local.

Pela evidência e projeção do trabalho que desenvolve, Antonieta de Barros ocupa, levada pelo dever de exercer sua cidadania, a tribuna da Assembléia Legislativa de onde procura firmar a continuidade legal e necessária não só ao seu trabalho como ao de todos os que lhe comungam o Ideal. Enquanto política, sua prática é apartidária<sup>34</sup>, pois nunca deixa de pautar-se pelos ideais sonhados e acalentados durante toda a vida:

"Eu tenho (...) que o direito de educação é tão sagrado na existência das criaturas, como o próprio direito de viver (...). Daí o sentir que embora tenhamos feito alguma coisa em matéria de educação não hajamos feito o bastante que nos era possível e preciso realizar (...) E a alfabetização (...) é muito, mas não é tudo" (República, 23 de junho de 1935),

A multiplicidade de funções assumidas e exercidas nas mais variadas fases do seu trabalho deveria provocar, mas não provoca, maiores diferenças na vivência de cada circunstância. Percebemos que em relação à seleção das crônicas que formam o livro, Antonieta de Barros faz uma adequação, parece que bastante consciente e intencional, visto que **Farrapos de idéias** estampa um objetivo bastante definido: legar uma visão de Esperança, apesar do mundo conturbado, deixar uma lição do que é ser Mestre vivo e atuante nas transformações sociais, verdadeiro modelo de conduta e de ação.

No mais, o que se vê na obra, é uma idealista procurando viver plena e adequadamente o seu Ideal, esforçando-se por atingi-lo integralmente, mas reconhecendo que o está alcançando diariamente aos poucos, em partes. A mesma ênfase utilizada na demonstração das fontes do seu saber, na demonstração do seu Ideal, é utilizada na catequese e no exercício com a palavra que há de convencer o leitor.

## Notas e Referências Bibliográficas

<sup>1</sup> MARIA DA ILHA. F rrapos de idéias. Florianópolis: Ed. do Autor, 1.ed., 1937.

Em 1971, Leonor de Barros, irmã da Escritora, faz uma segunda edição aumentada da obra.

Em Apêndice, encontram-se textos recolhidos dos jornais que não lograram presença nas duas edições.

<sup>2</sup> "Este livro ressuscita as crônicas ligeiras do rodapé de 'República', aos Domingos" (PI, 1937:9).

<sup>3</sup> Em 8 de dezembro de 1936, a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, nas pessoas de Eunice Weaver e Olga Teixeira Leite, lançou em Santa Catarina, a campanha de solidariedade Pró-Preventório. Fundou-se, então, a 12 de dezembro de 1936 a Sociedade de Assistência aos Lázaros de Santa Catarina, de cuja primeira diretoria fez parte a Profª Antonieta de Barros, na qualidade de 1ª secretária. Em 26 de janeiro de 1941, em terreno adquirido pelo Governo do Estado (Kereu Barros), no Riçoado, em São José (à Rua João Grumichê, s/nº, à margem direita da BR-101, no sentido norte-sul) foi inaugurado o Preventório que recebeu o nome de "Educandário Santa Catarina" e que contou com a colaboração, na sua construção de toda a população catarinense. O Preventório destinou-se a "assinalar, vigiar sua saúde, educar e integrar na sociedade, os filhos sadios dos lázaros, quer nascidos no leprosário (Colônia "Santa Tereza"), quer oriundos do contato dos pais, quando estes são forçados ao internamento" (Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Relatório de 1941. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1941, p.30).

Atualmente, o Educandário atende a somente quatro crianças em regime de internato, filhos sadios de hansenianos, e, em regime de semi-internato, atende a menores, na faixa etária de 0 a 7 anos, filhos de operários e de mães que trabalham fora do lar e de baixa renda familiar (Sociedade "Eunice Weaver" de Florianópolis. Mantenedora do Educandário "Santa Catarina". Apostila datilografada, 1977).

<sup>4</sup> Foram pesquisados os jornais catarinenses publicados entre 1920 e 1952, para o resgate dos textos esparsos que se encontram no Apêndice deste trabalho. Notas Biográficas da 2ª edição, de 1971, informam que a Autora colaborou em jornais de outros Estados, mas, infelizmente, não foi possível averiguar essas fontes.

<sup>5</sup> CÂNDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. São Paulo: Ed. Nacional, 7.ed., 1985. p.74 e s.

<sup>6</sup> O "filho do lázaro catarinense" é o filho de pais leprocos, nascido na Colônia de "Santa Tereza" ou não. A construção do Preventório destinava-se a abrigar essas crianças como medida de prevenir e evitar a propagação da doença.

<sup>7</sup> A definição dos termos "construtiva" e "construtora" foi tomada do Novo dicionário da língua portuguesa de Américo Buarque de Holanda Ferreira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1.ed., 15. impressão, 1975. p.311.



<sup>8</sup> Quanto a outras particularidades da última crônica, uma se refere ao vocábulo "fê" que se distingue no idealista e em Anchieta já pelo recurso gráfico com que é apresentado nos textos: em caixa-alta - FÊ - no texto de Anchieta; apenas a inicial maiúscula, - Fê - quando se refere aos idealistas comuns. A outra, está no fato de que a crônica em questão não foi localizada em República ou em qualquer outro periódico consultado. Cremos ter sido escrita especialmente para a edição do livro e, por isso, de modo pensado e com vistas a demonstrar que Farrapos de idéias atende a uma função concreta - venda revertendo em material para a construção do Preventório - e a uma função simbólica - ensinamento enquanto matéria que constrói um mundo melhor. Se fôssemos estabelecer a gênese de cada uma das crônicas que compõem o livro, a última nos levaria a acreditar que pode ter surgido quando das "comemorações de aniversário e morte de Anchieta" realizadas pelo Colégio Jesuíta - Coração de Jesus - onde a Autora lecionava.

<sup>9</sup> "Porque em verdade vos digo, que muitos profetas e justos desejaram ver o que vedes" (Mt. 13,7).  
 "Em verdade, em verdade vos digo, que vós me buscais, não porque vistes os milagres, mas porque comestes pães, e ficastes fartos" (Jo. 6,26).  
 "Em verdade, em verdade vos digo: o que crê em mim, tem a vida eterna" (Jo. 6,47).  
 (A Bíblia Sagrada (Trad. Pe. Antônio Ferreira de Figueiredo) Rio de Janeiro, Livros do Brasil, 3 vol.; 1962).

<sup>10</sup> Entenda-se por citações claras aquelas acompanhadas da fonte ou enfatizadas pelo grifo ou pelas aspas.

<sup>11</sup> Sob este mesmo critério pode-se arrolar:  
 "Ama o próximo como a ti mesmo!" (p.14, 29, 135, 191)  
 "Nem só de pão vive o homem" (p.17, 18, 46, 90, 196)  
 "Tu és pó e em pó te tornarás" (p.63)  
 "No suor do teu rosto comerás o teu pão até que tornes à terra" (p.79)  
 "Dai a César, o que é de César" (p.45)  
 "Não matarás!" (p.74).

<sup>12</sup> Confira-se também:  
 "Aplicá à disciplina o teu coração, e os ouvidos às palavras do conhecimento (Prv. 23,12)" (p.59\*, 61\*\*, 198\*\*)  
 (\*) a citação aparece em epígrafe.

(\*\*) a citação se repete sem indicar a fonte.

"Instrui o menino no caminho em que deve andar, e até quando envelhecer, não se desviará dele.

(Prv. 22,7)" (p.93\*, 95\*\*)

"E o Verbo se fez carne e habitou entre nós. (Jo. 1,24)" (p.145).

Há uma variação desta citação à p.135 - "O Verbo feito carne" - e não indicá a fonte.

"Bem-aventurados, vós, que agora tendes fome, porque sereis fartos (Lc. 6,21)" (p.145).

Há mais duas citações de S. Lucas à p.146.

"Aquele que dentre vós está sem pecado, seja o primeiro que atire pedra contra ela (Jo. 8,7)" (p.146).

São João é citado ainda às p.146 (mais uma vez), 152, 153, 198; Isaías, S. Mateus e Zacarias: p.152.

- 13 "Diz Job: 'não se dará por ela (pela inteligência) ouro fino, nem se pesará prata em câmbio dela. Nem se pode comprar por ouro fino de Ofir, nem pelo precioso ônix, nem pela safira" (p.185). "Fazemos nossas as palavras de Salomão (...) 'a sabedoria já deu um diadema de graça e entregou a coroa da glória" (p.187).
- 14 Segundo Antenor Nascentes, o termo "Catecismo" abarca a "instrução sobre os mistérios e princípios da religião. Livro que contém a instrução religiosa" enquanto "Catequese" é a "explicação metódica de doutrina cristã. Ensino, doutrinação, ação de ensinar de viva voz" (Dicionário de língua portuguesa. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, Departamento da Imprensa Nacional, 1961, 19 tomo, p.411). Se considerarmos que Antonieta de Barros abraça a Educação como se fosse uma religião, e isto fica bem claro em várias passagens da sua obra, seu Catecismo seria constituído das experiências mais positivas que viveu durante a sua existência e seu modo de transmitir estas experiências pode ser considerado como perfeita catequese. Isto sem contar que a sua missão educativa atende peremptoriamente aos desígnios cristãos.
- 15 Parece que a Autora tem internalizadas, ou pelo menos teve contato com as idéias do Mundo Ideal, descrito por Platão que concebia a existência de um mundo sensível ou inteligível ao lado do mundo real. O mundo sensível é formado por idéias perfeitas e imutáveis que servem de modelo para os objetos materiais do mundo físico. Enquanto as idéias são imperecíveis, eternas, idênticas a si mesmas, as coisas materiais são cópias transitórias, imperfeitas, sujeitas à corrosão do tempo, tipos quase ideais que precisam transcender o mundo físico para chegar à essência perfeita do mundo espiritual. Platão admite um Belo em si e por si, um Bom, um Grande; Antonieta de Barros dá mostras de admitir também. (Platão: Vida e Obra. In: Os Pensadores. S.P.; Nova Cultural, 1987).
- 16 Ao falar do Bem e do Mal, a Autora parece tentar esclarecer ou tornar mais acessível os significados dos dois termos para fazer seu leitor perceber que mesmo sendo Idéias, Bem e Mal devem ser sentidos como forças concretas capazes de provocar mudanças sociais.
- 17 A ação ou o desejo individual é de fundamental importância, na visão da Autora, porque é por seu intermédio que nascem as grandes realizações, que se operam as grandes transformações sociais coletivas. A propósito da freqüente citação nas crônicas, o Gênesis bíblico, por exemplo, tem início pelo desejo divino individual: - "Faça-se a luz" (Gên. 1,3) e é concluído coletivamente: -"Façamos o homem à nossa imagem e semelhança" (Gên. 1,26).

<sup>18</sup> José Ingenieros, filósofo argentino, nasceu em 1877 e morreu em 1925. Filho de imigrantes italianos - Salvador Ingenieros e Ana Tagliaria - oriundos de Palermo, segundo Jesualdo, autor do 17 educadores da America, na qual faz uma pequena e incompleta biografia do filósofo. De acordo com o biógrafo, J. Ingenieros foi um escritor fluido, psicólogo profundo, sociólogo de profundo prestígio mundial, agitador político, mestre, médico e filósofo. Formou-se no pensamento positivista e na juventude, ardorosa e combativa, não desmerecendo o espírito combativo de seu pai, fundador do primeiro diário socialista da Argentina, nos fins de 1800, Ingenieros foi grande trabalhador - agitador incansável, panfletista, dirigente - pela redenção social argentina. Publicou seu primeiro livro *Que es el socialismo?*, em 1895, e nele estudou a questão social, a crise universal, o socialismo com tal clareza e didatismo que o livro se converteu em importante instrumento de luta. Ainda estudante, J. Ingenieros já era líder da juventude argentina, fez conferências para trabalhadores e nelas tratou desde os problemas sociais da Mulher até questões internacionais. Sentiu, desde cedo, a necessidade de uma formação cultural sólida para fazer frente à improvisação dominante na época. Na área das ciências sociais leu, entre outros, Spencer, Loria, Durkheim, De Greef. Pouco conheceu de Marx e Engels. Aos 21 anos, seu nome já é conhecido em *L'humanité nouvelle*.

Entre as numerosas obras publicadas, nas áreas psico-biológicas e sociais, encontramos *El hombre mediocre* (1909), *Ciencia y filosofía* (1918), *Proposiciones relativas al provenir de la filosofía* (1918), *Hacia una moral sin dogmas* (?) e *Las fuerzas morales* (1925). Em toda a sua obra, diz Jesualdo, Ingenieros se revela um revolucionário, verdadeiramente humano e amoroso, que queria ver emancipado das tutelas e mulletas o povo argentino. Sua obra se projetou com força sobre a juventude e foi mestra e condutora em todo o continente. Acreditava num futuro melhor, por isso suas obras foram escritas para a ação. É com *El hombre mediocre*, segundo o biógrafo, que o Escritor começa, verdadeiramente, o seu magistério.

<sup>19</sup> INGENIEROS, José. *Las fuerzas morales*. Buenos Aires, Santiago Rueda-editor, 1951.

Nosso agradecimento ao Dr. Orlando Borges Schoroeder que, por intermédio do Prof. Celestino Sachet, tornou possível a leitura desta obra.

<sup>20</sup> Esta citação, encontrada em epígrafe na p.105, aparece ainda às p.107 e 157. No livro *Las fuerzas morales*, assim se encontra

"La escuela es un puente entre el hogar y la sociedad" (1951:119).

<sup>21</sup> A primeira citação é datada de 28 de agosto de 1932. A partir daí, Ingenieros figura em crônicas da *Autora* em 1933, 1934, ... 1951.

<sup>22</sup> Repete-se à p.195.

23 Texto em apêndice, citação em epígrafe.

24 Por hipótese, e a acreditar na versão de Jesualdo (v. nota 18) - infelizmente a única que possuímos - quanto à familiaridade de Ingenieros para além das fronteiras argentinas, pode-se crer na possibilidade de a Reforma de Ensino Catarinense, mentalizada por Orestes Guimarães a partir de 1911, ter sido preparada com base nos pressupostos filosóficos e pedagógicos de Ingenieros que já "circulavam" na virada do século. A conjectura da ligação se dá em virtude de os aspectos inovadores da Reforma Orestes Guimarães, sobretudo na área da Educação Moral Cívica, serem bastante semelhantes às idéias do Argentino. O caminho inverso também é possível, ou seja, sem qualquer conhecimento de Ingenieros, Orestes Guimarães já sentia que o êxito da sua Reforma seria mais abrangente se fosse mantida observância aos comportamentos morais que Ingenieros faz publicar com as primeiras obras.

25 Ainda no verbete "Cultura", o segundo significado, mais recente, é definido como o produto da formação, "o conjunto dos modos de viver e de pensar cultivados, civilizados, que se costumam também indicar pelo nome de 'civilização' (...) Cultura não é a formação de um indivíduo na sua humanidade ou sua maturidade espiritual, mas é a formação coletiva e anônima de um grupo social nas instituições que o definem". ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. (Trad. Alfredo Bosi) São Paulo: Mestre Jou, 2.ed., 1982. p.209 e ss. Em Antropologia estrutural dois (Trad. Chaim Samuel Kantz), R.J., Tempo Brasileiro, 45, 1976, Claude Levi-Strauss diz que a cultura "não se desenvolve sob o regime da monotonia uniforme, mas através de modos extraordinariamente diversificados de sociedades e civilizações". O autor entende a cultura como um produto das divergências e diferenças surgidas no espírito de um povo (1976:328 e ss.). Para José Luiz dos Santos, "Cultura está muito associada a estudo, educação, formação escolar (...) Já eu tenho falado de cultura de maneira mais genérica, preocupado com tudo o que caracteriza uma população humana (...). É um produto coletivo da vida humana" (1987:22 e ss. - In: O que é cultura. S.P., Brasiliense, Primeiros Passos 110, 6.ed., 1987).

26 Ao falar de Fé, parece que a Autora está, ao mesmo tempo, tratando-a como Entidade e como Crença Religiosa, ou seja, como a "confiança na palavra revelada ou testemunhada pela divindade" (Abbagnano, 1982:410); ou como a "virtude sobrenatural que nos faz aceitar as verdades reveladas, por confiança na palavra de Deus que no-las revela" (L. Bouyer. Dicionário de teologia (Trad. Francisco Martínez), Barcelona, Espanha, Editorial Herder, 1983, p.278).

27 É uma questão bastante complexa, em Farrapos de idéias, esta que trata da noção de valor como Dever ou Obrigação Moral do homem para consigo mesmo, com os outros, com a Pátria e Deus, pois se encontra de tal modo imbricada e variada que se torna impossível uma sistematização de sua recorrência. Parece que a Autora crê na existência de um mundo Ideal, onde subsistem as Entidades Universais - Bem, Mal, Amor, Ódio, Fraternidade, Egoísmo. É por isto, que aparecem grafadas com

letra maiúscula, o que demonstra a consciência, como professora de Português que é, de estar tratando com um substantivo próprio e não um mero substantivo comum. Por outro lado, pode tratar, ainda, de uma postura estético-lingüística assumida do Parnasianismo, ainda em vigor, à época, em Santa Catarina.

No momento em que estas Entidades são conhecidas e aceitas pelo homem, este tem a obrigação moral (ou o dever) de assumi-las na prática. É na prática que as Entidades se transformam em valores positivos, se praticados o Bem, o Amor e suas variantes, ou negativos, se estão em pauta o Mal, o Ódio ou a própria ausência da prática do Bem.

A conceitualização de Valor, ou Obrigação Moral é bastante controversa no campo filosófico.

Sánchez Vásquez, em *Ética*, diz que "não existem valores em si, como entidades ideais ou irrealis, mas objetos reais (ou bens) que possuem valor (...) 'o valor não é propriedade dos objetos em si, mas propriedade adquirida graças à sua relação com o homem como ser social' (...) 'Os valores são, pois, criações humanas, e só existem e se realizam 'no' homem e 'pelo' homem" (1970:121 e ss.).

Nicola Abbagnano diz que valor é "em geral, o que deve ser objeto de preferência ou de escolha (...) O valor não é somente a preferência ou o objeto da própria preferência, mas é o preferível, o desejável (...) não é um mero ideal de que as preferências (...) possam (...) prescindir, mas, é, antes, o guia ou a norma (nem sempre seguida) das próprias escolhas". Considera, ainda, que o melhor conceito de Valor é aquele "que o considera como uma possibilidade de escolha" (1982:952 e ss.).

Por sua vez, José Ingenieros, em *Las fuerzas morales*, diz que "o sentimento de uma obrigação moral não é categoria lógica, nem mandamento divino; existe como produto da convivência e engendra sanções efetivas na consciência social" (1951:51).

28 Para Karl Mannheim, "um estado de espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre". Este estado de espírito se orienta para objetos que não existem na situação real, ou seja, ele transcende a realidade e tende a abalar a ordem das coisas no momento em que ocorre, se se transformar em conduta. Então, utopia é um tipo de orientação que transcende a realidade e rompe as amarras da ordem existente (*Ideologia e utopia*: 1976:216 ss.).

Teixeira Coelho vê a utopia como "uma imaginação exigente capaz de prolongar o real existente na direção do futuro, das possibilidades", capaz de mudar o que existe no presente, de melhorá-lo. Ela é um "elemento de impulso das invenções, das descobertas, mas, também, das revoluções (...) a imaginação utópica não é delirante, nem fantástica". Ela parte de fatores subjetivos, individuais, mas se nutre de fatores objetivos, sociais. Por ser íntima do homem é que a "imaginação utópica trata de encontrar os meios através dos quais aquilo que é interior ao homem venha para o exterior" e exterior e interior sejam semelhantes. O autor ainda diz que mesmo que a imaginação utópica se concretize, sempre sobra um "excedente utópico" capaz de não esgotar, jamais, a utopia (1985:7 e ss.).

29 "A educação consiste essencialmente na formação do homem tal qual deve ser e como comportar-se na vida terrena para conseguir o fim sublime para o qual foi criado (...) não pode existir educação verdadeira que não esteja totalmente ordenada ao fim último (...) ou seja, depois que Deus se revelou em seu Filho Unigênito (...) não pode existir educação completa e perfeita se a educação não é cristã. (...) É de importância suprema a educação cristã não só para os indivíduos, como para as famílias e toda a sociedade humana, já que a perfeição desta não pode resultar senão da perfeição dos elementos que a compõem. Dos princípios indicados, resulta a excelência (...) da obra de educação cristã, por ser a que atende, em suma, à consecução do bem supremo, Deus, às almas, dos educandos e o máximo bem estar possível nesta terra e na sociedade humana. E isto da maneira mais eficaz que seja realizável pelo homem cooperando com Deus ao aperfeiçoamento dos indivíduos e da sociedade, enquanto a educação imprime nos ânimos dos primeiros a mais potente e a mais duradoura direção de vida" (Carta Encíclica "Divini Illius Magistri", 1929, de Pio XI, México, Ediciones Paulinas, 1967, p.4 e ss.).

30 "O que nos falta são homens que façam da sua vida um sacerdócio, um apostolado do Bem. E para isso não precisamos tanto ensinar como educar (...) Quem vê no exercício de seu cargo um simples ganha-pão, não é digno de ser professor, pois ser educador é, antes de tudo, um sacerdócio... (...) Seria covardia sem nome perder o entusiasmo pela santa causa (digna dos maiores sacrifícios) (...) Todo bom professor é idealista. Não se concebe que um educador possa encarar a sua nobre atividade apenas do ponto de vista utilitário (...) É preciso que ele - como nenhum outro funcionário - só viva para a causa" (1936:3 e ss.).

A citação faz parte do artigo - "A missão do professorado primário" - publicado na Revista de Educação (Florianópolis, nº 4 e 5, julho a outubro de 1936), de autoria do, à época, inspetor Adriano Mosimann. O artigo, segundo o Autor, foi apresentado primeiramente em 1927, na Conferência Estadual de Ensino, realizada em Florianópolis. Nele é defendida a tese de que os processos pedagógicos importados deveriam ser adaptados à Realidade Catarinense.

Com a Reforma de Ensino, preparada por Orestes Guimarães, a partir de 1911, e editada em 1914, no Governo de Vidal Ramos, a figura do Inspetor Escolar adquiriu elevada importância. Ele era o encarregado de fiscalizar rigidamente todos os aspectos da vida escolar, desde os administrativos da Escola aos técnico-pedagógicos de Ensino. Como porta-voz dos órgãos governamentais, o Inspetor fiscalizava, orientava, dirigia e fazia cumprir as normas estabelecidas pelas esferas superiores.

É como autoridade administrativa e pedagógica que Adriano Mosimann publica suas orientações e considerações acerca do processo educativo e da conduta do professor.

A idéia de magistério como missão, e não como profissão, permanece até bem tarde na vida educacional catarinense. Em 1938, Nereu Ramos, então Interventor Federal em Santa Catarina, paraninfando a primeira turma de vocacionalistas do Instituto de Educação de Florianópolis dizia aos formandos:

"... sô os que se entregam de alma e coração à missão de educar, nela pondo todas as virtudes afetivas e todas as energias mentais, são capazes de lhe realizar com proveito para a nacionalidade os grandiosos objetivos individuais e coletivos (...) Para essa obra de nacionalismo, quer e precisa o Governo contar com o professor catarinense. E com ele, com o seu esforço, o seu trabalho, a sua dedicação, a sua coragem, o seu espírito de sacrifício e renúncia (...) que se realizará a obra nacionalizadora de que a escola primária é o instrumento poderoso e insubstituível". (Nereu Ramos. Discursos. Florianópolis, IOESC, 1943, p.53-60).

31 D. Aurora Piazza de Melo e D. Olga Brasil, amigas pessoais de Antonieta de Barros, foram enfáticas ao afirmarem, em entrevista (julho de 1991), que a Autora vivia lendo e possuía uma biblioteca particular composta dos mais variados autores. A biblioteca, doada ao Estado, por ocasião de morte da Autora, por Leonor de Barros, irmã da mesma, não foi localizada.

32 A Autora cita algumas mulheres em suas crônicas, elogiando-lhes os trabalhos desenvolvidos, as atividades artísticas, ou simplesmente dedicando-lhe uma ou outra crônica. Elogia o espírito altruístico das Sras. Weaver e Teixeira Leite (p.16), a abnegação de Maria Desidéria (Ida Messler) (p.63), a inteligência das dras. Natércia Silveira e Maria Xavier da Silveira (p.185) e as atividades artísticas de Florisbela Araújo Figueiredo Monteiro - escultora - (p.186), Ondina Gheur - cantora - (p.187) e Newtonina Costa - pianista - (p.187). Dedicou crônicas a: Diamantina Cunha (p.23), Dulce Sã (p.93), Ana A.C. Mendonça (p.121), D. Délia Régis (p.133) e Stela (p.159). Procurando saber quem eram as mulheres para as quais Antonieta de Barros dedicou crônicas, D. Aurora Piazza de Melo nos disse que Diamantina Cunha fora funcionária do Correio e tinha como irmãs Iracema e Olinda; D. Délia Régis, uma professora antiga com a qual Antonieta de Barros não teve qualquer comunicação; Stela (Montenegro), amiga e/ou religiosa...; Dulce Sã e Ana Mendonça, a entrevistada não as conheceu.

33 Ver "Discursos", em Apêndice.

34 Houve um momento em que Antonieta de Barros, em plena campanha pela sua eleição ao cargo de Deputada Estadual, convidou as mulheres a votarem no Partido Liberal - um dos partidos que concorria à Assembléia Constituinte de 1935 - porque ela é membro deste Partido:

"É preciso que cada classe, para conseguir realizar seus destinos, tenha, nas Assembléias, os seus representantes (...) Mulheres catarinenses, por vós e para vós, meditai: na chapa do Partido Liberal, há um nome feminino que a integra". (República, 13 de outubro de 1934).

## CAPÍTULO II

### A CATEQUESE E O EXERCÍCIO

"A decantada superioridade humana, dentro da existência, só podem dá-la os atos que falam e ensinam com uma eloquência muito mais convincente que todos os tratados de moral" (FI, 1937:13).

#### 1. Introdução

A mesma preocupação que Antonieta de Barros demonstra para tornar claras ao leitor as fontes de onde extrai seus conhecimentos, para formar seu catecismo e a lição pela qual se pauta — Bíblia, Ingenieros, Entidades —, é sentida no momento em que com eles trabalha, em que os põe em prática, em que catequiza, exercita e procura fazer com que o leitor se exercite também, num processo claro de convencimento e persuasão. O processo é determinado pelos recursos de linguagem — ênfase, repetição, comparação, metáfora, antítese — que a Autora utiliza e que se aproxima, ao que tudo indica, do "método pedagógico"<sup>1</sup> utilizado pelo professor na sala de aula.



do Ensino Primário.

Parece indiscutível esta vinculação ou esta contaminação do processo ensino-aprendizagem no processo de escritura da Autora e isto, antes de desaboná-la como Escritora, serve de motivo para o reconhecimento do mérito de quem, mesmo não tendo acesso a uma formação superior<sup>2</sup>, logrou vencer todos os obstáculos que impedem o florescimento cultural, sobretudo nas letras, em terras catarinenses.

Em Farrapos de idéias, a Autora realiza o que aprendeu com seus Mestres: ensina, e procura, com o ensinamento, fazer brotar aquilo que só os Mestres são capazes de fazer: despertar para o desejo de ensinar outros.

## 2. O Logos e o discurso

Assim como é aos poucos, em partes, que Antonieta de Barros proclama seu Ideal, é também em partes, em pedaços, em "farrapos" que ela estrutura Farrapos de idéias. As crônicas guardam em si e entre si relações distintas que as aproxima justamente porque nelas e por elas sobrepõe-se a idéia de que há qualquer coisa que as desagrega, mas que a própria desagregação é, curiosamente, o fator de unificação.

Ao nível da estrutura do livro, cada crônica guarda relações de semelhança e diferença entre si: são semelhantes porque são crônicas que foram publicadas em República e de lá saíram para compor o livro<sup>3</sup>; são diferentes porque cada crônica ganhou um sentido — uma gênese — no momento em que foi publicada no jornal. E se a estrutura da obra é feita de peda-

ços que, às vezes, parecem repetidos, com outra feição não está o objeto revelado nestas crônicas, ou seja, elas falam do Homem e dos problemas que lhe alteram a personalidade e o tornam um ser antagônico, um farrapo.

Assim como a estrutura maior — o livro — guarda em si a noção de coisa quebrada, partida ou esfarrapada, a estrutura menor — a frase — também repete a mesma noção, talvez na ânsia de buscar a palavra exata, aquela capaz de concretizar, de corporificar a Idéia, tal qual logrou a Divindade, quando da instauração do Gênesis: "Disse Deus: 'Faça-se a luz'; e fez-se a luz" (Gên. 1,3)<sup>4</sup>.

O LOGOS (= palavra)<sup>5</sup> que nas mãos divinas se instaura pelo "dizer" uma única vez, em mãos humanas se transforma em DISCURSO que repete a idéia ou a palavra e espera que na repetição ocorra o milagre da instauração, da concretização do Real. Para a Autora, assim como para a Educadora, a palavra é cara e na formação de seus discípulos diz que toda palavra deve ser sábia, amorosa, de realização e nunca de desencantô. Ela repassa, aqui, as palavras exemplares, recebidas de seus mestres, e cunhadas com os gestos que as enaltecem.

"Que a ação e o gesto não desfigurem nunca a palavra!" (FI, 1971:208).

"A nossa palavra tem de ser de pedra e cal, realizada no Preventório" (FI, 1937:16).

O cuidado com o instrumento que leva a "boa nova" educativa — a palavra —, evidenciado pelos gestos que podem torná-la ineficiente, ou pela falta de gestos que a consubstanciem e a protejam de ser "levada pelo vento", desnuda os limites da realização humana e evidencia que nem sempre o querer

significa poder. Isto faz com que a Autora reconheça-se limitada pela sua própria condição humana e tenha consciência de que a sua missão é bem mais árdua que a dos da sua condição, e dupla porque o instrumento com o qual leva o Ideal a expõe a uma luta quase inglória — é que a sua palavra não tem o poder mágico da instauração; ela necessita de gestos, atos e exemplos que a corpórfiquem.

É por isso que Antonieta de Barros enfatiza palavra, duplicando-a, triplicando-a, metaforizando-a, contrapondo-a, dando-lhe como alimento a Fé capaz de fazer frutificar, numa dessas repetições, a essência que a palavra contém.

### 3. A ênfase

É a ênfase o recurso de linguagem de maior destaque em Farrapos de idéias. Ela imprime uma particularidade à obra porque é notadamente forte em todos os aspectos abordados e, por isso, pode-se dizer que Antonieta de Barros tem um estilo marcado pela ênfase.

Para Massaud Moisés<sup>6</sup>, ênfase é uma figura que "na linguagem escrita, utiliza a inversão dos membros, pormenorização das idéias, ordem crescente ou decrescente dos termos da frase, sinais de pontuação, etc." (1985:172).

Mattoso Câmara<sup>7</sup> diz que ênfase é "qualquer processo de linguagem destinado a dar especial relevo a uma enunciação". Entre as possibilidades de ênfase está a sintática que "decorre da disposição dos vocábulos na frase". Na escrita ou na imprensa, ela "é assinalada por um traço sublinhado (...) ou um tipo especial de letra chamado 'grifo' ou 'itálico'" (1981:

106).

Jean Dubois<sup>8</sup> diz que "o termo ênfase, tomado da retórica, designa na sintaxe transformacional um acento particular que se dá ao constituinte da frase". Este acento quando encontrado numa construção sintática, opera uma mudança na estrutura, cujo fim, é evidenciar um constitutivo do enunciado (1978: 214 e ss.).

A particularização ou o realce do enunciado como a característica fundamental da ênfase, apontada nos conceitos, é encontrada em Farrapos de idéias com muitos desdobramentos. Ora detectamos a inversão dos termos na frase, sobretudo no que tange à antecipação de orações ou à evidência de aspectos circunstanciais (advérbios); ora, a pormenorização das idéias que são retomadas crônica após crônica; ora, o largo emprego dos sinais de pontuação: ponto de interrogação (?), de exclamação (!) e, sobretudo, a vírgula (,), ligada à própria situação da inversão, da antecipação ou do deslocamento.

A citação, dada a larga recorrência, é um outro aspecto que seguramente foi enfatizado. Constitui-se num fator marcante a citação freqüente da Bíblia, de Ingenieros e a recorrência às Entidades Universais. Esses três marcos são a fonte do saber e a base da formação intelectual<sup>9</sup> que a Autora faz questão de evidenciar e iluminar, pois eles constituem o catecismo pelo qual se conduz e procura conduzir e catequisar.

De posse deste catecismo, bastante eclético, segundo a sua própria visão de mundo, do qual ela retira suas próprias lições, conforme referências feitas no primeiro capítulo, Antonieta de Barros parte para a catequese e o exercício, repassando as lições extraídas do catecismo-fonte. O exercício é

configurado na sua própria ação com a palavra, na materialização do discurso e na ação transformadora que a sua ação pretende desencadear. Assim como a Autora se realiza integralmente, como pessoa humana, vivendo e fazendo suas, as coisas e experiências do seu mundo, vivendo o catecismo que escolheu, formando o seu próprio, também procura, ensinando e catequisando fazer com que o próximo se realize igualmente. Vivendo e repassando os conhecimentos recebidos, a Autora conjuga, em si mesma, catecismo e lição, catequese e exercício.

Encontramos, ainda, a ênfase de ~~imprensa~~ quer pelo grifo ou itálico, quer pelas aspas (""), em largo e variado uso e a ênfase de repetição nas seqüências de nomes e/ou de verbos, preferencialmente em dupla e trio e também através da polienu-  
meração. A ênfase de repetição também foi detectada em alguns termos e expressões, recorrentes em várias crônicas, entre eles: "alamedas interiores", "ascensão", "quid divino", "escalada deslumbradora" e "rebanho de domesticados"<sup>10</sup>. Este tipo de ênfase assume funções tanto estilísticas, quanto retóricas<sup>11</sup> e, confirma ou evidencia, sobretudo, o trabalho constante com o instrumento indomável: a palavra.

Na catequese e no exercício com a palavra, chamam-nos a atenção os deslocamentos frasais, a repetição na seqüenciação de termos, as comparações, as metáforas e as antíteses.

### 3.1. Deslocamentos na estrutura frasal

Denominamos deslocamento a toda e qualquer modificação observada no que comumente se usa chamar ordem direta da frase na Língua Portuguesa (determinado + determinante; sujeito +

predicado; substantivo + adjetivo).

Celso Cunha e Lindley Cintra<sup>12</sup> denominam hipérbato "a separação de palavras que pertencem ao mesmo sintagma, pela intercalação de um membro frásico (...) Em sentido corrente, porém, hipérbato é termo genérico para designar toda inversão da ordem normal das palavras na oração ou da ordem das orações no período, com finalidades expressivas" (1985:610).

Para Mattoso Câmara, "a ordem inversa que colide com a norma geral da colocação constitui figura de sintaxe (que) quando chega a prejudicar a clareza, chama-se HIPÉRBATO". Todo e qualquer posicionamento de termos em desacordo com a sintaxe direta, o Autor chama de colocação estilística (1981:74).

Jean Dubois diz que "anástrofe é a inversão na ordem habitual das palavras (...) Tais deslocamentos devem-se a transformações estilísticas facultativas (...) ou ainda a transformações enfáticas (1978:53).

Percebe-se que os autores não são unânimes quanto à nomenclatura que trata da modificação da ordem formal ou direta da frase na Língua Portuguesa, porém afirmam se tratar de um recurso estilístico cuja finalidade é a expressividade. Em Farrapos de idéias, detectamos o largo uso deste recurso preponderantemente sob a forma de ruptura da frase para a intercalação de adjuntos — palavras ou orações.

"A vida, cuja finalidade tem de ser, fatalmente, a ascensão espiritual, exige da criatura humana o dever da compreensão" (FI, 1937:13).

"As pequeninas migalhas de felicidade que o homem pode apanhar, dentro da estreiteza da vida, só existem, nos gestos suaves de bondade" (FI, 1937:14).

"E ser, desse auroreecer deslumbrador, que se divisa, além, muito além, ainda, o sol e a própria vida" (FI, 1937:106).

A Autora enuncia um sujeito-tema — "a vida" — dá-lhe uma ou mais características intrínsecas, intercaladas, — "tem finalidade; deve ser ascensão" — e conclui justificando, no período ou na idéia, o motivo da referência ao enunciado — "exige da criatura humana o dever da compreensão.

A intercalação funciona como um acrescentamento à idéia-tema para melhor convencer o leitor de que a Autora possui ensinamentos e experiências a transmitir. O uso deste recurso cria no leitor o desafio necessário à comunhão destes ensinamentos. Estabelecida a empatia no primeiro contato, ou nas primeiras páginas, entra em cena o ensinamento que, neste e nos outros recursos levantados, pela repetição, assemelha-se ao "método pedagógico"<sup>13</sup>. A utilização de exemplos paralelos e simultâneos justifica o tema trabalhado.

Detectamos, ainda, que as intercalações são simples e/ou são múltiplas ou em fotocópias.

"Uma parte da humanidade teria, dulcificando-lhe a aridez da caminhada imperiosa, a bênção do conforto" (FI, 1937:14).

"Quem, por segundos, somente, se tem posto à margem da vida, para melhor compreendê-la, há de sorrir do triunfo, do reclamo da civilização" (FI, 1937:167).

Em todo o caso, percebe-se que a linguagem se apresenta com características mais afetivas que intelectivas, igualmente pela retórica e pela estilística e comporta frases mais concisas e enfáticas. O poder instaurador que as limitações humanas transformam em Discurso, cede lugar à máxima re-

apresentação deste, através da seqüência de elementos em dupla, tríade, quadra...

### 3.2. Duplicações verbais e nominais

Um caminho largamente utilizado para a persuasão do leitor que já se prende pelos deslocamentos é a dupla enumeração de termos. Entre as classes de palavras que concorrem para formar o discurso seqüenciado e repetido estão, sobretudo, os verbos e os nomes, particularmente os substantivos e os adjetivos.

As duplas, tanto verbais quanto nominais, apresentam critérios bastante definidos, dentre eles a repetição em espelho, a oposição e a sinonímia.

a) Repetem-se em espelho, ou seja, os mesmos verbos e/ou os mesmos nomes se refletem.

"Não basta à criatura existir, como não lhe basta o título de ser superior" (FI, 1937:13).

"Não é bastante que os livros demonstrem civilização, não são suficientes palavras" (FI, 1937:58).

"Onde há trabalho, há oração" (FI, 1937:78).

"É a vida na sua expressão mais completa (...) é a vida na sua finalidade" (FI, 1937:24).

"Soltar novos balões, criar novos sonhos" (FI, 1937:102).

"Não deixamos de ser espírito do seu espírito, alma da sua alma" (FI, 1937:110).

Nos espelhos — basta... basta, é... são, há... há, vida... vida, novos... novos, espírito... espírito, alma... alma — percebe-se que, em relação aos verbos, há espelhos idênti-



cos — há... há — e os há semelhantes — é... são. A repetição espelhada — "espírito do seu espírito, alma da sua alma" — revela a preocupação da Autora com a completa integração do homem consigo mesmo, com a sua individualidade que, em Farrapos de idéias, ganha um destaque maior, visto que as frases estão mais centralizadas no nome que no verbo e, visto que os verbos preferidos são o ser e o haver. O reflexo ajuda a fortalecer a individualidade acanhada.

b) Verbos e nomes apresentam-se igualmente em oposição.

"Os fados dotaram de alma e corpo de condor, mas lhes negaram as asas" (FI, 1937:18).

"Que caiam uns e subam outros!" (FI, 1937:103).

"Tudo quanto avilta ou eleva as criaturas, não passa de máscaras" (FI, 1937:164).

"O contraste é o fundo negro que faz realçar a fealdade ou a beleza, a dignidade ou o ridículo, o que há de mau ou de bom" (FI, 1937:27).

"A responsabilidade da vitória ou do fracasso do futuro cabe, pois, aos moços do presente" (FI, 1937:157).

As oposições — dotaram... negaram, caiam... subam, avilta... eleva, fealdade... beleza, dignidade... ridículo, mau... bom, vitória... fracasso — servem para iluminar os pólos antagônicos que são inerentes à criatura humana. Este recurso, em relação ao refletor, é utilizado em menor intensidade, uma vez que a oposição fragmenta e fragiliza, pela exposição, o indivíduo que a Autora deseja seguro e consciente da sua individualidade já fortalecida pelo próprio reflexo. "A vitória ou o fracasso", "aviltar-se ou elevar-se" é responsabilidade que cada indivíduo tem para consigo mesmo.

c) A sinônímia é outra técnica de duplicação de verbos e/ou de nomes

"porque toda proteção diminui e avilta" (FI, 1937:34).

"O estômago escravizou, dominou os homens" (FI, 1937:116).

"Tudo quanto a consciência repelir, tudo quanto a consciência condenar" (FI, 1937:131).

"A maldade turbilhonante, bulhenta, em que se debatem as criaturas" (FI, 1937:24).

"Nem tudo que nos parece odioso e repugnante, merece ódio e repugnância, mas comiseração e piedade" (FI, 1937:153).

Os sinônimos — diminui... avilta, escravizou... dominou, repelir... condenar, turbilhonante... bulhenta, odioso... repugnante, comiseração... piedade — parecem revelar a preocupação da Autora com a clareza do seu discurso. Buscando a expressão exata, quiçá elegante, novamente, Antonieta de Barros demonstra a preocupação com a palavra e, sobretudo, com os sentimentos mesquinhos e vis — "ódio e repugnância" — que desmerecem toda bela palavra. O "casamento" entre a palavra e a idéia que a Autora procura transmitir é seguramente o aspecto mais significativo deste recurso.

Outro recurso utilizado com fins à ênfase é a enumeração em tríade e que procura, da mesma forma que a dupla enumeração, o convencimento, a persuasão do leitor.

### 3.3. Tríades verbais e nominais

A enumeração de três elementos — verbos e/ou nomes — obedece praticamente a dois critérios que denominamos de tria-

des unissignificativas, ou seja, três elementos unidos em torno de um mesmo significado, e, tríades plurissignificativas sob a qual se agrupam elementos que apresentam uma significação variada.

a) **Tríades unissignificativas:** enquadram-se neste aspecto as enumerações de três elementos — verbos e/ou nomes — que se repetem em espelho ou sob a forma de sinônimos

"O trabalho é fartura (...) é alegria (...) é prece" (FI, 1937:17).

"Viver, mesmo desconhecendo (...) viver, mesmo estrangulando (...) viver, mesmo sufocando" (FI, 1937:124).

"A cultura ensina (...) a cultura espiritualiza (...) a cultura bendiz" (FI, 1937:17).

"É por amor dos homens que ele prega (...) é por amor dos homens que transforma (...) é por amor dos homens que o santo passou a vida a rezar" (FI, 1937:191).

"E fingem e mascaram-se e dissimulam perfeitamente" (FI, 1937:45).

"A sua nulidade aumenta, multiplica, prolifera espontaneamente" (FI, 1937:158).

"Toda abnegação, toda resignação, toda humildade, — nos faz pensar na impossibilidade de sua morte (de M<sup>ã</sup> Desidéria)" (FI, 1937:63).

"Em toda a pluralidade do seu espírito (...) há fixo, imutável, perene o seu trabalho de MESTRE" (FI, 1937:195).

A tríplice confirmação pela multiplicação da palavra, através do espelho — é... é... é, viver... viver... viver, cultura... cultura... cultura — ou da idéia, através do sinônimo — fingem... mascaram... dissimulam, "aumenta, multiplica, prolifera", "fixo, imutável, perene" — representa o esforço da Autora em pormenorizar, alargar e distender, ao máximo, as características do enunciado para melhor alcançar e conven-

cer o leitor.

Não é, ao que parece, um conhecimento mais profundo a respeito da mística que envolve o três ou a Trindade, pois a Autora mesma revela seu "contato" com a significação do três:

"Disse-nos, há dias, alguém, que três é o número de todas as cousas santas.

E, matutando sobre o assunto (...) pusemo-nos a pensar que o mistério da existência consta, também, de três fases: vida, morte e ressurreição" (FI, 1937:47).

Tornando claros os seus conhecimentos, revelando as experiências adquiridas, Antonieta de Barros procura estabelecer com o leitor uma relação de simpatia que se configura numa espécie de diálogo franco, aberto, honesto, sem subterfúgios, ou seja, ela demonstra que conhece as fraquezaa humanas, suas limitações e suas divergências, mostra as suas próprias fraquezas e limitações a este leitor que ela quer seja franco consigo mesmo e se convença de que todo o ser humano é frágil e apresenta pontos convergentes e divergentes em relação a si mesmo. Este é o mistério da existência: buscar significados, nem sempre únicos, mas sempre enriquecedores, nas lições que deixam a vida, a morte e a ressurreição. É na plurissignificação conferida pela existência aos mais diversos estágios da vida humana que o indivíduo, aquele que sabe compreender a riqueza desta multiplicidade, encontra elementos para realizar-se como homem.

b) Tríades plurissignificativas: Sob esta denominação agrupam-se as tríades de elementos verbais e/ou nominais cuja significação varia pela oposição de um termo em relação aos demais, pela correlação semântica entre eles e, até mesmo, por uma certa gradação que os elementos guardam entre si.

"Jesus (...) viveu, morreu e ressuscitou" (FI, 1937:47).

"Os sonhos lindos que ela (a Esperança) cria e faz crescer e que se desfazem" (FI, 1937:149).

"Cambiâncias, capazes de despertar a admiração, o entusiasmo ou a repulsa" (FI, 1937:27).

"O Idealista é Deus, enquanto cria o sonho, enquanto trabalha, enquanto dispensa, ao fruto (...) a parte divina" (FI, 1937:23).

"A Humanidade não cogita, não pesquisa, não conhece as alamedas interiores" (FI, 1937:124).

"Os seus exemplos, as suas leis, a sua palavra, as gerações têm esquecido e deturpado" (FI, 1937:147).

"É preciso avançar, alcançar a montanha, galgá-la" (FI, 1937:182).

"(O trabalho) É o pródigo que dá a fartura, que semeia alegria, que enche de bênçãos a vida" (FI, 1937:77).

"O magistério é a missão máxima de entusiasmo, de ação, de vida" (FI, 1937:91).

Na plurissignificação das tríades em que ocorre pelo menos um elemento em oposição aos demais — "viveu, morreu, ressuscitou", "cria e faz crescer e se desfazem", "a admiração, o entusiasmo, a repulsa" — das tríades que mantêm entre seus elementos uma certa correlação semântica — "O Idealista (...) cria, trabalha, dispensa", "não cogita, não pesquisa, não conhece", "os exemplos, as leis, a palavra" — e das que apresentam uma tendência à gradação — "avançar, alcançar, galgar", "dá (...) semeia (...) enche", "entusiasmo, ação, vida" — o objetivo é um e mesmo: alcançar o leitor/indivíduo mostrando-lhe e convencendo-lhe de que ela, enquanto Autora, é também uma pessoa que se preocupa com as angústias que cercam o ser humano, com tudo o que a ele se relaciona: o sonho, o trabalho, a vida, as ações, as palavras de entusiasmo que estimulam e as de desencanto que desestimulam, e que também como

ser humano que é, está sujeita aos mesmos reveses, mas que, nem por isso, acha-se isenta de levar a boa palavra e de praticar a sua missão.

Alcançar o leitor pela enumeração de termos seqüenciados parece ser o que há de mais significativo no aspecto concernente à ênfase, pois verifica-se, além das duplas e tríades enumerativas, a presença da enumeração de quatro ou mais elementos.

#### 3.4. A polienumeração

Para enfatizar a idéia, ou mesmo realçar aspectos de um sujeito-tema, Antonieta também usa do recurso enumerativo de quatro ou mais elementos verbais e/ou nominais.

"Luta-se, guerreia-se, mata-se, morre-se" (FI, 1937:28).

"O homem luta, e trabalha, e avança, e procura vencer" (FI, 1937:160).

"E a guerra (...) com seu cortejo de luto, orfanidade, viuvez, miséria, tem no Egoísmo a causa mater" (FI, 1937:28).

"O idealista, o rebelde, o revolucionário, o cientista, o artista, todos os espíritos criadores, é sob a carícia do silêncio que elaboram os planos" (FI, 1937:52).

Este recurso enfático, em relação aos demais já vistos, aparece em menor escala quantitativa, mas em qualidade se equipara aos anteriores, visto que nele os aspectos retóricos e estilísticos contribuem para a sua formação e para os objetivos da Autora que busca no trabalho com a palavra o reforço da idéia e, no reforço da idéia, a imagem capaz de melhor fixar o pensamento.

Em todos os recursos — duplas, tríades e polienumerações — o que assoma, sem dúvida, é o método pedagógico que prima pela repetição, como já foi dito. Transplantado e identificado em Farrapos de idéias, não podemos deixar de dizer que esta, além de ser uma obra que educa e ensina o leitor os "caminhos que deve andar", também procura — apesar da franca opção pela ênfase necessária à catequese — através de alguns recursos literários, tais como a comparação, a metáfora e a antítese, mostrar que não desconhece os caminhos do prazer estético e, com eles, tenta deleitar o espírito deste mesmo leitor.

#### 4. A comparação

Apesar de as estruturas comparativas estarem muito mais próximas, pela sua própria definição, dos aspectos sintáticos da frase que dos seus aspectos literários e, portanto, seguramente, mais voltadas para ênfase que para o deleite, em Farrapos de idéias encontramos estruturas comparativas, ligadas pelo elemento paratáxico, que se revelam, ao mesmo tempo, um reforço, uma ênfase para os ensinamentos e uma tendência para um grau de significação mais complexo que dispensa o elemento coordenador — como —, ou seja, uma tendência à metaforização.

Encontramos dois tipos de comparação: a) termos que se assemelham no todo ou em parte: é a comparação propriamente dita; b) termos de significação diversa, ou seja, por semelhança em algum aspecto: é o símile.

"Anchieta foi desbravar o sertão à procura de almas, como os outros iam à procura de ouro" (FI, 1937:192).

"Há criaturas que deixam (...) o aroma da sua passagem, como os turíbulos, onde se queimam essências aromáticas" (FI, 1937:63).

Há, no primeiro caso, uma comparação pura e simples entre "Anchieta" e "os outros". São dois termos que possuem uma semelhança mais aproximada, visto que são da mesma espécie — a humana — e procuram algo. Já no segundo caso, há uma comparação assimilativa entre "criaturas" e "turíbulos". São termos que se assemelham num determinado aspecto: no "aroma" que deixam ao passar, mas são de espécies distintas — o humano e o objeto.

De acordo com M. Câmara, comparação é um termo que define uma construção sintática entre dois termos, "em que um é posto em cotejo com o outro, definindo-se em função do que se sabe desse outro. A comparação pode ser assimilativa" (símile) e/ou gradativa (explícita) (1981:74). O símile é uma comparação assimilativa em que se "põe em cotejo formas de significação diversa: A é como B, A parece B, A dir-se-ia B" (1981:220).

Para Massaud Moisés "a comparação consiste na aproximação de dois termos que se assemelham no todo ou em parte (...). Quando o cotejo se realiza entre dois elementos da mesma natureza, temos a comparação pura e simples (...). Quando a analogia se efetua entre seres e objetos distintos temos o símile" (1985:94-5). O símile se distingue da comparação "na medida em que se caracteriza pelo confronto de dois seres ou coisas de natureza diferente, a fim de ressaltar um deles. Constitui, por isso, uma espécie de amplificação" (1985:477)<sup>14</sup>.



Em *Farrapos de idéias*, a força da comparação centra-se mais na semelhança de um aspecto — no símile, portanto —, que na semelhança geral entre seres da mesma espécie, ou seja, na comparação propriamente dita

"Que importa que os nossos sonhos morram e que, como balões, se queimem e desapareçam?" (FI, 1937: 102).

"E o homem (...) vai descrevendo no prato fumado da vida, o seu próprio destino, como lesmas, nas noites de S. João" (FI, 1937:103).

"Quando os homens (...) se investem, como os leões da fábula" (FI, 1937:131).

"O homem, como o caracol, fez da máscara o seu caramujo" (FI, 1937:137).

"Anchieta escrevia nas areias da praia, diante do mar, grande, como a sua alma, invencível, como a sua vontade" (FI, 1937:194).

Nas transcrições que mostram o homem como bicho — lesma, leão, caracol — percebe-se, nitidamente, a preocupação da Autora com a posição subalterna, humilhante e fingida do ser que deve dominar sobre as coisas do mundo. Revelando de forma atenuada, para não magoar, não ferir, nem desencantar com palavras rudes — "O homem é como o leão", "é como o caracol", "é como a lesma" — a Autora, pela comparação, mostra que existe a possibilidade de reversão deste estado de penúria. Se tivesse, em lugar da comparação, usado a metáfora, por exemplo — "o homem é o leão", "é o caracol", "é a lesma" —, teria sacramentado um estado de coisas bastante pessimista e não poderia falar de redenção humana para uma espécie irracional, ou vista como irracional por antecipação.

Por outro lado, o próprio cotejo em forma de símile é o que mais se aproxima da metáfora que, segundo Dubois, "consiste no emprego de uma palavra concreta para exprimir uma noção

abstrata, na ausência de todo elemento que introduz formalmente uma comparação" (1978:411). Assim, se a comparação coteja formas do tipo A é como A<sub>1</sub> — "(muitos homens) desertam da vida, como soldados mal compenetrados do seu dever" (FI, 1937:142) — e o símile coteja termos do tipo A é como B — "(Judás) tornou-se o símbolo da traição, sempre negra, como as noites sem o sorriso acarinhador das estrelas" (FI, 1937:152), a metáfora coteja termos do tipo A é B — "O mundo está velhíssimo (...) com (...) uma civilização em farrapos" (FI, 1937:54).

Sem a presença de metáforas grandiosas ou inesperadas até porque elas podem provocar uma reação contrária à desejada, Antonieta de Barros, a fim de deleitar, mas não intimidar seu leitor, cria um rol de metáforas peculiares na tessitura de *Farrapos de idéias*.

##### 5. A metáfora

Mesmo não sendo um processo tão largamente utilizado como a ênfase, a metáfora também contribui para a confecção do tecido estético-literário de *Farrapos de idéias*.

Mattoso Câmara nos diz que metáfora é uma figura de linguagem que consiste na transferência de um termo para um âmbito de significação que não é o seu", (...) e que se fundamenta "numa relação subjetiva, criada no trabalho mental de apreensão (...) Tem uma função expressiva, que é pôr em destaque aspectos que o próprio termo não é capaz de evocar por si mesmo" (1981:166).

Já para Massaud Moisés, a definição de metáfora não é al-

go tão simplificado, mas bastante controvertido. Discorrendo sobre os mais diversos estudos acerca da metáfora — da Poética de Aristóteles a Rhetorique générale de J. Dubois et alii — o Autor não chega a uma definição segura e clara da mesma, mas sua posição em relação a ela seria mais ou menos esta: Metáfora é uma figura de linguagem ou de pensamento que procura designar "o processo global de figuração ou expressão do pensamento literário". É ainda um "processo básico de comunicação verbal", pois a metáfora procura "traduzir em palavras, (...) pensamentos e sensações". Nela há um mecanismo que aproxima dois termos: a comparação implícita, e que dá por resultado o aparecimento de um sentido novo, através da transformação dos sentidos habituais que o encontro dos dois termos determina. Ela é um "plurissigno" que resiste à literalização do seu conteúdo figurado (1985:323-33).

A visão que Michel Le Guern<sup>15</sup> tem de metáfora parece mais ampla e, por isso, mais clara. Longe de quereremos minimizar ou simplificar o estudo que o Autor faz, e, até porque ele não oferece uma conceituação acabada da questão, parece que, em linhas gerais, metáfora é um mecanismo que suprime ou coloca entre parênteses uma parte dos elementos de significação pertencentes ao significado habitual das palavras, que constituem o enunciado, para dar origem a um novo significado imposto pelo contexto. "Obrigando a abstrair do nível da comunicação lógica um certo número de elementos de significação, permite pôr em relevo os elementos que se mantêm"; pela introdução de um elemento estranho ao contexto, a metáfora produz, num nível diferente do da informação pura, "a evocação duma imagem associada compreendida pela imaginação" que tem ressonância sobre a sensibilidade que o escritor procura despertar

ou provocar no leitor a fim de que este compartilhe com ele o juízo de valor, os sentimentos veiculados pela metáfora (1974:35-116).

A primeira figura que aparece em *Farrapos de idéias* obriga o leitor a deter-se sobre o próprio título que o denomina enquanto livro<sup>16</sup>. Do significado habitual do vocábulo "farrapo" — "pedaço de pano rasgado ou muito usado, andrajo, trapo; peça de vestuário muito rota; pessoa maltrapilha; pedaço de qualquer coisa"<sup>17</sup> — suprime-se boa parte — mormente o que se relaciona a tecido, pano, peça de vestuário, pessoa maltrapilha — e põe-se em relevo o fato de que "farrapo" é um "pedaço de qualquer coisa", que associado à "idéia" forma uma imagem que sobre o leitor determina, a nível de imaginação, o possível conteúdo que o livro enceta: pedaços de idéias. O processo nos obriga a ir mais longe e a questionar: Por que não temos "idéias inteiras"? Ou o que leva a Autora a sugerir que suas "idéias" são (como) "farrapos", gastas, rotas?

Observando a estrutura do livro, percebe-se que é constituída pelas crônicas — pedaços — que veicularam em *República* com o mesmo nome: "este livro ressuscita as crônicas ligeiras do rodapé de 'República', aos domingos. Elas ressurgem como eram" (FI, 1937:19). Nos textos, "farrapos" é um dos muitos termos recorrentes e perseguidos, por Antonieta de Barros, o qual vem sempre associado a idéia de coisa não inteira, em pedaços. Se considerarmos o livro um "tecido", há que se observar o fato de ter sido feito de pedaços já usados, gastos; um tecido feito, não de fios inteiros, mas de pedaços de fios já usados em outros tecidos.

É uma costura curiosa, reveladora e consciente. Há ou-

tros "tecidos" que se imiscuem ao dela — A Bíblia, Las fuer-  
 zas morales, o próprio pensamento pedagógico oficial e ofi-  
 cializado por meio de artigos impressos — e ela jamais nega  
 a participação deles na composição do seu. Talvez porque es-  
 tes "tecidos já fossem do conhecimento público é que ela se  
 refira ao seu como um que nada traz de novidade, que está ape-  
 nas, e novamente, reproduzindo certas idéias que deveriam ser  
 praticadas em benefício da Humanidade, da Coletividade, mas  
 que teimosamente são postas de lado, esquecidas. Talvez por  
 isso, Farrapos de idéias busque o resgate de quase tudo o que  
 dentro da vida já se tornou um farrapo: a existência, o ser,  
 o sonho, a civilização, a moral, a alma, a idéia.

"A existência, transformada aos poucos, num infi-  
 nito de ilusões em farrapos (...) os desencanta-  
 dos... Farrapos de seres, abandonados, volunta-  
 riamente, aos solavancos da sorte" (FI, 1937:21).

"Depois do ideal alcançado, há (...) um travo  
 amargo, farrapo de sonho que não se integralizou"  
 (FI, 1937:23).

"O mundo está velhíssimo (...) com (...) uma ci-  
 vilização em farrapos" (FI, 1937:54).

"Daí a moral, em farrapos, que se nota em toda  
 parte" (FI, 1937:59).

"Em meio aprendizado, apenas, já se sente a alma  
 cansada (...) em farrapos..." (FI, 1937:94).

"Fugiram-lhe dalma todas as migalhas da esfarra-  
 pada fraternidade existente" (FI, 1937:127).

A transferência da carga semântica de "farrapos" — uma  
 coisa concreta — para a caracterização de substantivos abs-  
 tratos — alma, existência, moral, por exemplo — caracteri-  
 za claramente um estado de falência geral entre os homens e  
 as suas relações; entre as próprias idéias já esfarrapadas de  
 tão ditas e debatidas, ao qual a Autora, pela metáfora, pro-  
 cura convencer seu leitor a debruçar-se mais, a olhar de modo

mais crítico e a, com ela, buscar a saída deste estado. A idéia que se faz de farrapos já na sua primeira ocorrência — no título —, antecipa ou revela o que será encontrado no interior da obra: uma humanidade decadente, esfarrapada à qual a Autora, com um farrapo de sonho, procura reerguer, fazer ascender através de uma Educação Ideal.

Mas para que a empreitada tenha êxito é necessário fazer o homem reconhecer o quanto é débil a sua posição e a sua atuação no mundo, o quanto seus gestos e pensamentos fazem retroceder toda uma civilização, não com o sentido de criticá-lo, mas com o intuito de fazê-lo reconhecer e arrepende-se para que a "redenção" seja possível. Retorna, aqui, o aspecto do catecismo que fala da denúncia do caos e do anúncio do Cosmo.

Denunciando, ainda, o esfacelamento, a ruptura, o desgaste, a violação, Antonieta de Barros recorre, num processo sinestésico, à cor vermelha para caracterizar, sobretudo, estados e paixões humanas perniciosas.

"É quando, numa ânsia, num ~~delírio~~ <sup>delírio</sup> vermelho, sufocando na alma o quid divino lá existente, dão liberdade à besta fera". (FI, 1937:27).

"O batismo de sangue se dará em todos os tempos, enquanto, sobre a terra, pisarem dois homens" (FI, 1937:57).

"Quando acorda, nos homens, a sede vermelha, nada os detém" (FI, 1937:58).

"É preciso que a locura vermelha domine as criaturas, para que sobre os cadáveres edifiquem os seus palácios" (FI, 1937:86).

"Como poderão, pois, as mulheres que, sempre, gritam e protestam contra a loucura vermelha dos homens (...) engrossar fileiras militares?" (FI, 1937:131).

"Por que os homens presentes (...) só sabem construir com argamassa de sangue?" (FI, 1937:175).

Enquanto o delírio, a loucura e a sede são vermelhas o batismo e a argamassa são de sangue que evoca o vermelho. Para minimizar a carga tão negativa que o vermelho tem nas crônicas, Antonieta de Barros demonstra que outras cores representam sentimentos e sensações positivas. Assim, o azul simboliza o Ideal; o branco, a bondade; o amarelo ou o dourado, o sonho e a esperança<sup>18</sup>.

Aliado às cores que amenizam a forte presença do vermelho, do sangue, da ruptura e que, conseqüentemente demonstram o intento da Autora de, não só apontar as falhas e os problemas, mas, e também, apontar caminhos e soluções, encontramos o vocábulo "doce" ou "doçura" como um outro contraponto às cargas negativas já detectadas no "farrapo" e no "sangue". A denúncia da decadência corresponde o anúncio da ascensão

"Educados na doçura suave da religião d'Aquele que, fez da sua trajetória, uma esplendorosa Via Látea de Amor..." (FI, 1937:15).

"A bravura consciente do que enfrenta a vida, (...) procurando maravilhar os homens com uma descoberta que lhes adoce a caminhada" (FI, 1937:36).

"Há criaturas que deixam, dulcificando a tristeza da ausência, o aroma da sua passagem" (FI, 1937:63).

"É o clarinar da alvorada tentando despertar os brasileiros para uma doce missão de Amor" (FI, 1937:110).

"Só o que luta (...) tem (...) o doce sorriso dos que sentem e compreendem a alegria de viver" (FI, 1937:125).

"E deu em troca do escárnio (...) a doçura da sua palavra" (FI, 1937:135).

Acreditando na possibilidade da ascensão, Antonieta de Barros repassa, porque vive, uma certeza de que a Humanidade há de encontrar seu caminho, há de crer na vida, há de trocar

as paixões mesquinhas e sanguinárias, pela brandura, pela doçura dos gestos daqueles que procuram, ainda, realizar os pequenos sonhos, as grandes descobertas, aprender com o Cristo a doçura dos gestos e das palavras.

Acreditando na sua "doce missão de Amor", a Autora toma para si a responsabilidade de reconduzir o homem; daí o tom doutrinal, catequisador, evangelizador da "boa palavra" que o seu discurso guarda. Através dos seus atos educativos que, por força da repetição, hão de elevar e redimir a criatura diante de si mesma, a Autora quer fazê-la aproximar-se d'Aquele que ilumina e orienta para a grandeza dos pequenos gestos.

No decorrer o texto, é bastante freqüente o aparecimento da idéia luz e que se manifesta diversamente através de vocábulos como: iluminar (iluminado, iluminou, luminoso, etc.), sol, luz, reflexo, acender, ou através da própria negação ou ausência da luz: sombras, trevas, ocaso, etc.

"As existências não se medem pelos relógios que 'dividem as horas e os minutos', mas pelas ações iluminadas pela solidariedade humana" (FI, 1937:13).

"Os pequenos e humildes acendedores da Esperança (...) fazem a maravilha de vitalizar a chama da Ilusão, para iluminar salutares pensamentos de bem-estar" (FI, 1937:32).

"Basta ao seu desmedido, incontentável Egoísmo, gozar da doçura da sombra, sentir a proteção contra a inclemência do sol que cresta, mas vitaliza, dando às criaturas toda a pujança da sua individualidade" (FI, 1937:34).

"(Anchieta) criou, entre nós, os primeiros núcleos, donde irradiaram as luzes primeiras da instrução e da moral" (FI, 1937:196).

Se os sentimentos mesquinhos — ódio, destruição, egoísmo — sitiam nas trevas "as criaturas do séc. XX" (FI, 1937:



130); se elas gostam de viver "às sombras, ditas protetoras" (FI, 1937:90); se o egoísmo "nega-lhes a luz, para tudo quanto não seja elas mesmas" (FI, 1937:94), não se pode, segundo a Autora, assistir passivamente a este "ocaso de civilização" (FI, 1937:73). É preciso iluminar o caminho dos jovens; a consciência do mestre há de ser uma lâmpada que ilumina o caminho que leva à estabilidade da moral social; "o professor tem que ser mais que instrutor (...) (tem que) ser o sol" (FI, 1937:106), pois o encanto da vida "consiste em iluminá-la sempre!" (FI, 1937:103) quer pela palavra — "sábua e cheia de luz" (FI, 1937:136) — quer pela ação, pelo "trabalho luminoso do mestre" (FI, 1937:93), pelas ações iluminadas pela solidariedade.

Dada a sua múltipla proclamação, a idéia luz assume a identidade de metáfora, não pelo rigorismo da sua definição lingüística, mas pela sua funcionalidade dentro do texto. Ainda que não tenham, quaisquer dos temas arrolados (o farrapo, o vermelho, a doçura, a luz), o rigor estético da metáfora é inegável a idéia da transubstanciação que por eles percorre. Ademais, trata-se, *Farrapos de idéias*, de um texto emergente ao qual, talvez, não se possa aplicar o rigorismo estético que se aplica a um texto consagrado<sup>19</sup>.

Outras imagens percorrem *Farrapos de idéias* e, embora não sejam muito repetidas ou recorrentes, no conjunto revelam que a Autora, apesar de ter optado pela clareza e ênfase necessárias à catequese, não desconhece a função estética da linguagem e sob esta ótica, Le Guern diz que "a função estética da linguagem não se limita à expressão literária: é também a manifestação da preocupação habitual e louvável de o falar ser um bom falar, e mesmo se for possível, um falar elegante (...);

mantém em geral uma intenção utilitária por pouca que seja" (1974:112).

A preocupação de que fala Le Guern é particularmente forte em Antonieta de Barros e, pela fidelidade à catequese ou pelo prazer que pode proporcionar, a Autora, ainda, recorre às Antíteses, não só nos vocábulos, como já foi visto, mas na composição de frases e orações.

#### 6. A antítese

O que vimos no processo de duplicação de nomes e verbos em oposição procurou demonstrar o antagonismo, sobretudo, em vocábulos próximos na estrutura frasal: verbos e nomes. Aqui, busca-se uma ampliação daquelas antíteses, sobretudo, nas idéias, no pensamento, na mensagem que pretende atingir o leitor. E se lá vimos — "Passa-nos, na tela maravilhosa do pensamento, os dias vividos, toda a glória ou toda a derrota" (FI, 1937:51) — a oposição flagrante entre "glória" e "derrota", por exemplo, aqui o que veremos — "Nem todos os que existem vivem" (FI, 1937:13) — é a oposição na idéia que a frase transmite sem que os vocábulos, por si mesmos, denotem a oposição.

Antítese, para M. Câmara, "é uma figura de sintaxe, pela qual se faz a contraposição simétrica de palavras ou expressões de significado contrário, para — a) pôr um relevo a oposição entre elas, b) obter um impressionante efeito paradoxal" (1981:53).

M. Moisés diz que é uma "figura de estilo segundo a qual se aproximam dois pensamentos de sentido antagônico (...) Na

antítese, a oposição das idéias confere a ambas a ênfase que desconheciam caso fossem enunciadas isoladamente" (1985:30).

Figura de sintaxe ou de estilo, o fato é que por palavras e idéias, a Autora procura demonstrar e contestar as contradições vividas e manifestadas pelos atos e pensamentos humanos. A antítese funciona como um instrumento capaz de fazer o leitor meditar sobre a sua condição.

"Hã, sempre, falhas que limitam as possibilidades humanas (...) e até mesmo o querer não significa poder" (FI, 1937:23).

"A fatalidade leva o homem à guerra, para, numa passividade pasmosa, bater-se pelos sonhos alheios" (FI, 1937:36).

"E batem palmas, quando desejam atirar pedras" (FI, 1937:45).

"Nem tudo acaba com a morte" (FI, 1937:63).

"Querem a paz. A guerra é a mais negra e terrível das fatalidades, todavia armam-se" (FI, 1937:86).

O encontro com a sua própria individualidade é o que Antonieta de Barros mais deseja para o homem a quem ela se dirige e é pela formação de uma personalidade íntegra que ela trabalha pelos meios que já conhecemos. É por isso que ela enfatiza as falhas, as diversidades, a falta de integridade e de individualidade deste mesmo homem que ela deseja reconheça-se e busque fugir à domesticação, à alienação que algumas atitudes coletivas — como a guerra — provocam quando a elas se empresta apenas a força bruta.

Revelando por meio de palavras, frases, expressões e orações os antagonismos humanos, a Autora despe sua certeza de poder sempre realizar, apesar do uso da força física, pelo seu querer

Despindo-o, revela que as armas utilizadas — pedras, guer-  
ras, — para alcançar o alvo, nem sempre definido, revelam as  
limitações próprias dos seres inferiores, que têm embotado o  
desejo de ascensão espiritual. Definindo-lhe o perfil e devol-  
vendo-lhe a identidade perdida nas agruras da existência: "Es-  
ta passagem tormentosa a que chamamos vida, nem todos a vi-  
vem" (FI, 1937:189), Antonieta de Barros procura, finalmente,  
cobri-lo com o manto, um pouco esfarrapado, um pouco utópico,  
da possibilidade de grandes realizações quando se aprende a  
canalizar forças para o engrandecimento das atitudes coleti-  
vas que visam atingir a Humanidade, o homem por inteiro: o  
Preventório, a Educação.

Tudo o que ela procura despertar nos outros, primeiramen-  
te, realiza, certa de que com o seu exemplo, outros lhe se-  
guirão os passos, como ela seguiu os passos e exemplos de al-  
guém; certa de que "nem tudo acaba com a morte", assim como  
não acabaram com a morte os passos que ela seguiu e tentou,  
pela partilha, pela imitação, pela adaptação, pela comunhão,  
continuar.

Notas e Referências Bibliográficas

- 1 O Programa de Ensino da Escola Primária (Grupos Escolares e Escolas Isoladas) oficializado pelos Decretos 796 de 02/05/1914 e 2.218 de 24/10/1928, insistia na necessidade de o professor "obter respostas completas que sejam a reprodução exata das sentenças utilizadas na cartilha" (a citação se encontra nos dois decretos, sem qualquer alteração), ou seja, o aluno deveria iniciar sua resposta repetindo o final da pergunta. Insistia, ainda, na necessidade de o professor fazer com que o aluno recomeçasse "melhorando (por este modo, devido à repetição)" o exercício feito (Dec. 2.218 de 24/10/1928). Dessa forma, o ensino-aprendizagem passava pelo "recordar" e "repetir" até o reconhecimento completo ou até que o resultado fosse satisfatório. Era um processo lento e gradual que, embora não permitisse a memorização detalhada e servil de "compêndios ou mesmo apontamentos fornecidos ou ditados pelos professores" (Art. 60, decreto 795 de 02/05/1914), ainda guardava resquícios deste mesmo processo, visto que exigia a repetição como forma ou norma para a aprendizagem.
- 2 Em alguns textos, em Apêndice, a Autora critica a falta de oportunidade que priva a mulher catarinense de acessar a formação superior. Ela própria é vítima da falta de oportunidade.
- 3 Exceção feita à última crônica que não foi encontrada. Já sugerimos uma possível causa para isso, na nota 8 do capítulo primeiro.
- 4 A Bíblia Sagrada (Trad. Pe. Antônio Pereira de Figueiredo). Rio de Janeiro, Ed. Barsa, 1968. p.1. Na tradução para La nueva Biblia Latinoamericana (Madri, Ediciones Paulinas, 1974), o mesmo versículo apresenta a seguinte redação: "Dijo Dios: 'Haya luz', y hubo luz". Na Vulgatae: "Dixitque Deus: 'Fiat luz'. Et fact est lux".
- 5 A conceituação do termo Logos remete em N. Abbagnano, por exemplo, à essência, à divindade; M. Rosental e P. Iudin o conceituam como "pensamento, conceito, palavra, razão" (Pequeno dicionário filosófico, S. Paulo, Livraria Exposição do Livro, 1959, p.335).
- 6 MOISÉS, Massaud. Dicionário de termos literários. São Paulo, Cultrix, 4.ed., 1985.
- 7 CÂMARA JR., J. Mattoso. Dicionário de lingüística e gramática. Petrópolis, Vozes, 9.ed., 1981.
- 8 DUBOIS, Jean, GIACOMO, Mathée, GUESPIN, Louis et alli. Dicionário de lingüística. São Paulo, Cultrix, 1978.
- 9 Leia-se formação religioso-pedagógica, visto que Ingenieros é a base pedagógica; a Bíblia, a base religiosa.

- 10 Exemplos de ênfase na repetição da mesma expressão:  
 "alamedas interiores": "Ele (Cristo, o devassador das 'alamedas interiores'" (FI, 1937:14)  
 "É que as "alamedas interiores" são, sempre, fechadas aos profanos" (FI, 1937:54)  
 Aparece, ainda, às p.94 e 124 com a mesma expressão e tendo por sinônimo "mundos interiores" nas p.25 e 97.  
 "ascensão": "a vida (...) tem que ser fatalmente, a ascensão espiritual" (FI, 1937:13)  
 "Descobrir-se a si mesmo é realizar-se, é ascender, é procurar, na incontentabilidade, a força vitalizadora da ascensão" (FI, 1937:69).  
 As páginas 123, 137, 179 e 182 também registram o termo.  
 "quid divino": "falta-lhes o quid divino" (FI, 1937:21)  
 "sufocando na alma o quid divino lá existente, dão liberdade à besta fera" (FI, 1937:27)  
 Tendo por sinônimo "parte divina": p.52, 106 e 131; "parte vibrátil e sensível": p.71 e "migalha da divindade"; p.99.  
 "escalada deslumbradora": p.17, 24, 37, 71, 90, 96, 110, 114, 133, 160, 179 e 182.  
 "rebanho de domesticados" (ou apenas "rebanho", "domesticados", "domesticação"): p.37, 78, 81, 105, 107, 158 e 197.  
 Há outras expressões que se repetem, como por exemplo: "consciência da individualidade", "integralização do ser na sua individualidade", "Humanidade melhor", "tutelas", "sombrias", "muletas", "acotovelamento", "superioridade humana" e "paixões que agitam a vida".
- 11 A estilística estuda a expressão na sua "capacidade de fixar e atrair a atenção alheia em referência ao que se fala ou escreve", ou seja, estuda a expressividade da linguagem, isto é, a capacidade de emocionar e sugerir. Assim a entende e se expressa M. Câmara nos verbetes "Expressão" e "Estilística", 1981:114 e 110, respectivamente.  
 Por sua vez, Massaud Moisés, confessa que a retórica é uma arte que usa a "linguagem com vistas a persuadir ou influenciar" (1985:430).  
 Atraindo seu leitor pela repetição, Antonieta de Barros, procura sugerir, emocionar e fazer comungar dos sentimentos e idéias que possui, ao mesmo tempo em que procura persuadir, influenciar e atuar nas transformações.
- 12 CUNHA, Celso e CINTRA, Luis F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2.ed. 16. reimpr. 1985.
- 13 Ver nota I.
- 14 A questão do limite entre a comparação (explícita) (ou propriamente dita) e o símile, onde termina uma e começa o outro, parece não estar bem definida. Onde, por exemplo, enquadrar as comparações deste tipo?  
 "Desaparece como bolhas de ar, tudo quanto não tiver suas raízes na consciência das massas" (FI, 1937:61)  
 "E depois, como tudo o mais (...) (os balões) se queimam ou se perdem" (FI, 1937:102).

São comparações simples ou assimilativas (símiles)? Parece que na arregimentação de recursos lingüísticos e/ou estéticos para a composição de um texto, nem sempre o autor obedece às normas do fazer lingüístico ou literário e daí resultam, talvez, os grandes desacertos de se tentar enquadrar autor e obra dentro de uma visão mecânica e determinada. Às vezes, pode soar "forçado".

15 LE GUERN, Michel. *Semântica da metáfora e da metonímia*. Porto, Coleção Universitas/Telos, 1974.

16 Segundo Aurélio Buarque de Holanda (nota 7, cap. I), entre outras definições, "Livro" é uma "reunião de folhas ou cadernos, soltos, cosidos ou por qualquer outra forma presos por um dos lados, e enfeixados ou montados em capa flexível ou rígida" (1975:847).

17 Ver Aurélio B. de Holanda (1975:612).

18 "Quando, do caos, surge a flor azul do ideal concretizado fica na alma (...) a mágoa por tudo quanto não conseguiu realizar" (FI, 1937:24).

"A flor 'azul do Ideal' nunca lhes enfeitará os dias" (FI, 1937:179).

"Não consegui fazer desabrochar, na alma das criaturas a branca flor da bondade" (FI, 1937:87).

"O Cavaleiro andante do Ideal sente reacender-se-lhe, no íntimo, a labareda sagrada do sonho" (FI, 1937:25).

"A alma humana (...) tem reflexos dourados de esperança, na mais mentirosas das auroras" (FI, 1937:181).

19 A funcionalidade que a idéia luz guarda em Farrapos de idéias, parece haver correspondência com a idéia branco dos sonetos de Cruz e Sousa:

"Ó Formas alvas, brancas, Formas claras  
de luares, de neves, de neblinas!..." (Antífona)

"Brancuras imortais da Lua Nova,  
frios de nostalgia e sonolência...

Sonhos brancos da Lua e viva essência  
dos fantasmas noctívagos da Cova." (Flores da Lua)

#### 4. CONCLUSÃO

Ao final desta que pode ser considerada a primeira leitura da obra Farrapos de idéias, chegamos às seguintes conclusões:

1) Estamos diante de uma obra que, passados mais de 50 anos, desde a data da sua primeira publicação, mantém-se acen- tuadamente moderna e pulsante, porque nela está inserida a criatura humana com todos os problemas que gravitam em torno da sua condição, sejam eles de ordem física, espiritual, moral ou social; uma obra que mantém viva a preocupação com o bem-estar geral do indivíduo e do grupo; uma obra que procura ensinar e conduzir, ainda quando está a aprender e a buscar os caminhos percorridos pelos homens notáveis gerados pela Huma- nidade.

2) No que diz respeito à formação cultural, à educação po- pular, preocupação central na obra, este não poderia ser um tema mais atual, visto que ela toca profundamente no cerne de toços os problemas educacionais atuais. Autora e obra apon-



tam, sugerem soluções viáveis, mas que demandam a coragem daqueles que podem viabilizá-las.

3) Diante da atualidade dos temas de *Farrapos de idéias*, sentimos que lhe falta um estudo aprofundado, e que dever-se-ia publicar toda a obra da Autora, visto que ela contribui registrando fatos culturais, políticos, sociais da sociedade catarinense de uma época e isto comprova a sua importância para a cultura catarinense.

4) Deixá-la ainda desconhecida do grande público pelo fato de ter escrito apenas "um livro" ou "um livro" que não guarda exclusivamente preocupações estéticas e literárias, mas que as apreende em todos os níveis — talvez, para este fato, a crítica especializada não tenha despertado ainda — é um desagravo à memória cultural de um povo.

5) Mesmo optando pela clareza na catequese, *Farrapos de idéias* mostra preocupações com o discurso estético, haja vista a constante presença da ênfase, no decorrer do texto, que se manifesta nas duplas, tríades e polienumerações de elementos verbais e nominais.

6) *Farrapos de idéias*, apresenta, também, ao lado de todo o discurso evangelizador, um discurso simbólico que remete a metáforas, das quais, a mais expressiva recai, justamente, sobre o próprio título da obra que se abre em possibilidades antagônicas e convergentes: "farrapo" é estado ou qualidade da criatura decaída, corrompida; e "farrapo" é cada uma das partes dos "tecidos" (morais e teóricos) que concorrem para a confecção do manto que revestirá esta mesma criatura, quando em estado de ascensão.

7) A par do que se pode ler na obra desta Autora emergente, percebemos que os autores desconhecidos, ou os autores de "um livro", constituem importante parcela na vida cultural de uma sociedade, talvez a mais interessante, pois, uma vez que não estão atrelados à "cultura oficial" ou "oficializada" ou "erudita", eles, ao que tudo indica, "filtram" com maior isenção os aspectos da vida cotidiana e contribuem fortemente para a formação e a sedimentação da cultura da qual tomam parte.

## 5. BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. (Trad. Alfredo Bósi). 2.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1985.
- BERDIALES, German. Maestros del idioma. 11.ed. Buenos Aires: Editorial Kapeluz, 1950.
- A Bíblia Sagrada. (Trad. Pe. Antônio Ferreira de Figueiredo). Rio de Janeiro: Livros do Brasil, 1962.
- A Bíblia Sagrada. (Tradução João Ferreira de Almeida). Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.
- BCUYER, L. Diccionario de teología. (Trad. Francisco Martínez). Barcelona, Espanha: Editorial Herder, 1983.
- CÂMARA JR., Mattoso. Dicionário de lingüística e gramática. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CÂNDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. 7.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
- COELHO, Teixeira. O que é utopia. São Paulo: Abril/Brasiliense, 1987.

- COLÔNIA, Carmem Linhares. Relatório de 1941 da "Sociedade de Assistência aos Lázaros e Combate à Lepra" em Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1941.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- Decreto 794 de 02/05/1914 - Regulamento geral da instrução pública. Joinville: Typ. Boehm, 1914.
- Decreto 795 de 02/05/1914. Regimento interno dos grupos escolares do Estado de Santa Catarina. Joinville: Typ. Boehm, 1914.
- Decreto 796 de 02/05/1914. Programa dos grupos escolares e escolas isoladas do Estado de Santa Catarina. Joinville: Typ. Boehm, 1914.
- Decreto 2.218 de 24/10/1928. Programa de ensino dos grupos escolares, escolas isoladas, escola normal e escolas complementares. Florianópolis: Typ. Livraria Moderna, 1928.
- DUBOIS, Jean; GIACOMO, Mathée; GUESPIN, Louis et alii. Dicionário de lingüística. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.
- FOUCAULT, Michel. "Sobre a arqueologia das ciências". In: Epistemologia e pensamento contemporâneo. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- História do pensamento - Das origens à Idade Média -. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

- INGENIEROS, José. Las fuerzas morales. Buenos Aires: Santiago Rueda - editor, 1951.
- JESUALDO. 17 educadores da América (los constructores, los reformadores). Montevideo, Uruguay: Ediciones Pueblos Unidos, 1945.
- La nueva Bíblia Latinoamericana. Madri: Ediciones Paulinas, 1974.
- LE GUERN, Michel. Semântica da metáfora e da metonímia. Porto: Coleção Universitas/Telos, 1974.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural dois (Trad. Chaim Samuel Katz). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 45, 1976.
- MARIA DA ILHA. Farrapos de idéias. 1.ed. Florianópolis: Ed. do Autor, 1937.
- \_\_\_\_\_. Farrapos de idéias. 2.ed. Florianópolis: ETEGRAF, 1971. (Homenagem Póstuma)
- MANNHEIM, Karl. Ideologia e utopia. (Trad. Sérgio Magalhães Santeiro). 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MASSAUD, Moisés. Dicionário de termos literários. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1985.
- MOSIMANN, Adriano. "A missão do professorado primário". In: Revista de educação. Florianópolis, nº 4 e 5, julho a outubro de 1936.
- NASCENTES, Antenor. Dicionário de língua portuguesa. 1.t. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1961.

PIO XI. Carta encíclica "Divini Illius Magistri", de 1929. Sobre la educación cristiana de la juventud. 2.ed. México: Ediciones Paulinas, 1967.

PLATÃO: Vida e Obra. In: Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

RAMOS, Nereu. Discursos. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943.

ROCHA, Everardo P.G. O que é mito. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ROSENTAL, M. e IUDIN, P. Pequeno dicionário filosófico. São Paulo: Livraria exposição do livro, 1959.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Sociedade "Eunice Weaver" de Florianópolis. Mantenedora do "Educandário Santa Catarina". Apostila datilografada, 1977.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética (Trad. João Dell'Anna). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

Vulgatae.

## 6. APÊNDICE

As páginas que seguem agrupam os textos esparsos encontrados nos jornais pesquisados entre 1920 e 1952, e que não foram incluídos em nenhuma das duas edições de *Farrapos de idéias*.

No cotejo entre as crônicas do livro e as do jornal *República* não foram detectadas diferenças ou mudanças significativas dignas de nota. Quanto aos textos esparsos, o cotejo não foi possível uma vez que não encontramos outra versão impressa.

Nosso objetivo, aqui, é permitir a leitores, pesquisadores e estudiosos da literatura e da cultura catarinense, um pronto acesso a um número maior possível de textos da Autora.

A transcrição procurou ser fiel ao texto-base, mas foi atualizada de acordo com o sistema ortográfico oficial (1943 e 1971) e, sem descaracterizar, em momento algum, o texto da Escritora, suprimiram-se consoantes dobradas, acentos gráficos em vocábulos como: este, ele, somente; atualizou-se o uso de

"ç"/"s", "s"/"ç", etc.; corrigiram-se erros óbvios ou tipográficos, e as palavras ou expressões que suscitaram dúvidas foram mantidas acompanhadas de um sic. Não procedemos a notas explicativas a cada atualização, supressão ou correção feita porque: primeiro, o trabalho não tem por objetivo central uma edição crítica; segundo, os casos atualizados prendem-se a normas ortográficas adotadas pela Autora de acordo com a época da sua vigência e podem perfeitamente ser resgatadas através dos manuais e dos guias ortográficos; terceiro, as "correções" foram mínimas porque os textos guardam uma linguagem bastante atual, sem estrangeirismos (raras exceções que foram mantidas como se apresentavam) ou fatos lingüísticos próprios da época.

Foram respeitadas a paragrafação e a pontuação do texto-base, mas com fins à uniformidade nas transcrições, não foram levados em conta, em algumas crônicas, os sinais gráficos (\*, -, x) que separavam blocos de períodos, bem como as aspas (") que marcavam o início de algumas delas. Uma vez que a maioria das crônicas iniciava pelo título "farrapos de idéias", normalmente disposto em caixa-alta, adotamos, com fins ainda à uniformidade, numerar cada uma delas, de acordo com a ordem cronológica de aparecimento nos jornais, e em nota, colocar o nome com o qual a Autora assina, o título da crônica entre aspas, a fonte, ou seja, o jornal onde foi encontrada e a sua respectiva data.

Dessa forma, cremos ser possível, aos futuros leitores deste estudo, seguir o mesmo trajeto e determinar novos e importantes dados sobre o texto de Antonieta de Barros e que não foram aqui arrolados.



Os textos foram agrupados em CRÔNICAS (porque traziam quase que invariavelmente o título de "Farrapos de idéias"), DISCURSOS (porque se referiam ao trabalho político realizado em duas fases: 1935-36 e 1948-49) e OUTROS (porque não eram uma crônica ou um discurso proferido na Assembléia Legislativa).

Assim, foi reunida aqui uma produção bastante numerosa que merece e está a pedir leituras abalizadas e atentas.

7. C R Ô N I C A S

## I

A multidão é, sempre, um ser acéfalo.

Age, levada pela onda de entusiasmo, ou de ódio, de alegria, cujo movimento tem princípio numa voz que, sempre, encontra eco.

E essa voz atua reperente e se transmite e domina a multidão, como se cada indivíduo fosse o elo de uma grande cadeia, junto do qual houvesse passado uma centelha.

Todo sentimento humano, quando transmitido ao povo, com a voz do coração, invade-lhe a alma, como o vento em casa de janelas escancaradas.

Reunidos pela curiosidade, os homens se agitam ao sabor das falas dos que vibram por um sentimento qualquer, e se tornam água do mesmo mar, raios oriundos de um só foco, iluminando ou destruindo segundo as vibrações do foco, donde emanam.

E essas falas eletrizantes, possuídas de um entusiasmo gritante e comunicativo, arrastam a massa e fazem-na espoucar em gargalhadas ou em vaias, bater palmas ou atirar pedradas.

E cada um desses homens, capaz de se tornar incendiário, capaz dos maiores absurdos, é, isolado, um ser pacato que teme, as mais das vezes, um gesto desabrido, uma palavra menos polida.

Ninguém resiste ao horrível contágio das multidões.

E, por isto, tão somente por isto, não se lhe pode crer  
nem no ódio que lhe arma o braço, nem na alegria que lhe re-  
benta em palmas e chuva de flores.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". Folha Acadêmica,  
19 de agosto de 1929.

A vida, cadeia de ilusões que preenche todo o desejo do menos ambicioso coração.

E, porque todo homem assim a quer, a ela se agarra com a ânsia infinita, com vontade firme de alcançar o rosário de ilusões múltiplas que a entretecem, e lhe anestesia a alma, e alcatifam a estrada íngreme e dificultosa.

Ilusão vem! Ilusão vai! ...

E, entre elas, o rápido e fugitivo instante de um desencanto que o poder fascinante de outros sonhos abafa, sufoca, mata.

E o coração humano, ávido de mais vida, encontra, nesta "berceuse", todo o encanto e a razão de viver...

Mas, se, imprevidente, ou num movimento involuntário, mesmo, olha, por alguns momentos o que já passou, há de, com tristeza, sentir e notar, como o poeta:

"é um cemitério a estrada, a custo percorrida;"

"jazem nele ilusões e sonhos do Passado"

"- O cadáver do Ideal que se buscou na Vida!"

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". Folha Acadêmica, 16 de outubro de 1929.

Dona Bernardina Camaleão, filha do finado Amaro Camaleão, é uma das senhoras com quem muito gosto de conversar.

Não é que eu seja de natural conversadora, mas D. Bernardina tem a maravilhosa qualidade, para bem, de ser pedante.

Conversar com pessoas que sofrem deste mal, é-me, infinitamente, agradável:

Se se pudesse caricaturizar o dicionário, humanizá-lo e feminilizá-lo, devia ser com a figura de D. Bernardina Camaleão.

Gordoná, baixota, bochechuda, aqui e ali, no rosto umas perquinhas e enfeitá-lo, parece um volume do Pequeno Dicionário de Figueiredo, última edição.

E ela, com todo o seu pedantismo, o seu empolamento, e a sua melosa literatura à Escrich, é bastante simpática.

Muita vez, entre risonha e séria, recebo seus "amplexos" e os seus "ósculos" e muito me distraem as suas palestras, à moda de aula ou doutrina, em que extravaza todos os seus conhecimentos enciclopédicos, aliás, colhido numa velha e sebo-sa enciclopédia do ovô, que Deus tenha lá.

Vezes, porém, é duma simplicidade de arrepiar os cabelos, chegando às raias da estupidez.

Há dias fui vê-la. Estava triste: destroncara um pé.

— Mas, como foi isso D. Bernardina? perguntei interessada.

— Pois, minha jovem, ontem quando o sino tocava melancolicamente o angelus, encaminhava-me para o meu lar.

No passeio, estes horríveis e altos passeios, ao meu flanco esquerdo, vinha um pecorrucho de um lustro presumível. Não sei explicar-lhe como, todavia, a verdade é que pus o pé em posição dúbia, e senti ia obedecer, inevitavelmente a lei da gravidade, isto é, ia cair. Se tal acontecesse, o pequenino rolaria no lodoso leito da via pública, o que poderia ser fatal.

Para evitá-lo, elevei a minha vontade à quintessência e vim cair, junto à porta da casa da tia Maricota, destroncando o pé.

— Oh! Mas isso é puro altruísmo, D. Bernardina! disse-lhe sorridente.

E ela olhando-me com os olhinhos miúdos a piscarem muito:

— Ah! é?! A vizinha aqui do lado me disse que era nervo torto???

---

Nota: Maria da Ilha. "Altruísmo". Folha Acadêmica, Novembro e dezembro de 1929.

Bendito seja o que ameniza as estradas íngremes e pedregosas da vida, com a doçura do Sonho e a semente da Ilusão!

Benditas sejam as mãos dadivosas e ocultas que a cada passo nos refrigeram a alma, sedenta e incontentável com os frutos da sua sabedoria!

Bendito seja o que dulcifica as dores e cicatriza as chagas da alma!

Mas benditos sejam os que compreendem o hino de ternura, existente no sorriso da criança e o infinito de tortura em cada lágrima de desgraçado!

E o que sonha e realiza; e o que acaricia os humildes e protege os infelizes! ...

E o que faz nascer dos gemidos e dos ais, hinos de bênçãos e alegrias, e o que transforma torrentes de lágrimas em cascatas de sorrisos e felicidades!

E o que abençoa a dor, e amaldiçoa o mal!

E o que luta e morre, engolfado no Sonho, sentindo toda a doce tortura da alegria de viver! ...

---

Nota: Maria da Ilha. "Benedicite!" Folha Acadêmica, julho de 1930.



Minha amiga:

Quando, ontem pela manhã, a minha folhinha me lembrou a data do seu aniversário, fiquei a pensar, se dentro da vida, da amargura da vida, valerá a pena fazer anos.

A vida é tão curta, mas a estrada é sempre tão dolorosa.

E a gente, a cada passo, a sentir o horror dos pés em sangue, a alma em fel e os olhos doridos das lágrimas.

Retroceder não é possível: dado o primeiro passo só se pode avançar.

Avançar, sempre, até o fim, embora a cada instante se sinta o horror da caminhada.

A estrada é longa e poeirenta, e há os que vão e os que vêm, num vai-e-vem, constante e barulhento, sempre no mesmo ritmo, na mesma aridez.

E os ouvidos não se habituariam à música guaiada dos ventos da dor e da desgraça, que sopram incessantemente sobre as criaturas.

Nos rápidos e fugidios instantes de repouso, os olhos gulosos, olham o tudo sorridente que divisam ao longe.

E no desejo de alcançá-lo, emprestam ao corpo novas forças, para seguir, embora a cada passo, se sinta o horror dos pés em sangue, a alma em fel e os olhos doridos de lágrimas.

Pensando nisto, ontem pela manhã, quase não lhe mandei os parabéns.

E, como ontem, ainda pergunto:

Dentro do infinito amargor da vida, valerá mesmo a pena fazer anos?

---

Nota: Maria da Ilha. "Do meu canto". *A Semana*, 4 de setembro de 1930.

6

Minha amiga

Aterraram-me as suas idéias pessimistas.

E isto porque, das inteligências invulgares, como a sua, sempre pensei só se colhessem triunfos.

Pessimismo é uma grande derrota.

Os pessimistas são os eternos vencidos na vida.

E eu, para não sê-lo, aboli o Destino e a Fatalidade.

Ambos são tábua de salvação daqueles que temo o combato (sic.).

Combato, porque todo o mal tem e deve ser combatido. E a melhor profilaxia é a morte do Destino e da Fatalidade.

Com estas duas entidades, o ânimo abandona as criaturas, como as folhas deixam as árvores na estação do outono.

Vazia de vontade, vendo em tudo as artimanhas, do indeseiável Destino e o dedo da impiedosa Fatalidade; a vida é a horrível estagnação. E a estagnação é a morte.

Diga-me você, que sonha e pensa, se não é só na sua revolta, mas suas arremetidas para as alturas, nos seus desafios às montanhas, que o mar, a imagem da vida e das criaturas, mostra toda a majestade da sua grandeza vital.

A Felicidade nos foge, me diz você.

Mas não descobriu por quê?

Porque as criaturas não compreenderam, ainda, que cada uma delas tem de ser o Deus do seu próprio destino, usando o infinito poder dado por Aquele que é infinitamente grande ao infinitamente pequeno.

Porque a Felicidade depende toda ela duma integralização radical, subjetiva, e a Humanidade, na grande maioria, foge dessa integralização.

Já estou a ver-lhe o sorriso cético, como a me perguntar pelos infelizes.

Mas, minha grande pessimista, todos os infelizes o são por ignorância, por uma incompreensão deplorável da adaptação da criatura com a existência.

Na vida há tanta coisa linda que os cegos voluntários não vêem!

Como sempre, ex-corde

Maria da Ilha.

---

Nota: Maria da Ilha. "Do meu canto". A Semana, 11 de setembro de 1930.

Carlos de Aguiar viera, como de costume, visitar-me.

Enquanto conversávamos, quis adivinhar na sua voz, as asperezas duma contrariedade, reprimida a custo, e, na sua fisionomia, havia um quê de imbecilidade, desconhecido até então, para mim.

E, quando, a rir, lhe falei da sua extraordinária cara de quem "fora atropelado por um auto" ou vira um "cousaruim", ele falou:

— Na verdade, estou imbecilizado. Recebi uma carta hoje, que assim me deixou.

E, passando o charuto para a mão esquerda, enquanto, com a direita, desabotoava o casaco e mexia no bolso interior.

— Você conhecia o Antunes, pois não?

— Não soube do desastre de avião, ontem à tarde? Não foi acaso, foi suicídio.

E diante do meu assombro:

— Pois matou-se o Antunes e, na última hora, escreveu-me uma carta.

- Leia, - disse passando-me um envelope de fino papel lilás, com frisos doirados — e veja se não é razoável esta minha cara de atropelado. Eu li:

"Meu amigo:

Quando esta carta chegar às tuas mãos, já terá transposto a porta do Mistério, à cata do Desconhecido, quem a escreveu.

Quero que saibas, porém, ela me é franqueada pela minha soberana vontade.

Não procures no meu gesto, nem as costumeiras tragédias passionais, nem fracasso na vida, nem uma loucura passageira.

Estou senhor de mim, com uma calma absoluta. Tenho 30 anos e sou um homem feliz. Vivi sempre na vanguarda, e tudo quanto quis, realizei, graças àquela vontade em que tu e todos dizeis invencível.

Mas, aos 30 anos, parece mentira, estou farto de viver.

Entendi que, se os que procuram zombar da morte tornando a vida elástica, não são por isso criminosos, o verso da medalha, isto é, liquida-la, quando a ela nada nos prende, quando não se é nem pai, nem filho, nem irmão; quando a vida se nos apresenta, como uma grande blague e até a fé se perdeu, não pode, também, ser crime.

Não rias da minha lógica.

Lançar mão do revólver ou do veneno não me agradava, são meios banais.

Exigia a minha vaidade que a banalidade do meu gesto tivesse alguma coisa a atenuá-la. Sabes o que fiz? Comprei um avião, fiz-me piloto. A aprendizagem foi longa, mas eu a fiz com carinho.

Hoje, às 5 horas, subirei, subirei só, mas subirei muito.

Subirei tanto que hei de ter a ilusão de ir, nesta viagem, descobrir novos mundos, situados para lá do Sonho, para lá da Vida ...

Depois, de ter, assim, galgado o Azul, abandonar-me-ei.

A descida será rápida. E eu, naufrago voluntário da imensidade azul, assim afogado neste azul de Sonho, franquearei as portas do "Mistério", à cata do Desconhecido.

Os jornais falarão deste desastre, é possível, é natural. Só tu saberás a verdade. Contudo não me lastimes, pois que à sombra dos ciprestes negros que orlam as grandes alamedas do Nada, sorrirei feliz, vendo sorrirem os velhinhos e as crianças, com o conforto, dado por todos os meus bens.

É por isso que te escrevo. Na gaveta da minha secretária, tudo encontrás em ordem, para a satisfação deste meu desejo.

Muito grato, teu

ANTUNES"

O meu rosto, refletido no espelho grande da sala tinha o mesmo ar imbecil que eu notara, momentos antes, no de Aguiar.

Maria da Ilha

---

Nota: Maria da Ilha. "À cata do Desconhecido". A Semana, 18 de setembro de 1930.

A alma humana, a mais cética, a mais prosaica, a mais experiente e filosófica, tem reflexos doirados de esperança, na mentirosa das auroras — a que marca a vinda de um novo ano.

E todos nós, as crianças grandes, nos sentimos transportados ao mundo, diabolicamente rico dos sonhos, e nos encontramos a pedir e a esperar um sem-fim de cousas lindas!

Oh! a alma confiante das crianças grandes! ...

Como é mentirosa a aurora do Ano Novo, em que cada qual constrói, com carinho e desvelo, castelos formidáveis, que as outras auroras, num silêncio, infinitamente grande e eloquente; as outras auroras, dentro da vertiginosa pressa com que o tempo passa; as outras auroras, menos mentirosas, mas mais impiedosas destroem, derrubam, arrasam, pulverizam, e o vento da desilusão espalha, completando-lhes a obra! ...

Como é enorme o poder desta aurora feiticeira, que nos faz esquecer toda a grande luta em que os homens se engolfam uma vida inteira; que nos faz conceber, embora por instantes rápidos, a fantasia duma harmonia perfeita, entre as criaturas, harmonia de que resultaria o mais sábio preceito da justiça: "Daí a César o que é de César!"

A vida não teria uma razão de ser, se não houvesse esta



incerteza; este desejo muito humano, de ascender; esta incontabilidade que a transforma num jogo de cabra-cega, onde à procura de qualquer coisa que nos faltará, sempre, infinitamente sempre, que chamamos — FELICIDADE.

Todavia, valem um bem à alma torturada do que sonha, e do que luta, as riosas mentiras, com que nos acena a aurora de Ano Novo.

Que importa sejam elas mentiras?

Que importa os homens se saturem de egoísmo?

Que com eles sufoquem todos os idealismos são?

Que transformem os 365 dias em outros tantos sepulcros para o tudo arquitetado, com o carinho e a paciência do artista, existente em cada criatura?

Olha-se, embora entristecidos, para os destroços dos sonhos perdidos, e tem-se a suprema ventura ou coragem suprema de apegar-se à esperança de uma nova aurora, mentirosa e feiticeira, portadora das concretizações, inatingidas, quase sempre.

E assim, seguindo o conselho do Mestre, recomeça-se.

É o eterno e rápido rodopiar na sucessão dos ciclos vitais das criaturas.

---

**Nota:** Maria da Ilha. "Reflexões". A Semana, 02 de janeiro de 1931.

Esta crônica vem assinada por Iara da Ilha, mas há um erro tipográfico, pois a mesma está em Farrapos de idéias (1937), p.181-2, a qual, por sua vez, apareceu em República, no dia 01 de janeiro de 1932, com o acréscimo de um parágrafo inicial: "Se Deus, por um acaso qualquer, negasse ao homem o poder de sonhar, a graça divina de esperar, a vida não valeria a pena de ser vivida.

A alma humana,..."

Voltando, uma noite destas, da casa de uma amiga que fazia anos, encontramos com o major Chico Madruga. E ele, amigo que é duma prosinha, não nos dispensou a companhia:

— Oh! Assim se chega à casa sem sentir, disse o Major, levantando apressadamente, com as mãos enluvadas, a gola do sobretudo.

Vínhamos a falar nesses mil nada's com que se procura matar o tempo em tais ocasiões, quando ao voltarmos uma esquina, vimos ao longe um vulto que com passo incerto, zigzagueando, vinha pelo outro passeio. Era um ébrio. Passou por nós a falar baixinho, ruminando as mágoas e as cóleras que o álcool acende e faz crepitar...

O som do seu arrastar dos passos, no passeio, àquela hora da noite, tinha um não sei quê de enervante.

Penalizados ante aquela ruína de homem, que por nós passara, pusemo-nos a falar nesse vício terrível e suas fatais conseqüências.

O major é já velhusco; tem o nariz levemente acurvedo e usa óculos fumados, tão escuros que nunca lhe pude saber a cor dos olhos. Todavia, graças ao seu hábil alfaiate, que magistralmente lhe corta e faz a almofadinha, é, ainda, um homem bem apessoado. Tem o gênio muito alegre e gosta de fazer espírito com tudo e por tudo. Não o sensibilizou aquele encontro.

— É natural e comum um homem beber. Os que não bebem, formam, hoje, exceção. De mais a mais, disse ele cofiando o cavanhaque já grisalho, se nos formos penalizar e boquiabrir por tudo o que nos parece torto... adeus! adeus! E filosofou: cada um sempre o que Deus determina.

O silêncio, que se seguiu as suas palavras, mostrava, de modo eloqüente, a má impressão por elas causadas. Mas o major Chico não é homem que por pouco se cale. Vendo que ninguém dizia palavra, ele, a sorrir continuou:

— Este infeliz me faz lembrar um amigo de meu pai, que Deus haja. Se não me engano, chamava-se José Maria da Silva.

Era uma inteligência, como bem poucas tenho visto; alto, magro, tinha as feições regulares e os olhinhos que brilhavam de gaiatice e esperteza. Depois, desgostos da vida jogaram-no nas garras da embriaguez. Tinha porém, uma particularidade: somente bebia vinho.

Não havia um só de seus amigos que não procurasse meios para convencer de que não devia mais beber. Às vezes, calava-se; outras, replicava-lhes:

"É inútil. Sou um homem infeliz e desgostoso; só no vinho encontro o paladar. Deixar de bebê-lo é ver a morte de todas as minhas impressões gustativas".

E, quando assim falava, os seus olhinhos miúdos riam doidamente. Depois de uma pausa o Major prosseguiu:

— Uma noite, num café, o doutor Tomaz e outros apertaram-no num círculo vivo de conselhos.

Mas, José Maria logo deu parte de vencido e jurou não mais beber. Ficaram todos satisfeitíssimos por terem triunfado.

Imaginem agora o que fez o peralta! À tarde do outro dia, foi encontrado no mesmo café, com uma grande mamadeira

cheia de vinho!...

— Que é isso, José? perguntou-lhe o primeiro que deu com aquela extravagância.

— Ora que é!? Eu me explico, eu me explico. O doutor Tomaz me fez prometer que não mais beberia; e, eu cumpro a palavra: agora não bebo, — mamó!"

Embora não quiséssemos, tivemos de rir. O Major riu de verdade e, ainda a rir, de nós se despediu, pois, felizmente, havíamos chegado.

(1927)

---

Nota: Antonieta de Barros. "O 'espírito' de José Maria". A Pátria, 19 de fevereiro de 1931.

Finados... dia dos mortos... dia da grande fraternidade, porquanto sã a Dor irmana as criaturas.

Dentro do tumulto da vida, o homem, que ainda não se tornou pó, tem um dia, para pensar nos que em pó já se tornaram, revertendo ao Nada, donde saíram.

E, insensivelmente, é se levada a meditar em o Nada que fomos, que somos e que seremos...

Neste dia dolorido, enquanto o coração se debruça, religiosamente, sobre o passado, revivendo, com carinho, os entes queridos, roubados pela força inevitável, ao nosso convívio, as saudades, fluidificadas, espalhadas pelos cantos da alma, espiritualizam-se, e sobem aos céus, na doçura da prece, e, muita vez, corporificam-se na unção da lágrima...

Ó homem! que te cega a ciência, envaidece o poder, e te orgulha o ouro, detém-te, neste dia, e olha e medita a razão de ser da vida. — na última derrota, ou verdadeira conquista!...

Ó homem do século, que conquistaste as terras, os mares e os ares, que o saber te elevou aos píncaros deslumbrantes do maravilhoso, para um instante, desce da tua divindade e lembra-te, por segundos, pelo menos, de que és pó e em pó te tor-

narás.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 01 de novembro de 1931.

## II

"Instrui ao menino no caminho em que deve andar; e até quando envelhecer, não se desviará dele."

Prv. 22

A civilização avança e a humanidade não melhora.

A educação doméstica cumpria instruir os pequenos de hoje, sobre possíveis escolhos que irão encontrar na longa jornada, onde, as mais das vezes se entra, como que brincando, desastradamente, o jogo de cabra-cega.

Seria formar uma geração de desencantados?

Não. As lições da experiência paterna seriam dulcificadas pelo carinho, que desfaria, poliria as rugosidades existentes.

Os desencantos, colhidos vida em fora, não provêm do conhecimento real da humanidade, mas das decepções que a sua maldade nos proporciona, a cada instante.

Custam-nos um sem-fim de tristezas e amarguras, os choques violentos com a realidade, quando nalma pululam sonhos soberbos, a par da mais profunda ignorância do avesso das criaturas.

Se a previdência e experiência dos velhos lhes esclarecessem o caminho, mostrando-lhes, na via tortuosa, o lado, onde não é rosa a cor, os homens do futuro seguiriam, porque pre-

cavidos, mais firmes, e mais felizes, fugindo à aridez dos desencantos, alicerçando uma humanidade melhor.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 06 de dezembro de 1931.



"Aos infelizes. Remete-se grátis a quem o pedir, enviando o endereço e selo para a resposta, um livro, no qual encontrarão o necessário, para conseguirem realizar qualquer desejo justo."  
(Da República, de ontem.)

O mais rudimentar conhecimento da psicologia humana prevê a falibilidade deste anúncio.

É fatal inúmeros tenham sido os pedidos.

O homem se torna, progressivamente, egoísta.

Embora desfrute dum relativo bem-estar, vença, alcance glórias, não se satisfaz.

Falta-lhe, sempre, o X da felicidade integral, que não é possível alcançar, no torvelinho infinito das paixões, que constituem a vida.

Os idealistas são criaturas, vivendo uma época que não é a sua.

Adiantaram-se em demasia. Pregam doutrinas que os homens, engolfados numa egolatria profunda, não compreendem, e de que os mais avançados riem.

Que fazer se o pior cego é o que não quer ver?

Assim pensando e vivendo, construindo um mundo, onde só ele habita, o homem em geral, não olha os meios, por onde deve chegar, ao que supõe, no instante presente, a sua felicidade.

Para alcançá-la, passará por cima de todos os obstáculos, derruirá, se para tanto for preciso, a relativa ventura de todos os seres, porque o grito de fraternidade do meigo Rabi — Amarás ao próximo, como a ti mesmo — não pode humanamente, ser ouvido.

É um cavaleiro andante, não do ideal, mas do egoísmo.

Eu imagino o infinito de cartas que deve ter recebido este engenhoso vendedor do caminho da felicidade, a troco de selos.

Os homens, na sua grande incompreensibilidade da ventura, como se ela não consistisse numa integral adaptação com a existência, são os eternos malcontentes, os eternos ludibriados...

Sendo assim, haverá algum desejo, anseio que, ao homem, em interesse próprio, não lhe pareça justo?

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias", República, 17 de janeiro de 1932.

Civilização e o avesso de  
"Tudo nos une e nada nos separa"

À marcha evolutiva dos povos e das sociedades, dá-se o nome de civilização.

Procurando adaptar-se aos códigos e às leis em que ela enfeixa os costumes, os homens vivem em atitudes postizas, como manequins da grande comédia, compenetrados do enorme valor que lhes dá o diploma de civilizados.

Todavia, no fundo, são os mesmos de todos os tempos.

Que o diga o carinho requintado com que aperfeiçoam os instrumentos de destruição, para, quando chegar esse futuro incerto, mas esperado sempre, se devorarem mutuamente! ...

Os povos se agitam, sob uma atmosfera de desconfiança, como se houvesse eternamente pronta, armada uma fogueira, à espera da fagulha, capaz de acendê-la.

Apesar de toda ilustração; apesar de vivermos no século, chamado das luzes, os homens continuam a descrer das lindas utopias, próprias para os compêndios de criança, tais como as decantadas solidariedade e fraternidade humanas.

O Universo, socialmente falando, é regido por um único princípio: "Nada nos une e tudo nos separa."

E o sonhador inexperiente, sondando, por segundos, o in-

finito de maldade que a civilização, apesar de tudo, tem trazido e conservado, sob a sua proteção valiosa, abisma-se, perplexo e indeciso, indagando à sua profunda incompreensão, se esta deusa a que os homens se apegam, e em nome de quem pontificam, do alto do seu trono, não passa de um título pomposo, mascarador de todas as maluqueiras e maluquices duma época...

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 20 de janeiro de 1932.

Dentro da infinita e monótona pasmaceira da vida, abre-se um hiato de três dias.

Três dias em que há, em tudo, uma alegria excessiva, barulhenta, gritante...

Guisos, e pandeiros e clarins vibram os ares e o povo procura com o entorpecimento do éter de que se saturam os ambientes, emaranhar-se na fragilidade das serpentinas, que descrevendo hieroglifos, se cruzam e recruzam, como tentáculos do destino.

Carnaval.

A vida sintetizada.

Três dias de ficção dentro da ficção magna da vida.

E a alma humana, oculta, completamente, sob máscaras disformes e grotescas procura abafar e esquecer, submersa, numa onda volumosa de alegria fictícia, a vida que lhe parece, sempre, má; a vida, cujos instantes bons a gente, involuntária ou maldosamente, esbate na memória, para reter e avivar, tão somente, momentos de amarguras...

"Você me conhece?"

A máxima ironia dos mascarados com máscaras.

Refletirá, porventura, o rosto os dramalhões e as tragédias, aninhadas na alma das criaturas?

Haverá necessidade destes três dias em que, paradoxalmente, há um reinado democrático, numa democracia completa, para que se possa ouvir, a cada instante, o clássico — "Você me conhece?"

O homem, por natureza, identificou-se com a máscara.

Ela é como que um refúgio a toda maldade que o cerca, si tia, empareda.

Daí, quando mesmo desmascarado, fora do carnaval oficial, afivelar ao rosto, as impenetráveis máscaras do orgulho, do amor-próprio, transformando-se, assim, numa esfinge, e impedindo-nos de passearmos, nas alegres ou sombrias alamedas interiores...

Eternamente, num desafio à sagacidade humana, poder-se-ia perguntar: "Você me conhece?"

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 07 de fevereiro de 1932.

Com a pressa com que o tempo passa, a Civilização avança e a Humanidade não melhora.

Os escritores modernos, com exceções muito raras, mergulham a pena no lamaçal em que essa mesma Humanidade se debate, para lhe traçarem o perfil, e trazerem à luz, em letra-de-forma, toda a hediondez encontrada.

Visam procurar na própria fonte do mal, o remédio para a sua destruição.

Muitos, porém, quase a totalidade, o fazem, sem a alta arte precisa, pois que não procuram vestir a verdade com o manto diáfano da fantasia.

Assim, apesar de nobilíssimo o objetivo, nem sempre é ele alcançado, dado que esses trabalhos, muitas vezes caem em mãos de criaturas inexperientes, espíritos incapazes dum pouco de lógica, deixando-se arrastar pelas idéias arrojadas, pelas frases de efeito.

Não combatemos o processo, mas o método, o excesso com que o fazem.

Se a inteligência é o mais lindo dos dotes divinos, por que empregá-la tão mal?

A educação intelectual dos povos encontra no livro a sua mais poderosa força.

Daí a responsabilidade do outro para as coletividades, visto que nem todos conseguem fazer digestão da leitura: muitos se envenenam.

São os próprios homens que depois se riem da falta de cultura e do pieguismo da quase totalidade das mulheres.

Tudo é natural, é o reflexo da falta de comedimento, com que escrevem os artífices da idéia.

A literatura, chamada feminina é escassa, escassíssima.

E, além de minguada ainda vem repleta de pieguismo, pieguices, e virgem, completamente virgem, de idéias.

Literatura para convalescente.

Diante disto, fica-se obrigada a ler baboseiras, ou ler pieguices, ou fazer, como aquele sujeito do Camilo - se não me engano: - abster-se de leitura e comer batatas, para o embrutecimento completo do espírito.

Não cabe, pois, à Mulher a responsabilidade de seu fraquíssimo desenvolvimento cultural, mas a quem a fechou na muralha de preconceitos e lhe escreveu livros, quando as idéias, propriamente ditas, dormiam.

Enfronhando-se nesta leitura oca, fatalmente, conseqüentemente, logicamente, formarão o espírito à sua imagem e semelhança.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 06 de março de 1932.



Não será a tristeza do deserto presente que nos roube as perspectivas dum futuro melhor.

A criatura, ainda que cética, tem de apegar-se inevitavelmente, ao deslumbramento sedutor dum progresso verdadeiro, onde as conquistas da inteligência não se degenerem em armas de destruição, de aniquilamento; onde os homens enfim, se reconheçam fraternalmente.

Quando será chegada esta Canaã feiticeira?

Quem poderá precisar a época?

Talvez cedo, talvez tarde. Será, contudo, quando houver bastante cultura e sólida independência entre as mulheres para que se considerem indivíduos.

Só então, cremos existir uma civilização melhor.

Não somos feministas.

E, se dizemos entre mulheres, é tão somente por serem elas que, no lar e na escola, lançam as pedras básicas, o alicerce da moral do indivíduo futuro.

São elas que amalgamam o caráter informe, modelam, ajeitam, retocam, infiltrando-lhe no espírito crédulo, dócil, dúctil e cândido, as leis morais e sociais que, indelêveis, afixarão e pelas quais se dirigirá o homem, quando a evolução natural o atirar no mar encapelado da sociedade.

Tem feito muito a Mulher, levada pela sensibilidade natural, por este quid divino que empresta às mães o dom da intuição.

Falta-lhe, porém, na quase totalidade dos casos, o conhecimento das agruras da vida e das mil-e-uma tempestades a que está sujeita a melhor das criaturas.

A alma feminina se tem deixado estagnar, por milhares de anos, numa inércia criminosa.

Enclausurada por preconceitos odiosos, destinada a uma ignorância ímpar, resignando-se santamente, candidamente, ao deus Destino e a sua congênere Fatalidade, a Mulher tem sido, de verdade, a mais sacrificada metade do gênero humano

Tutelada tradicional, irresponsável pelos seus atos, boneca-bibelot de todos os tempos, não possui firmeza bastante, para transmitir aos educandos, sentimentos que lhe dêem o conhecimento pleno de todas as angústias, e possíveis casos, frutos do egoísmo humano, que o amor à Humanidade, manda abater sem vacilação, abater sempre, até o triunfo integral, o qual não é do que dispõe de mais força, mas do que melhor sabe terçar as armas.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 13 de março de 1932.

Não sei que escritor diz que a criatura, para concretizar o fim a que se destina moralmente, deve conceber a vida como uma roseira, cujas flores se acham, sempre, acima — de sua cabeça e fora do alcance de seus braços.

Na verdade, assim se poderá ascender.

E a vida deve ser, tem de ser, para a sua finalidade integral, uma escalada para a Perfeição.

Viver fora do objetivo de colher as flores morais que um simples impulso de braço não deve ser suficiente para alcançar, é conduzir-se fora da espécie humana.

Entre os espíritos femininos conscientes do seu idealismo elevado, fora da órbita comum, encontra-se inegavelmente, a sra Maria Lacerda de Moura.

Esta senhora é, na verdade, como, com acerto, já foi julgada, um fenômeno mental na literatura feminina brasileira.

Não pode deixar de constituir um fenômeno a sua fuga à tradicional literatura feminina, a literatura de ficção, essa literatura romântica à Delly, para embrenhar-se nos sérios e delicados problemas sociais.

Escritora harmoniosa, as idéias lhe saem da pena, num estilo que não cansa, mas empolga pela naturalidade, por uma beleza intrínseca.

Sente-se-lhe a alma, no próprio pensamento, livre, sem peias, sem medir conveniências, sem temer borrascas, sem o desejo destruidor de satisfazer a "tout le monde".

E, quando as borrascas se desencadeiam, convicta de que "o entendimento retém a ira, e a glória é passar sobre a transgressão" (Prov. 19,11), a nobre escritora, aos seus presentes e futuros insultadores, retribui-lhe as injúrias, com o silêncio bom de uma piedade imensa, tão alta, que não quer humilhar.

Se são admiráveis as idéias deste talento excepcional, muito mais admirável é a coragem, o destemor, a ousadia de rebelde com que as diz, o desassombro com que focaliza tudo quanto lhe parece mau, torto, apodrecido, embora seja a sua voz, uma voz isolada dentre o grande número dos que conhecem as ruínas do edifício carcomido da nossa civilização, mas que, apegados ao comodismo, ao egoísmo demolidor, se deixam ficar de braços cruzados e mentes fechadas.

~~Maria Lacerda de Moura não é o que, na acepção vulgar do termo, se chama uma feminista.~~

O seu ideal paira mais alto, porquanto no seu lindo sonho de liberdade, deseja a reabilitação integral do inenso rebanho dos domesticados.

Lendo-a, embora não se lhe espossem as idéias, embora não se lhe comunquem dos pensamentos, é impossível não admirar a individualidade com que escreve, a sua serenidade diante das borrascas, desencadeadas pela sua pena rebelde, (como a de 1928, cujos ecos ultrapassaram as fronteiras); é impossível não admirar, mais ainda, o alto objetivo que a anima, num anseio e profundo "esforço para mais Harmonia e mais Amor".

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 10 de abril de 1932.

### O Magistério Catarinense e o decreto 231

Não há quem de boa vontade ignore que a célula mater da nacionalidade é o magistério, pelo seu silencioso, mas incensurável trabalho construtor, único capaz conseguir o levantamento integral dos povos.

O decreto nº 231, de 9 do corrente, do sr. Interventor, diz no seu artigo I, letra e: "Para a primeira nomeação, dar-se-á preferência ao candidato de comprovada boa saúde que houver obtido as notas mais altas na escola que cursou."

É a mais bela vitória que podiam esperar os estudiosos.

Até agora, pelo menos em lei, o esforço dispendido pelo aluno durante o seu tempo de curso, não teve merecimento, valor algum, para a vida prática.

O regime de pistolão destruía todo o mérito, sufocava todas as atitudes vitoriosas, aniquilava todas as conquistas, acumuladas, pacientemente, e guardadas com carinho.

Se é preciso uma rigorosa seleção entre os que vão entrar para o sacerdócio do magistério, como se poderá fazê-la senão pelo atestado de sua cultura?

É o caminho lógico, claro, único, perfeito, por onde devem seguir todos os bem intencionados.

Mas os piores cegos são os que não querem ver.

Diante do malfadado cartão de ingresso, não mais cairão, murchos e escarnecidos, os sonhos que as conquistas nos bancos escolares darão o direito de acalantar.

Abriram-se horizontes estimuladores. A vitória é da inteligência.

O decreto 231 merece louvores pela elevação de vistas com que foi feito e pelas conquistas trazidas ao magistério, na seleção futura dos seus elementos.

Muitos nos dirão: "Não é tudo". Convenhamos.

Todavia, apliquemos aqui, o ensinamento do nosso professor de Física e Química: "A natureza não dá daltos".

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 17 de abril de 1932.

Na vida, onde o minuto futuro é interrogação, onde as criaturas mais cultas não passam de crianças, sem vontade e sem razão, nas mãos de Deus, há um momento em que a alma se confrange, receosa de tudo.

Neste instante, a névoa espessa que a envolve e lhe dificulta os passos, névoa que é o limite entre o humano e o divino, parece intensificar-se, como para aumentar-lhe a angústia.

Hã vacilações e tormentos, quando, levados por todas as forças que se convencionou chamar Destino, chegamos nos pontos, onde as estradas se cruzam, onde se começa novo ciclo de vida.

Oh! as encruzilhadas do Destino...

Como se manifesta, então, com impetuosidade, intenso, o anseio de Felicidade, latente em todos os seres!

Como se sente a tortura desta cegueira, com que Deus, numa soberba manifestação da sua sabedoria infinita, negou ao homem, a graça de conhecer além do passo dado, do minuto presente!

Como se desdobram as criaturas, em cuidados, para a tentativa duma análise, duma investigação, para a certeza dum triunfo.

E as encruzilhadas aí estão, frias, mudas, impenetráveis esfinges de todos os tempos.

A criatura, embora poderosa, embora tenha a seus pés, rastejante, toda uma multidão, sente, neste instante rápido, mas grandemente vivido, de agonia infinita, o desvalor de tudo quanto a cerca, quando defronta com as forças misteriosas, a que se prendem os seus passos.

E, torturada e cega, crucificada no desespero da dúvida, impulsionada pela Esperança, farol anímico de todos os tempos, tateando, ela envereda por uma das estradas, e penetra na densa névoa, que, à sua passagem, magicamente se desfaz, em demanda de novas encruzilhadas, fim e início de novos ciclos da tortuosa passagem.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 15 de maio de 1932.



Os jornais nos dão a nova alviçareira de que o Governo acaba de assinar o decreto regularizador do trabalho feminino.

Enfim. Já era tempo.

Foi preciso que o Brasil idealista se levantasse num movimento de cataclismo, para que a mulher indivíduo tivesse, em lei, a garantia do seu esforço.

Não queremos saber se essa medida faz parte básica dos programas comunistas, como nos dizem os telegramas.

Para nós, ela se acha dentro do mais são e mais nobre princípio de eqüidade.

Se o trabalho é o mesmo, por que se deprecia o esforço feminino, ou explorá-lo, pagando menos?

O império das circunstâncias da vida de hoje não permite que na classe proletária e na média, mesmo, as mulheres desempenhem, tão somente, o cômodo papel de donas de casa, ou de mãe de família.

É preciso trabalhar.

Todavia, a antiga maneira de gratificar o trabalho das mulheres colocava-as numa concorrência desleal para com os homens, visto haver, em todas as camadas, criaturas inescrupulosas.

A necessidade, porém, não conhece leis, como disse o grande mestre Vieira.

E elas, as sacrificadas de sempre, sentindo-se, embora enganadas, deixavam-se levar.

Daí, a grita, não sem razão, levantada pelo sexo oposto.

Aqui, em o nosso Estado, nós tivemos, até pouco depois do Congresso dos Professores, reunido nesta Cidade, em 1927, esta iniquidade gritante, revoltante, no magistério estadual.

Os professores, não sei por graça de que santo, tinham vencimentos maiores do que as professoras!

A trabalho igual, a esforço igual, as prerrogativas do sexo facultavam um salário desigual!

Era o "nec plus ultra" do egoísmo!

Tudo isto nos convence, cada vez mais, do extraordinário egoísmo que envolve a alma masculina, egoísmo que a civilização a pouco e pouco, na sua marcha evolutiva, tem de, fatalmente abafar, tirando aos olhos dos homens, a venda que lhes nega as possibilidades de serem — os de boa vontade.

O assunto do decreto em questão, pode estar enquadrado entre as leis com que se levanta a legião vermelha, mas isto não é o bastante para bani-lo das consciências liberais, das que vêem nos que buscam concretizar as palavras divinas — "Comerás do suor do teu rosto" — não homens e mulheres, mas criaturas, simplesmente criaturas.

Se não é lícito, não é digno apoderarmo-nos da propriedade alheia, se esse ato é e deve ser castigado, por que usurparem o trabalho das mulheres, depreciado por um hábito muito vesgo e tradicional?

E a nós parece haver no gesto do Governo, regularizando o trabalho feminino, alguma semelhança com o gesto do Profeta

da Fraternidade integral, quando disse: "Dai a César o que é de César."

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 22 de maio de 1932.

Não se pode negar, Santa Catarina tem progredido quanto ao ensino superior.

O Instituto Politécnico, com os seus cursos de engenharia e farmácia, já reconhecidos pelo Governo Federal, e com outros que, também, esperam sê-lo, e a Faculdade de Direito, há pouco fundada, atestam aquela nossa afirmativa.

Há, contudo, uma grande lacuna na matéria de ensino: a falta dum ginásio, onde a Mulher possa conquistar os preparatórios, bilhete de ingresso para os estudos superiores.

O elemento feminino vê, assim, fechados, diante de si, todos os grandes horizontes.

O excelente Ginásio que possuímos, não permite à Mulher, a assistência das aulas.

Daí o recurso dos professores particulares, o que exige um grande dispêndio e dá margem à que sô as favorecidas da fortuna consigam ou possam conseguir a aquisição dos preparatórios.

Esta lacuna, portanto, é uma grande barreira ao progresso cultural das nossas conterrâneas.

O máximo de ilustração oficial, proporcionando às Mulheres, em Santa Catarina, está restrito a um curso de normalista e nada mais.

Fora disso, enquanto não despertarem as criaturas de boa vontade, numa obra conscienciosa e perfeita, todos os outros sonhos, todos os outros desejos de cultura titulada, por parte da maioria das catarinenses, não passarão de vã quimera, desfeita ao vento impiedoso da realidade, como bolhas de sabão.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 12 de julho de 1932.

As feministas brasileiras estão vencendo a última etapa, na campanha por que tanto se bateram: a conquista dos direitos políticos.

Não encontramos, na concessão do voto à Mulher, nada mais que uma interpretação certa à letra da nossa Constituição de 91.

E, se esse triunfo não nos deixou indiferente, sem sermos feminista, foi por ter ele sido alcançado pela força do direito.

As conquistas sólidas dos Ideais são as que se fazem sobre os alicerces da Razão, rompendo trevas, fazendo luz, com tato, sem as discórdias que enfraquecem, sem os interesses subalternos que amesquinham e aviltam.

Não fazemos coro com a legião dos conservadores, os quais, diante de quaisquer inovações de idéias e costumes que trazem à monotonia dos dias, alguma coisa de novo, se rebelam, e, frios, imóveis, tentam resistir à vida que é movimento, evolução, progresso.

Não compreendemos, mesmo, a grita, levantada contra a porta, aberta ao sexo fraco, pelo direito do voto.

E isto, porque, diga-se entre parênteses, Mulheres na política, em nosso país, sempre as houve.

Não há novidade, pois, a não ser que abandonam os bastidores, para se apresentarem em público.

Todavia, infelizmente, nem tudo a que temos direito, estamos aptos a fazê-lo.

E não é justo que, criticando um mal, procuremos engrossá-lo.

As leis não são feitas para exceções, mas para as Coletividades.

Daí a necessidade da educação das massas, para que os atos correspondam aos intentos, para que o real seja a imagem, mais ou menos, perfeita do sonho.

Não descremos da sinceridade da Mulher brasileira, mesmo porque todas as vitórias empolgam, de começo, os que as alcançam.

Entretanto, afim-de-que o eleitorado fraco seja consciente, é necessário integralizá-lo no conhecimento das suas responsabilidades.

A Mulher brasileira por influências e causas múltiplas não se encontra, na sua maioria, ainda, na altura da norte-americana, nem da européia.

Não é que ela tenha nascido para o lar, como querem os que se firmam na tradição, por hábito ou por comodidade; não é que lhe falte inteligência.

O que se lhe nota de imperfeito é consequência do nosso defeituoso sistema educativo.

Antes de tudo, pois, agora que novos e largos, e sérios horizontes se lhes mostram em perspectiva, é necessário dar à maioria das brasileiras, todos os retoques precisos para a sua completa cidadania, baseada na independência, baluarte forte

da individualidade.

Só então veremos, inteiramente sazonados os frutos do esforço hercúleo da plêiade feminina que luta pelos Direitos da Mulher, na esperança duma Humanidade melhor.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 17 de julho de 1932.



### As crianças da minha terra

"Viver é transformar o coração numa ânfora enorme e despejar perfumes de amor por toda a parte onde respire uma criatura".

Maria Lacerda de Moura

A preocupação máxima dos idealistas, daqueles que, fugindo à onda volumosa de materialização, na qual a Humanidade naufraga, colocam a existência em esferas mais elevadas, é a FRATERNIDADE.

Não esta fraternidade caricata, em que os homens não se devoram, por lhes faltar oportunidade; em que se abraçam e se armam, ao mesmo tempo, sempre à espera dum imprevisto, mas a fraternidade oriunda do conhecimento recíproco dos povos; mas a fraternidade baseada na estima, fruto desse conhecimento; mas a fraternidade escudada no ímã poderoso da inteligência.

Para o alcance deste amanhã cor-de-rosa, correm, lutam, trabalham todos os que compreendem a finalidade da vida cuja rota deve ser de ascensão.

A planície, a princípio, nos encanta, todavia, logo depois, pela imutabilidade, enche-se de monotonia.

Só as escaladas às montanhas permitem devassar cenários, constantemente renovados, porquanto se vê, sempre e sempre, um

pouco mais.

E à proporção que nos encantamos pelas lindas paisagens devassadas, o coração genuflexo, alarga-se-nos num grande desejo de paz, de fraternidade para todos os seres.

As crianças catarinenses acabam de receber a visita gentil de confraternização das crianças de dois povos do Continente de Colombo — chileno e salvadorenho — por intermédio do distinto casal de pensadores — dr. Agustin Venturino e d. Alice Lardé de Venturino.

Que este exemplo dignificante de elevação moral e cultural dos dois povos americanos fique indelével na alma carinhosa e agradecida da infância barriga verde, para que, quando os anos lhe permitirem, possa apreciar toda a beleza do gesto fidalgo dos povos que nos estendem os braços, num grande anseio de fraternidade.

O futuro será da inteligência.

E a grandeza dos países se contará, não pelos seus soldados, mas pela cultura de seu filhos.

Então, será possível às criaturas, em qualquer canto do Universo, sob qualquer bandeira, encontrar um pedaço da pátria e a bênção da sua bandeira.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 16 de agosto de 1932.

Ninguém resiste à força centrípeta da beleza, porque só é belo o que é perfeito e, em toda perfeição, há vestígios de divindade.

O contato com o Belo desperta o artista existente em cada criatura.

E a alma que contempla, insensivelmente, se enternece.

E, quando passa o que nos encantou os olhos e o ouvido, a sua lembrança, guardada religiosamente, pela nossa sensibilidade artística, aquieta-se de mansinho, nas alamedas interiores, e como que adormece.

Um gesto é suficiente, para que ex-surja.

Havia nove anos que ouvíramos Margarida Lopes de Almeida.

Dos seus recitais, ficou em nossa alma o fascínio que só a beleza cria e o tempo não pode apagar.

Foi, pois, com ansiedade, que contamos os minutos, em a noite de quinta-feira, para tornar a ouvi-la.

A arte de dizer é, entre as demais, ao nosso ver, a mais difícil.

O pintor, o escultor, o poeta, pinta, esculpe, cinzela e escreve, procurando realizar o seu próprio pensamento, objetivar o sonho que a imaginação criou.

O que, tão somente, diz, tem de interpretar o pensamento alheio.

E, para consegui-lo, é preciso que a sua natureza divina, insufle, na frieza esfingética da palavra, o sopro anímico, vivificador.

Margarida possui este maravilhoso poder.

Ela penetra, com uma sutileza admirável, nas almas dos poetas, do verso e da prosa: esquadrinha-a e infiltra-se no pensamento criador, integraliza-se na sentimentalidade produtora, e por um prodígio de expressão, transmite às platéias, toda a beleza sentida, fazendo com que vibrem de entusiasmo incontido, diante da perfeição absoluta.

A sua voz de tonalidades infinitas, e as suas maravilhosas mãos tecem, em torno de nós, uma teia suave, muito suave, que nos prende acarinhadoramente, e de que não tentamos fugir — a teia do sonho.

Enquanto isso os bilros dançam, tratam asas de pombos, nos seus vôos; a caranguejeira tece, pacientemente, a prisão do incauto besouro; e a Mãe Preta canta lugubrememente, soturnamente, embalando o sinhô-moço — para não falarmos em todo o programa.

Lindo o destino das ditrizes: banhar-se da luz deslumbrante do sonho, engolfar-se na sua beleza, senti-la e disseminá-la às mancheias, nababescamente, fazendo-nos compreender a magia capaz de dar às criaturas o dom de "entre raios, pedradas e metralhas, ficar gemendo, mas ficar sonhando".

Bendito o destino das ditrizes; espalhar nas almas das criaturas, a beleza do sonho, "que é tudo", do sonho, "poeira de ilusão", que, embora momentaneamente, esbate a amargura da vida e dulcifica a aridez da caminhada!...

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 23 de abril de 1933.

"No suor do teu rosto, comerás o teu pão, até que tornes a terra."

Gên. 3, 12

Quando se fecharam para as primeiras criaturas, as graças infantis do Paraíso, diz-nos a Bíblia, foi-lhes imposto, como dever, em a nova fase vital, o "No suor do teu rosto, comerás o teu pão."

Adão e Eva perdiam a sinecura esplêndida do Paraíso, para serem eles mesmos.

Daí em diante, seriam o produto do seu esforço.

Assim, o trabalho nada mais é que o marco indelével da individualidade humana.

Ele representa o dever máximo, na vida de cada um, dever que conduz as criaturas à mais gloriosa das conquistas — a independência moral, a independência material, — sem as quais a independência política não passa de sonho literário.

O que trabalha, procurando formar a sua própria personalidade, individualiza-se, e, dentro de qualquer prisma, sob qualquer hipótese, é, sempre, o senhor dos seus atos, homem sem muletas, de consciência livre, pois que troca pelo pão que come, o seu esforço físico ou intelectual.

Precisamos convencer-nos de que o trabalho não é casti-

go, não é infortúnio, não é maldição; mas glória, pelo seu poder construtor, pela influência na formação do caráter individual; mas felicidade e bênçãos, pela fartura que espalha, pelo bem que produz pela alegria que dissemina; mas prece, oração, que põe a alma genuflexa e contrita, na escola ou na oficina, diante dos livros ou das máquinas, empunhando-se a pena, ou das pesadas ferramentas, em todo lugar, onde se transforme um esforço num pouco de pão.

Todavia, nem só dever é o trabalho, mas também direito, assegurado pela necessidade que se tem, de viver dentro da ordem e da moral.

E, por ser direito e dever, sem transplantações as mais das vezes, inaclimatáveis, cada povo deve, dentro da realidade nacional, criar leis que assegurem este direito, para que se realize o lindo sonho da existência de pão para todos os seres que procuram ser indivíduos, cumprindo o mais nobilitante dos deveres — comer do suor de seu rosto.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 30 de abril de 1933.

Há, sempre, no coração humano, alguma cousa, migalhas, átomos, talvez, daquele doce sentimento de fraternidade, com que Cristo palmilhou a sua estrada...

É que nem tudo passa, embora se modifique.

Assim, de quando em vez, os gemidos da miséria, da fome, dessa cousa que Vieira julgava o mais absoluto império, dominando os viventes, chegam até os favorecidos da fortuna.

E, sob o pretexto de se fazerem calar ou sorrir os desgraçados, organizam-se festas, depois das quais, cai, nas mãos súplicas, alguma cousa com que enganarão, por dias ou por instantes, a víscera incontentável, rebelde e exigente, por excelência — o estômago.

Que importa, porém, aos que recebem, que essas almas caridosas, infinitamente boas, se tenham divertido um pouco?

Que lhes importa que a sua dor desse margem a divertimentos?

Se Humanitas precisa comer, tem necessidade, também, de esquecer, embora por curtos instantes, a vida, que no fundo, é terrivelmente, mã, para todos, como filosofaria Quincas Borba.

Sem o sentirem, as criaturas se estudam profundamente, e chegaram à conclusão acertadíssima de que, as mais das vezes, as bolsas só se abrem, podendo os donos tirar desse gesto, algum proveito.

Entre nós, anunciam os jornais, organizou-se uma comissão, com o fim, verdadeiramente admirável, de combater o Frio e a Fome.

Só esse objetivo chegava para desafiar-nos palmas.

Mas essas criaturas foram além, e, numa compreensão lindíssima da mais perfeita caridade, escondem-se.

Florianópolis precisa dar seu inteiro apoio a essa campanha de saneamento material e moral.

Dar pão e roupa aos infelizes; ir-lhes ao encontro das necessidades, evitando-lhes a tortura de pedir, evitando que pais inescrupulosos explorem o que há de mais lindo e puro na vida — a infância, evitando os frutos péssimos que, forçosamente, advirão desta legião infantil, criada e educada ao Deus dará — eis o grande projeto.

Esta iniciativa, duplamente caridosa, faz-nos lembrar a imperiosa necessidade da ressurreição da Caixa de Escolas.

Que as autoridades aproveitem a iniciativa da campanha altruística, o gesto suave dessas criaturas que se esbatem na sombra e restabeleçam a Caixa, dando tréguas ao doloroso desfile dos sábados!....

O caminho está aberto.

Se "todas as cousas más acontecem", as agradáveis, as lindas, as úteis, também podem realizar-se quando há boa vontade.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 27 de agosto de 1933.



Hã, por todo este Brasil, horizontes sem fim, em perspectiva, diante das capacidades femininas.

A Mulher avança, a passos rápidos, na conquista de todos os direitos, embora a sua pretensão à política representasse um fragoroso fracasso de estréia.

Foi o começo e todo começo é árido.

A evolução natural dos povos tinha de derrubar e arrastar, diante de si, a muralha gigantesca das convenções que espíritos amantes do tradicionalismo queriam à viva força conservar.

Na derrota feminina nas eleições para a Constituinte, não vimos, como disse grande escritor patricio, a maldade das mulheres para com as mulheres, mas, simplesmente, o que tínhamos — a falta de independência moral em que, sempre, se acorrentou o sexo fraco.

Os frutos da Rotina não se despedaçam com simples golpes da audácia.

São precisas marteladas infinitas, dissabores sem conta, para que se vislumbre um raio de luz, em tão intensa treva.

Se na política, onde tudo não depende só dos interessados, o fracasso tinha de esperar-se, o mesmo não se dá nas conquistas dependentes da inteligência.

E a nós o que entristece, é ver o doloroso suplício de Tântalo imposto pela inércia dos nossos, a mocidade feminina catarinense.

Enquanto as moças dos outros Estados conseguem, facilmente todos os seus desejos relativos à instrução, as catarinenses são enclausuradas dentro da pequenina cultura dum Curso Normal que não lhe dá mais regalias senão a de serem professoras.

Os preparatórios ginasiais tornaram-se, hoje, a chave para o ingresso em todos os estabelecimentos superiores de cultura artística ou não.

As moças catarinenses, a não ser as que dispuserem de grandes recursos financeiros, estão impossibilitadas de se aparelharem para as grandes conquistas.

O nosso Ginásio não permite que o sexo fraco frequente as aulas.

E não se cogita de regularizar esta situação.

A vida que se multiplica, e que, cada vez, se torna mais difícil para quem deseja vencê-la, exige um desdobramento completo de energias e capacidades.

Como fazê-lo, se nos tolhem todos os movimentos?

Se, dificultando-nos os meios, nos obrigam a paralisar as capacidades latentes?

Se não nos permitem o desenvolvimento cultural, amplo, com regalias, assegurados pelo direito?

E a mocidade feminina de Santa Catarina Colha, com mágoa, toda a conquista das irmãs dos outros Estados, onde proliferam os meios de triunfar na vida e da vida, com a única arma capaz de engrandecer todos os povos — a da inteligência.

Tantalizadas, as moças queixam-se do amargor do castigo, e procuram aninhar-se dentro da realidade triste e insofismável, como se encarassem a vida com filosofia.

Onde se acharão as criaturas de boa vontade que lhes permitirão, ou facilitarão o acesso às fontes inesgotáveis do saber?

Onde achá-las, neste "deserto de homens, e de idéias" e de vontade de ser bom?

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 03 de setembro de 1933.

A vida só alcança a sua inteira finalidade, quando tem a iluminá-la uma instrução consciente.

Daí a bênção que chove sobre todos os que, investidos do poder, numa compreensão nítida dos seus deveres, procuram dilatar os horizontes educacionais.

Os frutos do futuro serão colhidos nas árvores plantadas no presente.

É preciso, pois, que trabalhem com amor, a fim de conseguirmos sorrir, quando, cansados já, diante da fartura encontrada pelos vindouros.

Santa Catarina, em matéria de instrução é um dos pioneiros do Brasil.

Os nossos dirigentes, em geral, têm encarado o problema da educação popular com especial carinho.

E nisto está a manifestação insofismável de larga visão de administrador.

Atualmente, falam-nos os jornais, cogita-se da construção de novos grupos escolares.

Só merecem louvores estas iniciativas.

Todos nós os que acompanhamos, com interesse, os surtos progressistas da instrução, sentimos a necessidade da uniformização do aparelhamento escolar.

Que todas as crianças do Estado gozem do mesmo conforto!  
Que não tenhamos salas de visita em matéria de ensino público!

A construção de novos grupos escolares é um passo para esta conquista.

Tudo se vence e se alcança, quando se tem a iluminar a estrada, ainda a mais difícil e tortuosa, a resplendente e maravilhosa boa vontade.

Todavia, entre nós, alguma coisa está a merecer a atenção dos construtores dos novos e ascendentes rumos: — é o professor.

O aparelhamento escolar mais moderno e pedagógico será nulo, se não for eficiente a ação do professor.

É ele quem impulsiona as criaturas para as futuras conquistas anímicas.

Em nosso Estado, é inegável, há uma grande atração pela missão sublime de trazer à tona, as jóias ocultas, criminosamente, no lodoso mar da ignorância.

Não queremos, com isso dizer todos os que a abracem, sejam professores vocacionais.

É já, no entanto, muita coisa a compreensão da responsabilidade que cabe à escola, no destino das sociedades vindouras.

E o capricho e a consciência chegam a suprir o erro.

Mas, se não só de pão vive o homem, também não se vive sem ele.

Os educadores devem ter "assegurado, incondicionalmente todo o bem estar material de que necessitam", diz Ingenieros.

E, tanto maior é a despreocupação material, tanto mais proveitosa é a sua missão.

Os reduzidos vencimentos dos nossos professores públicos obrigam-nos a dispersar energias com aulas particulares, a fim de vencerem, com desafoço, os compromissos assumidos.

E mais ainda: A evolução natural dos povos está a exigir leitura contínua, para que se não fique com uma cultura, por assim dizer, fossilizada.

Como adquirir livros com os minguados vencimentos de professor?

Sabemos que não há dinheiro capaz de pagar o trabalho do Mestre, todavia a situação financeira do professor está a merecer a atenção dos nossos dirigentes.

E, tendo em vista o alto critério com que têm agido, esperamos vê-la sanada, nesta transformação por que passa o país.

E, então, quando o professor puder fazer do agradável mister de educar, a sua preocupação única, marcharemos com segurança, para os mais soberbos resultados da sublime sementeira.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 05 de novembro de 1933.

Professora:

Trata-se da morte das nossas faculdades intelectuais.

Querem dar-lhe ópio, éter ou qualquer outro entorpecente, na forma de um decreto, para que entremos a dormir, agora e sempre, com o sono sossegado e povoado dos mais risonhos sonhos, na doce paz do lar.

Diz o livro sagrado, Deus sô furtou uma costela de Adão, porque não achou bom que ficasse sozinho no Paraíso.

A costela, hoje, que já muito evoluiu, não quer saber se se trata de Paraíso ou não. É preciso, goste ou não o zinho, (sic!?) ela se põe ao seu lado.

Mas, agora, ao que parece, descemos de escala. Vamos para os irmãos inferiores. É o caso: Quem tudo quer, tudo perde. Não avançássemos tanto.

Antes de se conseguir meter as faculdades pensantes das Mulheres na forma em projeto, é preciso nulificar todo o trabalho feito, é preciso torná-la novamente ignorante. Conseguirão?

Sô depois disso será possível domesticá-la em edição nova.

A responsabilidade de tudo isto, que anda por aí anarquizado, cabe a quem oferecer à costela de Adão melhorada, o-

portunidade de iluminar a sua estrada e divisar todas as maravilhas ocultas, egoísta e cuidadosamente pela outra metade do gênero humano.

E, por falar em luz, até parece que Deus errou, criando o sol para todos. Este astro camarada, qualquer dia nos põe a todos na sombra, ou nos deixa às escuras.

Que seria a vida, Mestra Amiga, se, nesta pasmaceira, em que nos debatemos, apesar de tudo sorrir às Mulheres, não houvesse, de quando em vez gestos sinceros, atitudes heróicas?

O Brasil é mesmo, de verdade, a terra dos poetas, dos heróis e dos cavaleiros andantes!

E nós, as que lutamos a mais nobilitante das lutas, para a conquista do pão de cada dia, sentimo-nos confortadas, diante desses gestos.

Eu sorri, pode crer, sorri e bati palmas, por ver os nossos direitos tão bem defendidos.

Nós, as que não temos braços, nem cérebros masculinos, para nos sustentarem, fatalmente, teremos da Nação, que é sempre Mãe carinhosa, uma pensão ou coisa equivalente.

Não pensa comigo?

Demo-nos os parabéns e recolhamo-nos, calmamente à casa, confiantes no zelo dos paladinos da nossa causa, em os nossos grandes amigos do sexo forte e camarada.

Com amizade,

Maria da Ilha.

---

Nota: Maria da Ilha. "Bilhete sem sê-lo". É dedicada esta crônica à D. Leopoldina d'Ávila, residente nesta capital. República, 12 de abril de 1934.



As conquistas, o progresso, tudo quanto procura fugir ao que a Rotina solidificou, sofre, agora e sempre, o ataque impiedoso das pedradas infelizes dos maus.

Dizemos maus, porque é maldade não querer convencer-se de que cada minuto marca um passo na evolução dos povos, e que, para todas as tarefas, se precisa de energias novas, de entusiasmo novo e de bondade infinita.

Viver é evoluir; é procurar ascender, realizando o máximo de harmonia entre as criaturas, de modo que haja pão para todas as bocas.

Cada um de nós tem a obrigação humana de ser operário do futuro.

É indigno de criatura superior deixar-se arrastar imbecilizada, no grande turbilhão.

E a evolução, essa marcha progressiva dos povos, não há barreiras que a possam vencer. Ela avança, indiferente aos ataques, sabe contornar as dificuldades e vencê-las, forte e impiedosa.

Debalde gritarão os conservadores. A humanidade não retrocede e os fatos não se modificam.

Há como que um determinismo superior e irremediável ao qual os homens obedecem, insensivelmente, fatalmente.

As grandes metamorfoses sociais, morais ou religiosas, sem saltos da natureza, não se operam, senão quando os povos delas necessitam ou estão aptos para nelas se integralizarem.

Cristo apareceu, justamente, no instante em que as massas cansadas da barbaria e das iniquidades da História Antiga, necessitavam de novas forças, novos entusiasmos, para seguirem novos rumos, para alcançarem novas conquistas.

Assim, não é absurdo que tudo quanto satisfez as criaturas do passado e chegou a dar-lhes o máximo de felicidade, dentro da infinita relatividade da vida, não satisfaça as criaturas do presente.

A vida tem de ser isto mesmo. Para que haja progresso, é preciso que haja incontentabilidade.

Só os irracionais e os domesticados são, no panorama vital, os eternamente contentes e conformados.

Acorde-nos, então, à mente a pergunta que deve existir em todo cérebro feminino, neste momento:

Que seremos nós, as Mulheres? Irracionais ou domesticados?

Porque esta questão de inteligência e aptidões femininas, era em foco, se resume, digamos de passagem, em classificar a Mulher entre as criaturas superiores ou entre irracionais.

Se ela é um ser superior, tem o direito líquido de agir, pensar, trabalhar, ser indivíduo.

Se não é superior, que se contente em viver à sombra, na cômoda, mas degradante situação de parasita, pois que a decantada maternidade é missão e não profissão.

Não somos feminista, se se entende por feminismo a aspi-

ração política, cigarro à boca, etc.

Daí não nos poderem julgar despeitada.

A Mulher teve, até há pouco, as regalias de bibelô caro, de qualquer coisa quebradiça e de alto preço, para a qual todos tinham olhares, sorrisos, gestos e atitudes protetoriais.

É isto que está agonizando e querem reviver.

Foi a esse ridículo que roubaram a Mulher.

Não discutimos direitos. Apontamos necessidades, a coisa única que tem poderes discricionários sobre todos os seres.

Se a evolução mental do nosso povo não aceita ainda a Mulher, como indivíduo, não lhe pode negar a necessidade, que tem todo vivente; de comer.

Os irracionais trabalham, lutam para a conquista do seu alimento. E a Mulher? (Porque tudo não se resume no vestido, como erroneamente, se pensa.)

Inferior aos próprios irracionais, doméstica e domesticada, se contentará, eternamente, em constituir a mais sacrificada metade do gênero humano?

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". República, 15 de abril de 1934.

Unindo, como um elo de infinita doçura, o humano ao divino, está, dentro da vida, a arte.

Ela deifica as criaturas e lhes eterniza a memória, zombando de todo o profundo silêncio que a Morte espalha sobre os que toca.

Os agraciados com o fogo sagrado do gênio, os que conseguem exteriorizar um pensamento de arte, os que cristalizam um sonho de beleza sentida, vivificando-o numa palavra, num vaso, numa frase, numa tela, num monumento, esses gozam do prêmio ou do castigo da imortalidade.

Passaram-se os dias, rolam os anos, contam-se séculos, sucedem-se as gerações e eles continuam vivos e palpitantes, despertando sensibilidades, dulcificando, amenizando a tristeza da caminhada e enganando o desejo de saber:

"em que fonte se mata a sede de ser feliz".

Tudo isto nos faz lembrar a passagem do primeiro centenário do grande poeta das Três Irmãs.

Morto, há vinte e quatro anos, desperta ele, ainda hoje, como ontem, a admiração dos que o ouvem:

"... o olho está lá: — caminhemos:  
Sobe, meu sonho, sobe; eu bebo um novo alento,  
Cada vez que te agarro, e digo: chegamos".

Luis Delfino na Imortalidade, com a coroa dos vitoriosos, tecida por "sonhos somente e palavras", a riqueza que,

segundo dizia, lhe enchia as mãos.

Mas estes sonhos e a estas palavras ele emprestou a graça, a beleza, a perfeição da sua alma de eleito, dando-lhes o brilho e o valor da sua requintada sensibilidade.

Convicto de que seu eterno trabalho era carregar o seu sonho, poetou durante toda a existência.

Nem mesmo o avanço da idade lhe roubou da alma a beleza do verso.

Singular, entre os poetas, este perdulário da Forma e do Belo, não teve nunca a preocupação de um livre, ou segundo Jorge Abreu, queimou-a na fogueira em que arderam os quinhentos sonetos que constituiriam a Imortalidade.

Despreocupada e nababescamente disseminava as jóias do seu pensamento pelos jornais e revistas.

E cada verso que lapidava, era uma pedra para o próprio e alto monumento de glória que escalou, insensivelmente, e onde se colocou para a glória da sua terra e admiração dos que, conhecendo-lhe o copioso labor, louvam como o poeta

"Torce, aprimora, alteia, lima.  
A frase; e, enfim.  
No verso de ouro engasta a rima,  
Como um rubim".

---

Nota: Maria da Ilha. "Luz Delfino". *República*, 25 de agosto de 1934.

Não basta às criaturas, existir. É preciso sentir a existência e saber vivê-la, procurando conhecer, avaliar e compreender toda a infinita beleza que ela encerra.

Não basta viver. É preciso impregnar a vida de vida, de ação construtora, de entusiasmo, de ideal.

Os que se arrastam pela existência, nulificados pelo egoísmo, imbelicizados, domesticados pelo servilismo, são, dentro do panorama humano, sombras que se movem, caricaturas que os fados, num momento de bom humor infeliz, criaram, e vivificaram, mas não são criaturas.

Na acepção perfeita da palavra, os homens são os que fogem das estagnações, da monotonia da planície, onde a uniformidade dos dias e do panorama desperta o fastio, mas procuram construir, ascender, subir, subir mais, para mais ver e melhor sentir a beleza triunfante dos horizontes dilatados.

Às caricaturas humanas, basta a materialização nefasta, hedionda, amarela, metálica, em que se debatem, em que se engalfinham, em que se estiolam, onde se entredevoram, num desejo infinito de aniquilamento recíproco.

A existência impõe a cada criatura, a realização dum soberbo destino: ser humana, isto é, ser indivíduo, ser senhor, dentro dos limites de sua individualidade, com o máximo respeito pela do próximo.

E, para que se consiga concretizar toda a profunda beleza delineada, precisa-se de entusiasmo, do entusiasmo são, alegre, vibrátil das almas moças; do entusiasmo capaz de resistir a toda maldade do passado, toda a onda avassaladora de palavras e ações derrotistas dos domesticados.

É preciso avançar, dentro da vida, montanha acima com a ousadia dos fortes, dos desassombrados, sem mais ouvidos que ao Ideal que lhe canta no coração.

Sem entusiasmo, diz Ingenieros, não se pode servir a formosos ideais.

E haverá ideal mais formoso que procurar conservar-se, existência em fora, superiormente, humanamente, trabalhando pela perfeição pessoal, base da perfeição coletiva?

No estado putrefacto em que se encontra a grande sociedade de caricaturas, não basta aos que desejam realizar a escalada, embora com a certeza de jamais alcançar o cimo, somente o entusiasmo.

O triunfo do pouco que se sabe, é, sempre, alcançado graças a infinitos golpes de audácia, a rasgos de coragem e de altivez.

E, nestes gestos com que os humanos, elevando-se, se distanciam dos pseudo-humanos, não se veja rebeldia, revolta, mas a valentia admirável de realizar, concretizar, viver a vida de homens, ainda que o neguem todos os que, jungidos a um egoísmo deprimente, a uma egolatria tremenda, integralizam o infinito rebanho dos doentes morais, dos domesticados, vergonhosas caricaturas humanas.

Confiança!

A alma da mulher catarinense, neste instante de intensa vibração cívica, deve sorrir, diante da sua magna conquista.

Não se julgue precipitada a nossa afirmativa.

É que a mulher barriga verde, cujo civismo tradicional tem empolgado gerações, saberá dar o seu voto ao Partido que, vencendo preconceitos arcaicos e tolos, procurou integrá-la na sua própria individualidade.

E não pode deixar de ser assim.

Nesta época de evolução mental, quando dentro do Brasil e em particular em o nosso Estado, se goza duma liberdade tão ampla, tão integral que nos obriga a todos nós a bendizer a vida e sentir que vale a pena vivê-la nesta época de evolução mental, quando se desdobra, sobre todos os brasileiros, uma linda bandeira de igualdade, por que se negarem direitos a quem os tem?

A mulher brasileira deve ao sopro revel que despertou a alma brasileira e levantou a Nação, naquele célebre três de outubro, a sua carta de liberdade.

Foi a Revolução quem fez da Mulher brasileira o indivíduo que ela é hoje; foi a Revolução quem deu à Mulher o direito de ter cérebro, de deixar de ser sombra de criatura, para ser a própria criatura.



Todas estas conquistas lindas de igualdade e progresso, todo esse panorama lindo de aptidões a se desenvolverem, num desejo sensato de se aproveitarem capacidades e inteligências, que o passado repudiava, num desperdício imperdoável, tudo isto de grande, de soberbo, de conquistas individuais, desfrutadas, presentemente, pela Mulher brasileira, é fruto da semente lançada pelo ideal daquele célebre três de outubro.

Não há leis, não há barreiras para a evolução.

Embora se grite, embora se neguem direitos, embora se queiram levantar as pedreiras da conservação de tolos preconceitos, a humanidade, indiferente, marcha, avança para realizar o seu destino glorioso de ascensão.

E não serão as mulheres catarinenses que não se sentirão feridas, no seu amor próprio, nesta época, em que seu voto pesa na balança dos destinos da coletividade, vendo que sufraga e não é sufragada.

A igualdade, aquela igualdade de direitos é uma verdade ou não passa de mito?

Por que se negar a quem elege o direito de ser eleito?

Os governos, dentro desta nossa República Nova, dentro deste nosso Brasil redimido, não são mais aristocráticos.

É preciso que cada classe, para conseguir realizar seus destinos, tenha, nas Assembléias, os seus representantes.

A não ser assim, a República não teria realizado a sua finalidade democrática, de ser do povo e pelo povo.

Em Santa Catarina, neste instante, cada mulher deve perguntar-se, conscientemente: com quem votarei?

Com o Partido, onde a igualdade é fictícia? Com o Partido, onde a igualdade é um fato concreto?

Não se compreende a vida de povos civilizados sem imprensa.

E isto, porque o jornal é uma alta tribuna do povo, que só devem ocupar os que sentem e compreendem a dignidade deste mesmo povo. Porta-voz das causas que exigem Fé e nobreza de atitudes, o jornal deve ser o espelho da Sociedade, cuja vida ele focaliza e orienta, passo a passo.

Cooperador de todos os educadores, representa, na da vida coletividade, um papel de alta relevância, por isso que as instrui, educa, orienta, alargando-lhes os conhecimentos, abrindo-lhes os horizontes, possibilitando-lhes, alcançar, sempre, um pouco mais, dentro do muito que sonhara, e cuja concretização integral é o ponto centrípeto em todas as caminhadas, ainda as mais diversas.

Se instrui e educa, seu norte deve ser a Justiça. Se instrui e educa a sua clarinada deve ser de Luz e de Progresso.

Assim, o jornalista não incensa, não bajula, não rasteja, não tem espinha flexível, não desce à lama, mas, também, não denigre reputações, não mente, não enodoa nomes, não semeia ódios, não apedreja inocentes, não se deixa cegar pelas paixões pessoais, nem vive o sadismo dos inconoclastas; não destrói o bem, não macula, não mata o Ideal, não se mercantiliza, mas preserva as coisas boas, mas constrói, mas respei-

ta cada indivíduo, como parcela de uma coletividade, mas estimula o que ainda pode sonhar, mas reage contra a própria maldade, para ser luz, nos caminhos alheios.

E o que assim não agir, o que não tiver a elegância e a coragem de se impessoalizar, quando no sacerdócio do jornalismo, desrespeita-se porque mente ao povo, mentindo às finalidades do seu mister. É um desajustado. Como conduzir povos ou mostrar rumos a outrem, se não encontrou o seu?

Os moços que são todos os que têm Esperança no amanhã, sempre melhor; os moços, que são todos que ainda, não perderam a Fé na Humanidade, embora sintam e vejam que os homens, de vez em quando fazem da lama a sua grande atração; os moços têm a grande responsabilidade do futuro.

Prepará-lo é obra do Presente. E o jornal é a alavanca poderosa, inestimável e indispensável.

Mas só as boas sementes dão bons frutos. Só os homens de bem podem evangelizar, dentro do Direito, da Razão e da Justiça.

Que cada mesa de jornalista seja um altar, onde, diariamente, e religiosamente, pela magia do pensamento objetivado, se sacrifique o homem, para a grandeza da coletividade que ele encarna e a cujo coração deve unificar-se o seu!

Que cada jornalista tenha a virtude e a sabedoria de, para não mentir ao seu sacerdócio, imolar-se, por amor do Bem, e da Verdade e da Justiça, afim de que, nos amanhãs, possa receber a gratidão e as palmas que, nunca, faltam e, jamais, faltarão aos que, com dignidade, sabem cumprir o seu dever.

---

Nota: Maria da Ilha. "Falando aos moços (aos redatores de O Idealista)". O Idealista, junho de 1945.

Todo o bem moral que uma sociedade gozar, é reflexo das forças dos indivíduos que a compõem.

Dentro da vida, há, pois, o imperativo do cultivo das forças morais, para a conquista consciente das migalhas da Felicidade, com que nos presenteia a caminhada.

Mas este cultivo exige disciplina, que é a vontade em ação.

Quando falamos em disciplina, longe estamos de pensar em passividade, que é a anulação de todos os princípios de dignidade, necessários a cada criatura.

Queremos a disciplina consciente, aquela, que é o mais belo fruto da conquista do indivíduo sobre si mesmo, pelo poder da vontade.

Queremos o respeito à individualidade do próximo, pelo conhecimento perfeito da própria individualidade.

Queremos a ação circunscrita a esses princípios morais.

Em disciplina consciente, há a compreensão do dever e da ordem, base propícia para a harmonia social.

A família e a escola, sociedades primeiras em que o homem vive, não podem prescindir de seu concurso.

Nestas sociedades, responsáveis pelo homem de amanhã, o que significa dizer pelo futuro dos povos, disciplina é uma espécie de cinzel e buril, com que os educadores desfazem as

infalíveis arestas anímicas, possibilitando às criaturas um perfeito entendimento, sem os choques que pisam e maltratam.

Nela convergem, para neutralizar-se, todos os interesses, diversos e múltiplos, dos componentes de um grupo, para um bem maior deste mesmo grupo.

Sem ela, é inócuo o esforço dos que trabalham, o Presente, o Futuro, porque lhes falta apoio e força, para chegar às alamedas anímicas, onde o seu exemplo e a sua palavra serão luz e calor, vivificantes; sem ela, os educadores não alcançarão a plenitude das bases necessárias a uma caminhada segura, sem tropeços e cotoveladas.

Na conquista de si mesmo, a criatura registra a mais nobre e a mais bela porque a mais difícil, das conquistas, numa esplendente afirmação de personalidade.

O futuro é dos moços.

A indisciplina vira o caos e não é caminho para a educação.

Urge, pois, que os educadores preparem o caminho dos educandos, para lhes evitar acúmulo de evitáveis aborrecimentos, desanuviando-lhes, tanto quanto possível, o horizonte.

Urge que os educadores lhes aparem as arestas, despertando-lhes o sentimento do dever, por meio duma disciplina consciente.

Urge que nem ingratidão, nem má vontade, nem a possível maldade sejam capazes de arrefecer o entusiasmo dos que fizeram do futuro das Pátrias, o objetivo de sua caminhada.

Que todos encontrem por meio da disciplina, que é o conhecimento das veredas em ascensão, o lado das cousas elevadas, sem acotovelamento, sem maldade e sem tropeços.

Que se empenhem todos, com fê, nesta realização, porque só duma juventude, conscientemente, inteligentemente, disciplinada — educada, sem servilismo, portanto — se podem esperar, no futuro, os dias de glória a que têm direito as pátrias.

---

Nota: Antonieta de Barros. "Falando aos moços". O Idealista, agosto de 1945.

Hã, na vida das criaturas, um caminho reto que as leva ao progresso, pondo-lhes em relevo a dignidade.

Esse caminho não é sempre de flores, nem de sombras, porque é de ascensão. E as palavras são, quase sempre custosas.

No entanto, por ele, o homem realiza-se, aprende a viver, verticalmente, e conhece o valor real das coisas que conquista, porque, em todas, há o suor do próprio rosto.

Este caminho é o que o trabalho ilumina, o que o trabalho rasga, o que o trabalho alicerça e constrói.

Não o trabalho sob pressão, não o trabalho do escravo, não o trabalho que se apresenta como uma maldição, mas o trabalho consciente, mas o trabalho livre, mas o trabalho que surge, como imperativo da nossa condição de humanos, para nos encher de nobreza e majestade a trajetória.

É que só o trabalho dá ao homem, a possibilidade e o direito de viver a vida, sentindo-se a criatura digna de vivê-la.

Não se compreende a existência, dentro do prisma da inatividade e da improdutividade.

Dai, todo aquele que não cumpre o imperativo genesíaco do Comerás do suor do teu rosto, ser menos do que as cousas, porque lhe falta o princípio de ação, para que foi criado.

Assim, embora se diversifiquem as estradas, irmanam-se pelo trabalho, todos os que realizam o esforço, para a conquis

ta do Bem, todos os que, conscientemente, praticam uma ação que vise à felicidade do próximo.

O trabalho é a fartura, é bênção, é alegria, é oração!

É o homem a eternizar-se, anonimamente, no Bem, no Conforto, nas migalhas de Felicidade, que conseguiu reunir, contribuindo, para embelezar o próprio caminho da coletividade.

Só ele desvenda para cada um de nós, o encanto dos horizontes azuis da independência moral e econômica.

Por ele, concretizam-se os sonhos mais alevantados e dão-se à vida o esplendor e a poesia de que precisa, para ser plenamente vivida.

Há um delicado e harmonioso poema de ternura que identifica e unifica o gesto do que semeia; do que maneja as ferramentas; do que movimenta e dirige as máquinas; do que empunha do livro; do que dirige o lar; do que vigia e guarda a integridade do solo e defende a vida da Pátria, na pureza das tradições e do respeito às leis; do que procura roubar ao homem o amargor do sofrimento; do que fixa um pensamento de arte; e na bondade do que ensina a ver Deus, no seu semelhante.

Este poema vivido, cada dia, com o mesmo entusiasmo, com a mesma emoção, com a mesma consciência, não desmerece, nunca, na sua extraordinária beleza de simplicidade, nem no seu infinito valor, porque, por ele, mais se firma, e eleva, e sublima a força moral, que é a nossa própria dignidade, e que nos permite viver de pé, agir de pé, e, ainda, cair de pé! ...

A dignidade do indivíduo é a dignidade da Família. E, sendo a Pátria a Família amplificada, no dizer feliz de Rui, façamos de nossa caminhada uma dignidade em ascensão, trabalhando, e realizando, e construindo, e aperfeiçoando, em cada



momento, a Pátria, com que a bondade do Senhor nos presenteou.

E orgulhosos da tarefa com que o destino nos premiou, dando-nos, para berço nosso extraordinário Brasil, trabalhe-mos, com carinho, devotadamente, no sentido de dar à Pátria Brasileira, maior grandeza e eternidade esplendorosa!

E, agora e sempre, cérebro e coração, pensamento e ação, coesos, unos indivisíveis, com Deus, para o Brasil e pelo Brasil!

Maio de 1946.

---

Nota: Antonieta de Barros. "Falando aos moços". O Idealista, maio e junho de 1946.

Agitam-se os idealistas por um Brasil mais perfeito, er-  
guendo a bandeira da alfabetização do adulto.

E nós que fizemos do alto problema da educação, neste re-  
canto da grande Pátria, o objetivo da nossa caminhada, ficamos  
a pensar nos pontos deste sonho a concretizar-se.

E perguntamos a nós mesmos: bastará alfabetizar?

Parece-nos que não. A alfabetização é muito, mas não é  
tudo.

Dar ao indivíduo riquezas, sem lhe dar as possibilidades  
de se utilizar delas, é mais doloroso do que deixá-lo na misé-  
ria.

As escolas de alfabetização do adulto não podem cingir-  
se ao plano minúsculo — para o agigantado da vida — do apren-  
der a ler e a escrever.

E não podem, porque dentro de qualquer prisma, a escola  
primária é sempre, a célula, a base, o princípio, para a per-  
feição do microcosmo social.

Que se dê aos nossos irmãos adultos, órfão da mais so-  
berba das riquezas, a chave do Tesouro, mas que se ajude a  
cada um deles, dando-lhes os conhecimentos da maneira, porque  
devem utilizar-se desse Tesouro, em benefício próprio e da  
coletividade.

Abramos escolas não sô com o fito de ensinar a magia do abc, mas compenetrados da importância desses santuários, onde a alma, forçosamente, tem de lapidar-se, e melhorar; onde os sentimentos individualistas têm de diminuir e esbater-se, onde a criatura, pela consciência do limite da individualidade própria contribui para uma felicidade coletiva maior.

Sô assim, a escola, ainda, salvaria, porque educaria, também, no sentido social da vida, e estaria integrada na sua verdadeira acepção.

A escola do saber ler e escrever é uma bênção incompleta.

E nós que, num gesto fraterno e patriótico, vamos ao encontro de nossos irmãos, cuja cegueira intelectual não permite vislumbrar os panoramas que o saber contém, nós não podemos deixar em meio, suspensa, a bênção que é imperativo do coração.

Assim, abramos escolas, verdadeiras oficinas, onde cada um aprenda a utilidade da maravilha do saber ler, manejando-o conscientemente, para a felicidade do Brasil, unido, livre e cada vez maior, no valor moral e intelectual dos seus filhos.

---

Nota: Antonieta de Barros. "Falando aos Moços". O Idealista, maio e junho de 1947.

"Cada qual, livremente, faz o seu preço, alto ou baixo, e ninguém vale senão o que se faz valer. Taxa-te, pois, livre ou escravo. Isto depende de ti".

Epícteto

Estava a ler Máximas e Reflexões, e fiquei a pensar na alta verdade contida nas palavras que epigrafam estas linhas.

Refletindo no modo de cada um, livremente, fazer o seu preço, veio-me, cristalina e iluminada, uma outra interpretação do espírito divino — Ama o próximo como a ti mesmo.

Sempre entendi que as palavras do Messias encerravam a ordem de se estender ao próximo, a integridade do alto e sublimado amor com que toda a criatura ama a si mesma.

Na minha santa ingenuidade idealista, chegava a crer que os homens, fosse qual fosse o seu comportamento para com o próximo, guardavam e nutriam para consigo mesmos, um profundo sentimento de estima.

A ordem de Jesus indicava um mundo cor-de-rosa, resguardado por um céu sem nuvens, onde os caminhos não teriam pedras e seriam iluminados pelas bênçãos de verdadeiro sol de fraternidade.

Seria um mundo sem Caím.

E, porque assim acreditava, pensava que todos os egoísmos, e choques que marcam as criaturas, na luta dentro da

grande sociedade humana, nada mais eram senão desobediência à palavra do Senhor.

Assim, até ontem, entendi o princípio divino.

De vez em quando, a mim mesma me perdia em interrogações aflitivas: Por que os homens não se estimam como irmãos? Por que todos não têm a felicidade de se mostrarem bons, de não se deixarem fascinar pelas riquezas ou honrarias, de estenderem, sem hesitação e com lealdade, as mãos a quem as pede? Por quê? Por que o sentimento de humanidade é tão profundo em certas criaturas que, na fartura, têm sensibilidade, para compreender a angústia e os anseios de fome dos miseráveis, tão profundo que enchem a sua caminhada de árvores, sob as quais se agasalham os cansados, os doentes, os velhos, os infelizes, enquanto em outras só se encontra a falência de todas as belezas anímicas? Por que se perseguem? Por que se aniquilam? Por que se negam, como criaturas?

Dentro destas cogitações, sentia que o mundo estava errado e a palavra do Cristo era letra morta, nesta civilização que se apelida cristã.

Não concebi, nunca, que, subestimando o próximo, estava o homem a subestimar-se a si mesmo.

As minhas reflexões sobre a Máxima de Epicteto levaram-me a um outro rumo.

Está tudo certo e perfeito.

A palavra do sábio escravo estóico fez-me olhar a palavra de Cristo, sob outro prisma.

O quid divino em certas consciências está tão asfixiado pelo peso das forças morais negativas, que falta ao homem sensibilidade, para conhecer o mal que fez, pelo aviltamento e subestima em que se colocou.

A sua alma forrou-se de tal jeito de maldade, que a doçura do Bem e a luz da Justiça não conseguem atingi-la.

E, porque sô se pode dar o que se tem, no comportamento de cada um para com o próximo, está a revelação do grau de estima e de amor que o indivíduo tem para consigo mesmo. O que tripudia sobre os pequenos é porque se tornou insensível aos pés que o machucam; os que não respeitam os direitos legais ou morais de outrem, são acomodaticios e não reagem, com dignidade, quando negam os seus.

O chefe que, no subordinado, não respeita o indivíduo, não tem coragem, para se sentir um HOMEM, diante dos superiores. E o que tem o despudor de perseguir, de rastejar, de bajular, de mentir, de trair, de caluniar, beija, com facilidade, a mão que o maltratar e não vislumbra, neste gesto, a própria morte moral.

Eu estava errada.

A palavra que Cristo impõe é uma revelação, um retrato perfeito do nosso mundo interior.

Todos aqueles que negam, pelo seu comportamento, o conhecimento da mais linda das doutrinas, neste arrastar-se pela existência, taxam-se escravos e gritam pelas ações em que se patenteia a tenebrosa fealdade das suas vielas anímicas, o seu baixo preço.

Falta-lhes tudo, para serem alguém, porque subestimando-se, negam-se a si mesmos, o esplendor da dignidade humana.

Todavia, nem por isto, deixam de cumprir o preceito do Mago das Bem-aventuranças, porque, dando o que possuem, amam o próximo, como a si mesmos.

Nestes nossos maravilhosos tempos de Paz e Harmonia, pregadas e concretizadas, li, numa das folhas da terra, a notícia da anulação do Concurso de Ingresso e Remoção ao Magistério.

Dentro de mim, uma névoa de tristeza e mágoa foi crescendo, crescendo e se adensando, até dominar, por completo, todo o meu mundo interior. Era a simpatia devida à professora que, ainda não morreu em mim, aos colegas, cujo caminho um decreto governamental fechou.

Não discutimos o acerto ou o erro da medida. Da legalidade ou ilegalidade do ato só poderá falar a JUSTIÇA, que, talvez, por ter os olhos vendados, conhece melhor os direitos humanos.

Não discuto o fato, pela sua crueza.

O que me aterrou e entristeceu, foram as conseqüências psíquicas deste soco brutal do Destino, na alma inexperiente dos jovens professores; foi pensar nos momentos amargos de desalento, na aridez do desencanto, por que acabava de passar um punhado de moços, quando tentavam concretizar um sonho lindo, acalentado, carinhosamente, durante sete longos anos.

O caminho que trilhavam, enlevados por um Ideal muito alto e sedutor, o caminho que julgavam não ter fim, forças imprevistas transformaram em uma simples e curta viela.

Por isto, tiveram de voltar, esmagados por uma descomu-

nal decepção.

Voltar, para recomeçar. E que recomeçar, Santo Deus!

Recomeçar sobre os destroços do que lhes foi o único anseio e o motivo de uma linda parte de sua vida!

Mas, como não tentar recomeçar? A dureza da vida não permite paradas. A luta econômica não dá tréguas a ninguém.

E, em torno de nós, indiferente aos arranhões que nos sangram a alma, a vida continua.

Alguns deles, segundo acabam de contar-me, já andam na peregrinação, à procura de emprego nos escritórios.

A vida manda. É preciso obedecer.

E nós, que já vimos tanta luta malograda, sentimos lágrimas no coração, pensando no profundo sofrimento que a derrocada de um santo e puro Ideal, fatalmente, fez surgir, na estrada em começo deste grupo de professores.

Que culpa expirarão eles, para serem, assim, tão duramente tratados pela vida?

Nada daquele sublime programa de educar, conduzir, de dar forma e beleza aos mundos plásticos dos pequeninos!...

A escola, o ambiente de amor construtivo, puro de ódio, de mal-querenças, de vinganças, o desejo de dar à Pátria uma contribuição maior, formando-lhe o alicerce, com a argamassa poderosa do abc, tudo isto foi um sonho lindo, simplesmente um sonho que uma realidade mãe destruiu.

Que triste despertar!

E a par dos choques e desajustes que a decepção arrasta; quantos destes moços e destas moças arrimo de mães viúvas, de pais pobres não contraíram dívidas, autorizados pela conquista do cargo que um concurso regular lhes possibilitou? Quantos, a esta hora, de volta de uma viagem inglória, não terão



o problema financeiro acrescido de maiores responsabilidades?

E que se dizer dos que, como se ouvissem a voz de um falso Messias, se desfizeram do que possuíram, para a pregação do feiticeiro evangelho do abc, em terras distantes? Que falem os que têm coração e sensibilidade, para comungar das dores alheias...

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 13 de março de 1951.

Nossa literatura de ficção tem um conto, mimo de delicada sensibilidade, devido à pena de Coelho Neto, se não nos atraiçoa a memória.

É a história de uma criança pobre que, à hora do recreio, na escola, se punha a um canto, distante das outras crianças, para comer o lanche, que trazia numa latinha.

De vez em quando, a mãozinha trêmula penetrava na latinha e era, em seguida, levada à boca. Isto todos os dias.

O desfecho é que a professora descobriu estar a lata virgem de merenda.

O gosto da garota era mentiroso. Encobria uma das torturas da miséria. A menina tinha o pudor da pobreza e o seu amor-próprio de criança encastelava-a na sua desfortuna.

Defendia-se, assim, dos olhares e das frases de compaixão das colegas mais felizes, cujas merendas ela se impôs o dever de desconhecer.

Este o conto. A vida, na realidade é bem outra. Nesta "caminhada de curvas estreitas", não é possível aos míseros mortais que somos, fazer parar o estômago e estudar gestos com que nos iludamos e iludamos o próximo.

A prova provada está nos gestos de reação com que agiram muitos dos nossos pequeninos, nas escolas, quando lhes faltou

até a sopa.

Nos tempos que correm, todos compreendem que têm direito à vida. É a evolução. E a vida sem a mesa, farta ou minguada, é inconcebível. Se é verdade que "nem só de pão vive o homem", não é menos verdade que, sem o pão, o homem não vive.

A tristeza das mesas vazias intensifica-se e aprofunda-se em amargor, quando se trata de crianças.

Por isso, e porque representam o futuro, cuja responsabilidade, dentro das pátrias civilizadas, cabe ao presente, os pequeninos merecem, sempre, a atenção cuidadosa dos poderes públicos de visões largas.

Já não é concebível governar, divorciando-se dos problemas capazes de angustiar os governados. Sem uma sintonia perfeita entre os que dirigem e os que são dirigidos, manifestação de comunhão de sentir, não há governo.

E os gestos dos governantes que, descendo até o povo, procuram dar-lhe um pouco de bem-estar, inspiram confiança, geram simpatias e só engrandecem o PODER.

Daí, entre as múltiplas realizações com que Nereu Ramos engrandeceu S. C., enobrecendo seu GOVERNO (que se devia escrever, sempre, com maiúscula), encontrava-se a instituição da sopa escolar.

Os que, como nós, de perto, acompanharam o bem que ela fez, puderam aquilatar o desastre que a sua falta representou para a escola.

Com o estômago a contrair-se pela ausência de alimentos, é impossível prestar-se atenção às aulas, é impossível predispor-se o espírito, para o trabalho extraordinário do aprendizado; é impossível cooperar com o professor, cujo esforço se anula inteira e completamente.

Sob o império dominador da fome, a vontade infantil é destroçada, e a ESCOLA perde muito da sua razão de ser.

Pensando nós assim, não é de se estranhar que a nota oficial da Secretaria do IJES nos enchesse a alma de aleluias.

Que nos importa a inutilidade do vibrante apelo ao governo, feita pela pena admirável do Diretor de O Estado, ou a falta de ressonância da grita surda dos estômagos vazios dos escolares, ou a amargura respeitável dos pais sem vintém para o mais agradável dos deveres?

Que nos importa tudo isto, depois que temos a certeza de que, a partir de amanhã, o recreio nas escolas será, de verdade, recreio para toda a petizada, e de tranqüilidade para os professores que a tanta coisa triste assistiram?

Na estrada dos nossos pequeninos pobres, finalmente reaparecerá o sol. Sim, porque, de 15 de fevereiro a 31 de março, o sol sumiu. Foi uma noite enorme. Enorme e dolorosa. Uma noite de jejum intenso para os nossos pequeninos escolares, órfãos da felicidade do pão de cada dia.

Mas, tudo isto, amanhã, afirma Sua Ex<sup>ã</sup>, o Sr. Secretário da Educação, será passado. Graças a Deus!

E, na festa, que constituirá para os olhos e o estômago dos nossos pequeninos, a caneca fumegante e cheirosa do alimento gostoso, haverá implícito, uma bênção para o grande caritativo que, entre nós, criou a SOPA ESCOLAR!

Sim, porque os gestos de bondade são os únicos que não se perdem, dentro da vida.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 19 de abril de 1951.

A educação do homem só é perfeita, quando os gestos de elegância que distanciam a criatura do bruto, e amordaçam a besta fera existente no EU de cada um, são conscientes e refletem, de fato, a beleza do mundo interior.

Neste caso, a palavra e o gesto irmanam-se, dentro da caminhada.

E cada homem é, então, um educador, a viver lições de sinceridade que se eternizarão, na admiração dos contemporâneos e no comportamento dos pósteros.

Por isto, os que fizeram da Escola o seu caminho e os que, por sua projeção social insensivelmente, influem, pelas palavras, na vida das coletividades, têm uma grande responsabilidade, no futuro universal.

Não exageramos. Se o coração, o civismo, o patriotismo, delimitam as pátrias geográficas, não há fronteiras, para impedir que os bons ou maus ideais, as boas ou más ações se multipliquem e disseminem, iluminando ou entenebrecendo caminhos, elevando as almas para as clareiras ensolaradas do Bem, ou despencando-as, com a precipitação das cousas tristes, no lodaçal asfixiante, onde o Mal é senhor.

A Humanidade é um grande todo. E, por isto mesmo, sob o reflexo das modificações que atingem qualquer das suas partes.

Se o ponto centrípeto de todas as existências é a Perfeição, buscá-la é dever de cada um.

E será nesta busca, à proporção que nos despojarmos das qualidades negativas que nos cerceiam a alma, nas suas manifestações de beleza, que encontraremos a pureza harmoniosa da Paz.

Sem que a encontremos, dentro da nossa própria vida não a projetaremos, nunca, nas vidas alheias.

O caminho que nos conduzirá ao sentido elevado da existência, na realização da sua verdadeira finalidade, não pode ser o de atitudes postizas, o de bondade por convenção, o de justiça com dois pesos. Quando os homens enveredam por estas vielas, escusas e escuras, entrincheirados na dissimulação, observa-se o divórcio entre a ação e a palavra. Nestes comportamentos mascarados, com os quais, em vez de amarem, os homens procuram enganar-se, mutuamente, há o medo, que é manifestação palpável de inferioridade, negação do próprio valor pessoal.

Só temos os que não encontram, em si mesmos, forças, para, sem se preocupar com as pedras que valorizam as caminhadas, avançar e subir, em busca da sua própria realização, na certeza de que as vitórias são as que se conquistam e não as que se mendigam.

Os responsáveis pela beleza dinâmica das forças morais dos grupos, quaisquer que sejam — a família, a escola, a oficina, o quartel, o povo — desconhecem o medo, porque têm de ser, pela sua distinção, superiores, e corajosos da bravura da Justiça, corajosos da bravura da Verdade, para criarem o clima dulcíssimo e cheio da formosa espiritualidade de Paz e Harmonia.

Hão de se colocar tão altamente, que, corações fechados à onda lamacenta de ódio e vingança, a sua ação se projete, uniformemente sobre todos, vitalizando as consciências, pela confiança que inspirem.

Hão de ter sabedoria, para fugir de si mesmos, e subirem até a impessoalização. Hão de saber dissociar o indivíduo do educador, do chefe.

E isto, para serem justos, e isto, para poderem avançar, e construir, e relizar, demonstrando a capacidade de eternizar-se pela disseminação do Bem, com que darão esplendor à caminhada...

Fora disto, o que há é a escravidão do homem às paixões negativas; é a despersonalização do indivíduo; é a ação a desmentir as palavras, e estas, por um truque de mágica, a perderem a significação; é a descrença dos subordinados, como imperativo da sinuosidade de comportamento, com que se suicidam, moralmente, os que chefiam.

Fora disto, nem em SC — a formosa terra dos casos raros — poderá viver-se em PAZ e HARMONIA.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 08 de abril de 1951.

Diz-nos um grande psicólogo que o homem só está apto para a grande ventura de viver, quando possui a mesma energia da Natureza, que dá a cada aurora a mesma riqueza de vitalidade e formosura, fazendo esquecer o entardecer da véspera.

É lindo este conceito.

Todo o labor de um dia vivido não abate o sol; o entardecer não lhe é sinal de agonia, porque na sua volta, há a mesma ânsia, o mesmo amor, o mesmo cuidado de ser bênção de luz de todas as caminhadas sem distinguir os que lhe agradecem os raios vivificadores e os que se escondem, sem coragem, para enfrentá-los.

Indiferente às nuvens, que, por serem, pela própria destinação, passageiras, mais lhe realçam o fulgor, ele cumpre, lealmente, um lindo destino, traçado pela excelsa democracia divina e dá aos homens uma esplêndida lição.

Na vida das democracias, de quando em vez, partidos e homens chegam ao entardecer.

Mas, se têm um destino de luz a cumprir, dentro da vida dos povos, fazem do surgir do amanhã, uma nova aurora, cheia de força e beleza, início de novas lutas e novas conquistas, para o bem comum.

O crepúsculo das legislaturas em 1950, a que o PSD as-



sistiu de luto, por ter tido sob a sua bandeira de homens bravos três míseros suicidas morais, fez o adversário acreditar numa verdadeira e fatal agonia.

Eufóricos, subiram ao Poder, que transformaram em verdu-go. E a onda de vingança espraiou-se, dentro do Estado. Espe-lhando-se no exemplo que vinha de cima, chefes maltratam su-bordinados, para forçá-los aos pedidos de demissão.

E, neste ambiente de intranqüilidade, gerado por uma po-lítica de ódio que o Poder se desrespeita, não respeitando os direitos dos cidadãos, chegamos às primeiras lutas num campo aberto: as eleições para a MESA da Assembléia.

O resultado deve ter sido um solavanco bastante forte, para acordar os sonhadores, mas não cremos, para arrebatá-los da sua maldade consciente.

Nós não agonizávamos, a realidade aí está.

Voltamos, com a consciência de quem não pode estacionar, porque tem um destino de luz a cumprir, na vida da nossa santa terra.

Os trabalhadores que hoje se reiniciam na Assembléia, com a instalação da segunda legislatura, encontram-nos, na oposi-ção, mas numa oposição que será digna, porque cumprirá, com fidelidade, o papel fiscalizador, dentro das democracias.

O nosso programa de VIGILÂNCIA não descera à pequenez dos homens, mas se alteará ao engrandecimento do chão sagrado, que é o nosso; à defesa dos direitos que forem negados; à res-surreição dos princípios legais que se quiserem asfixiar.

E tudo faremos, pelo respeito que devemos a nós mesmos, dentro do clima elevado e respeitoso, em que se debatem os pro-blemas do único e verdadeiro Senhor, dentro das democracias —  
O POVO.

Por amor do nosso grande povo e para a felicidade da terra bendita, que é a nossa, o partido, sempre, majoritário desfralda, na Assembléia, a bandeira da oposição, guarda e garantia seguras das aspirações populares, continuando, assim, a sua inalterável trajetória de luz.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 15 de abril de 1951.

Há dias, conversando com amigos, afirmamos que a responsabilidade dos choques entre os indivíduos cabe à ausência de educação.

Todos nós sabemos que educação significa compostura, vontade disciplinada, para que se possa viver em sociedade, sem acotovelar, sem ferir, sem maltratar, num respeito integral ao limite dos seus próprios direitos que marcam, justamente, o início dos direitos alheios.

Mas a educação, que é compostura e disciplina psíquica, tem de se firmar no consciente do indivíduo, tem de ser força interior que se extravaze e concretize em ação e gostos elegantes cheios da beleza ímpar da aristocracia anímica.

Mas a educação, que é compostura e disciplina psíquica, dá a cada um de nós, o significado exato, estabelecendo as distâncias que separa o poder fazer do dever fazer.

Enquanto a criatura não consegue ver esta distância, enquanto se deixa levar pelo impulso do poder fazer, não é espiritualmente, adulto.

Falta-lhe o senso, para discernir, falta-lhe força, para sufocar os ímpetos da maldade que lhe entenebrece a alma, falta-lhe claridade interior, para ver os caminhos, os comportamentos do dever, por onde os homens se elevam e sobrepõem ao comum das criaturas; falta-lhe liberdade, para se sentir e pa-

ra agir, na verdade, como um indivíduo adulto.

Não importa que o tempo haja passado por essas criaturas, não importa que o físico acuse essa passagem. O espírito foi indiferente a ela. Não colheu ensinamentos no lar, na escola, e na vida vivida, que é a mais admirável das escolas.

Eu posso fazer, eu devo fazer, esta é a divisa que os norteia. E não respeitam o próximo, porque não se respeitam. E agem com a inconsciência e a irresponsabilidade que, nas crianças, indica trabalho a realizar e, nos adultos, esforço perdido, falência de educação.

Eu posso fazer, logo devo fazer — lógica, puramente infantil. Os que viveram e aprenderam, os que disciplinaram o espírito e deram à vontade, orientada superiormente, a força, para tornar a caminhada coisa apreciável, conhecem a imposição do dever nos atos de cada um. E esta é tanto mais sensível, quanto mais nos elevamos na sociedade de que fazemos parte.

Imaginemos não houvesse, para equilíbrio social domínio do eu devo fazer sobre o eu posso fazer. Assistiríamos espetáculos dolorosos da morte do direito pela violência da força. O mundo seria intolerável. Dentro da vida administrativa dos povos, os governos matariam à fome, os adversários, em que viam inimigos. E as demissões, suspensões, remoções, dispensas seriam incontáveis. Nas praças, uma derrubada de monumentos; nas repartições um despendurar de retratos. E cada vez que os fatos não correspondessem aos sonhos, carinhosamente alimentados, o assovio, a vaia, a assuada enlutariam os ambientes mais respeitáveis.

Até a Escola, teria a toldar-lhe o ambiente de calma sedutora, a solução de continuidade, no seu ritmo de ordem e trabalho, criado pelas administrações que se sucedessem.

E tudo quanto significasse ontem, por mais perfeito que fosse — desde o conselho do amigo até as associações escolares — tudo naufragaria, na destinação que a infantilidade anímica impusesse.

Seria a implantação do caos, seria o desassossego, seria a impossibilidade de se viver, num ambiente de compreensão e humanidade.

Por isto, nós, os civilizados, sentimos que a criatura só pode viver em sociedade, se, para isto for educada, isto é, com as inibições necessárias, para só fazer o que deve fazer.

Sem esta condição básica e indispensável, ela não é, no sentido anímico do termo, um HOMEM.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 22 de abril de 1951.

"A dignidade do magistério se elevará, quando a consciência social prestigiar o seu valor".

#### Ingenieros

Hã um princípio de moral cristão que ordena: NÃO MATA-RÁS.

Passando pela vida, um infinito de criaturas caminha de mãos limpas do sangue do próximo. É o respeito ao preceito cristão, no sentido material. Todavia, nem só a matéria sucumbe. Nem só o corpo é susceptível de sofrer o ataque e morrer. Matam-se esperanças, matam-se sonhos, matam-se ideais. E, nem por não haver sangue, deixa de haver crime e crime inominável.

Os criminosos destes crimes que a sociedade não pune, são as criaturas, cuja secura de coração não lhes dá a felicidade de, sem cálculo, impulsivamente, estender as mãos aos que as solicitam, e cuja alma não se abre num sorriso de bênção que se concretiza numa palavra de gratidão e respeito, para os que trabalham, lutam e constroem.

É esta secura de coração que estrangula a beleza do sonho, nas almas idealistas e faz que lágrimas de descrença esterilizem as caminhadas, marcando solução de continuidade, nos gestos de comportamento que o Bem e o Amor iluminam.

Focalizamos, aqui, há dias, um infinito de conceitos, lin dos, elevados e justos, que andam na boca de toda a gente —

alfabeta ou não — a respeito da Escola e do Professor, o que significa dizer do Magistério.

Aqueles conceitos, sem favor, podemos dizer em falsa modestia, o Magistério barriga verde os merece.

Para que não os merecesse, não poderíamos crer na S. C. de hoje, nem confiar na S. C. de amanhã.

Se o Magistério Catarinense não fosse um Magistério de escola, rivalizando-se com os melhores do país, tudo seria des- troço entre nós. Os povos só se engrandecem, quando têm Mes- tres capazes.

Qualquer dos mestres deste rincão querido, se lançar os olhos, para o caminho andado, não dirá como o poeta que "é um cemitério a estrada a custo percorrida."

E não falará como o poeta porque nela não verá cadáveres de Ideal, mas flores e frutos que a embelezam e a enriquecem, como uma doce compensação ao seu trabalho de Amor, por um Bra- sil melhor.

Falamos conscienciosamente, e podemos fazê-lo, pela au- toridade que nos vem de mais de trinta anos de convivência ob- servadora com esses desprentensiosos obreiros da grande Pá- tria, no pedaço de chão que Deus quis fosse o nosso.

Por isso, sofremos a grande decepção, ao ler a fala do Governo, ao Poder Legislativo, no capítulo referente ao Ensino. Lá está escrito textualmente: "a situação do ensino público é desoladora".

Tão grande nos foi o desencanto, que pensamos houvesse, na expressão julgadora, as artimanhas de um infeliz, mas mi- sericordioso pastel.

É que não queríamos crer na afirmativa, cuja rudeza te- ria força para matar todo o desejo de luta e trabalho, pela

felicidade da Pátria e da Humanidade, se não se colocasse o Brasil acima dos homens.

Todavia, a ofensa ali está, viva e contundente.

Ao Magistério Catarinense, naquela frase, nega o governo, a dignidade, a honra ao sacerdócio, o Amor à causa santa do Brasil, na educação da sua gente.

Sim, porque a desolação no ensino só pode ser fruto da inépcia, da ignorância, do desamor pela causa, no achincalhe ao título máximo a que pode aspirar a criatura, como enobrecer o honroso.

E ao povo de nossa terra e ao país inteiro, — porque a Mensagem, a esta hora, já deve estar, oficialmente, correndo, — os professores catarinenses são apontados como relapsos, irresponsáveis, parasitas do Tesouro, que não cumprem os seus deveres, uma vez que o ensino público está em situação desoladora.

Como eu desejava, que houvesse um pastel nesta expressão!

O pastel seria uma redenção maravilhosa, porque os julgamentos serenos e justos impõem, sempre, respeito e despertam simpatias.

Mas o pastel não existe. E a palavra do Chefe do Estado, ali, está jogando a fama da incompetência e da negligência a todo professorado barriga verde.

É a palavra do Chefe do Estado, seca e metálica, que vibra no ar, e lhes atinge a face, castigando-lhes a alma, entenebrecendo-lhes o espírito, pela injustiça do conceito.

Por que não dizer os fatos à luz das estatísticas?

Por que matar o Sonho ou tentar ofuscar o Ideal dos que



se dedicaram a trabalhar o delicado material, que é a alma humana? Por quê? Não se esperava o óbulo duma palavra de estímulo. Não é caridade o que reclamamos, mas, tão somente e precisamente, JUSTIÇA.

A vida não pára. A luta por um mundo melhor, através de um homem melhor, não pode sofrer solução de continuidade.

E, enquanto, assim, se maltrata a Legião dos Obreiros do Estado, a educação continua a ser semeada, com fartura, em todos os recantos catarinenses.

E, no conforto das salas de aulas dos nossos Grupos Escolares, ou na modéstia acariciante das Escolas Isoladas, dentro da poesia das nossas zonas rurais, os professores que têm a responsabilidade da S.C. de amanhã, estóicos, com serenidade e constância apostolares, ensinam aos pequeninos e aos jovens, cimentando o trabalho do abc, que a Justiça deve eliminar todos os gestos e palavras do homem; que devemos ser educados de coração; que, nos caminhos alheios, só nos cabe o direito de colocar tudo quanto for capaz de embelezá-los; que a vertigem das alturas e do poder não devem ofuscar os julgamentos; que só o Bem e o Amor constroem; que a reputação e a dignidade alheias, nós a devemos zelar, respeitando-as; que a palavra, também, fere, maltrata e machuca, e, se não mata, deixa n'alma cicatrizes tremendas, perdurando por toda uma existência; e, que, por princípio, e por cautela, não se deve cuspir para o alto...

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 29 de abril de 1951.

"Intriga barata de senzala"  
(palavras do Deputado Oswaldo R. Cabral, ao comentar o nosso editorial de domingo passado, na Assembléia Legislativa)

Tencionávamos, hoje, continuar as nossas considerações despreziosas, à cerca da fala governamental ao Legislativo, no Capítulo referente à Educação.

Todavia, porque o nobre Deputado nos apanhou as idéias esfarrapadas (segundo expressão sua) e as levou para a Assembléia, tivemos de alterar os nossos propósitos.

E, pelo respeito que nos merecem os leitores amigos, aqui estamos, repisando o mesmo terreno, para nos esclarecer a atitude, em face da afirmativa do Deputado.

Não conhecemos, na íntegra, o discurso com que o irritado e nobre deputado da posição nos castigou a incrível ousadia de achar injustos os conceitos com que o Governo aponta o Magistério ao Estado e ao país.

Da peça — monumental e admirável, por certo, como são todos os trabalhos do ilustrado tribuno e historiador — apenas nos contaram a frase final e conceitos depreciativos sobre os nossos pobres Farrapos.

A frase é a que epigrafa estas linhas.

Rimos. É tudo tão pueril, que achamos graça. E, pensamento distante, perguntamos aos amigos: Mas onde foi isto? Na

Alemanha de Hitler, ou nos Estados Unidos?

Discordar das nossas considerações é direito de toda a gente e, principalmente, dos que militam na situação, embora haja certos fatos, cuja cristalinidade e transparência impõem silêncio, para evitar que sejam mais focados.

Este é o caso da situação desoladora do ensino público, de que trata a Mensagem.

Por que desce o Deputado a apanhar as nossas idéias esfarrapadas? Qual foi o nosso crime? O de ter dito pela Imprensa o que se comenta à boca pequenã? Fomos nós, por acaso, que criamos aquela afirmativa chocante de que a situação do ensino público é desoladora? Não.

Lá está ela na Mensagem Governamental, como um interessante louvor à respeitável classe do Magistério.

Se aquela frase não grita, implicitamente, a ineficiência do professorado barriga verde, não compreendemos mais nada. A quem se culparia, se fosse apontada como dolorosa a situação da nossa legislação? Aos legisladores, parece-nos. E não há como sair daí.

Onde a intriga? Não existiu. Não é do nosso feitio essa modalidade de comportamento. Somos leal. Leal e agradecida. Sempre fomos. E é um dos característicos dos negros.

Fizemos do Magistério o nosso caminho, e agimos, sempre, respeitando a professora que não morreu em nós, ainda, graças a Deus. Como, pois, descer à intriga?

Ademais, para que os professores conhecessem a extensão da injustiça com que lhes reconheciam os esforços, o sem-descanso, o desvelo pela educação pública, não havia necessidade das nossas pobres idéias esfarrapadas, no rodapé de O ESTADO. Havia necessidade de ler a Mensagem, que foi publicada, tam-

bém, pelos jornais. Os professores sabem ler. Ou o nobre deputado julga que não?

Compreendemos que a delicada sensibilidade do nobre deputado nada tenha sofrido, diante daquela frase. Sua Excelência, para a felicidade de todos quantos não são arianos — apesar de portador de um diploma de normalista, não milita no ensino público.

Dizemos felicidade, porque a Sua Excelência, falta uma das qualidades do professor: não distinguir raças, nem castas, nem classes.

Nós, porém, até 1950, que foi ontem, contribuimos com o nosso trabalho para o ensino público.

Temos, portanto, uma grande parcela de responsabilidade, na suposta situação desoladora do ensino, e, até nós, chegou, atingindo-nos, na dureza da expressão, o juízo do governo sobre o Magistério.

Daí a intensidade da nossa mágoa, que o nobre deputado não quis ou não pode compreender; daí a sinceridade dos nossos despreziosos conceitos, em que explanamos a injustiça de um julgamento.

Assim, não houve intriga, nem barata, nem cara. Foi mero engano de Sua Excelência. A nossa palavra não tem preço.

A chave de ouro com que fechou o seu monumental discurso, não nos ofendeu. A ofensa viria e nós a repeliríamos, se vislumbrássemos que quis chamar-nos de branca.

Na verdade, não há intriga, porque não houve, mas as considerações em torno da situação desoladora do ensino público, foram ditadas pelo coração de uma negra brasileira, que se orgulha de sê-lo, que nunca se pintou de outra cor, que nasceu, trabalhou e vive nesta terra e que bendiz a Mãe, a santa Mãe,

também negra, que a educou, ensinando-a a ter liberdade interior, para compreender e lastimar a tortura dos pobres escravos que vivem acorrentados, no mundo infinitamente pequeno das cousas infinitamente pequeninas e insignificantes ...

(Não voltaremos ao assunto).

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 06 de maio de 1951.

Sempre tivemos um sorriso de tristeza compassiva para os desmandos de educação dos adultos.

Tendo feito do Magistério o nosso caminho, por mercê de Deus, nele nos sentimos ajustada, e valentemente, no máximo de nossas possibilidades, demos à S.C., durante trinta e tantos anos, tudo quanto houve em nós de bom para a educação da nossa gente.

E porque queríamos acertar, caminhamos, observando sempre, para aprender sempre.

As nossas observações levaram-nos a distinguir os adultos, cujo comportamento revela educação, em teoricamente educados e conscientemente educados.

Aqueles decoraram, apressadamente, o manual de civilidade, a cujas regras procuram ajeitar os comportamentos, dentro da sociedade em que vivem: gestos, atitudes, palavras não têm estabilidade por falta de base.

Estes conhecem o lado negativo dos atos humanos, e, inteligentemente, substituíram-nos, de modo que pudessem integrar-se na sociedade, como elemento positivo.

Assim, os fatos mais desagradáveis, não permitem que os homens conscientemente educados deixem extravazar, pelo comportamento da linguagem ou por qualquer outro, a irritação que os domina. São senhores do seu mundo interior. A educação for-

taleceu-lhes a vontade e deu-lhes o poder da autocrítica.

O avesso encontra-se nos teoricamente educados: desmandam-se, gritam, gesticulam, tomam atitudes irritadas, pondo a nu, a fealdade dos mundos interiores, onde não chegaram a penetrar e afirmar-se as regras de civilidade.

O menor atrito os inflama. O menor aborrecimento fã-los explodir em ondas de ódio, de raiva, de zanga. Caem todas as atitudes postiças. E vem, então, a frase infantil ou deseducada, a atitude pueril ou deselegante que fotografam a criatura, funcionando como um raio X anímico.

Falta-lhes a constância e elegância de atitudes, de palavras e de conceitos que constituem o ponto alto dos conscientemente educados, porque não guardaram no coração os princípios de civilidade, que a memória reteve.

Nesta nossa jornada de educadora encontramos adultos — moços e velhos — teoricamente educados.

Aos moços, conseguimos, bastas vezes, mostrar-lhes o errado do comportamento, a necessidade de cada um não se deixar escravizar pelos sentimentos inferiores, e, acordando-os, conduzimo-los para o lado do caminho, onde todos seguem, sem acotovelamento, com respeito mútuo.

Aos velhos... a plasticidade é difícil, quando não impossível... eles representam, no presente, um deplorável déficit educacional, que jamais se cobrirã.

É então que sorrimos com tristeza compassiva e deixamos que passem...

Afinal, eles, também, são preciosos para as observações dos estudiosos. Se a diversidade de aptidões incrementa o

progresso, a de educação nos rouba, sempre, a monotonia, dentro da vida, e ensina tanta coisa...

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 9 de maio de 1951.



Nas lutas que sacodem os homens, dentro da vertigem, com que se vive o presente, o dia de hoje, por convenção, abre-se uma clareira de luz, exigindo um sorriso ou uma lágrima, envoltos um e outra, num pensamento de Amor, de Gratidão ou de Saudade, para a Mulher, que aparece em todas as vidas, com a mais sublime das destinações — a Mulher Mãe.

E, quando uma voz amiga nos lembrou a instituição do Dia, e mais ainda, as rosas branca e vermelha, como distintivo dos pobres e da pobreza sem remédio e dos ricos da felicidade infinita, o nosso coração, cheio de saudade indagava: por que rosa branca, se a saudade eterniza? Por que rosa vermelha, para intensificar a alvura significativa da rosa branca?

E, então, o desencanto gerado pela impossibilidade de afastar o que nos magoa, foi dominando o nosso mundo interior? (sic)

E, na ânsia de nos refugiar nas "alamedas" que um coração carinhoso delineou e tratou, ficamos a pensar na desnecessidade da instituição deste Dia.

O culto às Mães não se pode nem se deve fazê-lo, pela convenção de um Dia. Nem se pode fazer que neste Dia, a nossa Gratidão seja maior, o nosso Amor mais sublimado ou a nossa Saudade mais intensa.

Os que as cultuam, vivem esse culto. É uma imposição do coração, que se manifesta, insensivelmente, todos os dias, a

toda hora, a todo instante, porque, na formação psíquica de cada um delas, as Mães, continuam a viver.

Vivas ou mortas, elas se desdobram nos filhos que amam ou amaram, muito, porque muito amam ou amaram, procuram engalanar-lhes o espírito, preparando-lhes um amanhã, onde as rosas, pela grandeza do seu sonho, devem exceder, de muito, aos espinhos.

E, no gesto suave do que junta as mãos para a prece; e, na delicadeza do que abençoa o filho; do que dá a esmola ao mendigo; e no sentimento de fraternidade que nos leva a abrir o coração, comugando da dor ou da alegria do próximo, estamos revivendo a educação, a doçura, os cuidados da que nos guiou os primeiros passos e, na carícia embaladora da sua voz, nos pôs, pela primeira vez, a alma em contato com Deus, ensinando-nos o Padre nosso, que estais no céu...

Para os que assim entendem, não há Dia especial para o culto às Mães, porque ele se processa todos os momentos.

Basta, tão somente, que, se tenha as janelas da alma abertas para o sol vivificador do amor materno.

Viva em nossa saudade, ou fisicamente, as Mães não desaparecem do caminho que traçaram na alma dos filhos, nem mesmo dos que as negam e renegam, porque, indelêveis, encontram-se em nossa alma, galvanizados pela força poderosa do Amor sublimado, os sinais da obra do seu coração.

E, pensando, assim, se sentimos que todas elas, as que se foram para as regiões azuis da pureza sem mácula e as que ainda lutam entre nós, continuam a ver-se no caminho que caminhamos, por que a rosa branca?

Que cada criatura faça da sua estrada um extenso roseiral, cujas flores vermelhas indiquem a onipresença daquela

que, mesmo se tornando invisível à nossa sensibilidade física, pela fatalidade da morte, nos continua a ser, por um desses impenetráveis milagres do coração, Luz e Bênção na grande jornada da vida! ...

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 13 de maio de 1951.

O momento que passa, é de aprendizado e aprendizado intenso, para todos quantos entendem a vida, como uma finalidade útil que foge a um simples passar.

Na verdade, todo aquele que se der ao trabalho de avançar, observando, olhando e procurando ver a paisagem psicológica que dá colorido à vida, sentirá, como nós, a riqueza de ensinamentos com que nos presenteia o momento que vivemos.

Não somos dos que descrêem do Bem, só porque, momentaneamente, o Mal o ofuscou, nem afirmaremos a inexistência do sol, se uma nuvem o escondeu.

Ao contrário. Não poucas vezes, nosso coração tem batido fartas palmas, em face destes fenômenos. É que os quadros luminosos têm, num fundo escuro, fator decisivo, para realçar-lhe o brilho e a beleza.

A nossa profissão fez-nos idealista. Assim, lutamos e esperamos. Não consentimos cheguem até nós, os gritos e os gestos dos que nos querem desviar da rota que nós traçamos, dos que trocam a luta construtiva, ao sol, onde há manifestação de esforço, no desejo de algo melhor e mais elevado, pela calma sem expressão das sombras, que os anonimiza, dentro da vida, como inúteis.

Já caminhamos bastante, para compreender que precisamos de uma larga sementeira de sonhos bons, para uma colheita regular de concretizações.

O caminho dos idealistas não é dos mais pródigos, mas nunca é estéril, se o Ideal é positivo.

Todavia, se não houvesse os incontentáveis que lutam, confiando num amanhã melhor, mais digno, mais luminoso, o mundo seria um caos.

Pelo caos de amanhã serão responsabilizados os educadores de hoje. Mas o educador não é somente o Mestre, dentro da Escola. Assim, todo aquele que, entre os pequeninos e os jovens, semear descrença; que tiver avareza de uma palavra de estímulo; que retiver os gestos de bondade; que criticar, sem razão; que se fizer cego voluntário, diante da Verdade, da Justiça e do Direito, será responsável pelo o que de negativo surgir na vida de amanhã.

E esta responsabilidade mais cresce e avulta-se, se forem conscientes esses comportamentos de falta de colaboração com o trabalho construtivo da Família e da Escola.

Toda gente sabe que o presente é a oficina do futuro e que, nos homens de amanhã, viscejam, em flores e frutos, as sementes, lançadas hoje, no seu espírito em formação.

São os mágicos semeiam e já colhem, para divertimento das platéias.

O trabalho real segue o ritmo regular da vida, concretizando a verdade de que "a Natureza não dá saltos".

Se o Destino, o nosso feliz Destino, não nos tivesse dado a Escola, para realizá-lo, a esta altura, estaríamos, com certeza, profundamente, tristes.

E essa tristeza, natural e explicável, pelo amor que temos ao nosso chão, teria fundamento na perspectiva do futuro negativo que a Mensagem Governamental traça para S.C., quando deixa a entender que o ensino estadual não é, na realidade, um

veículo de educação e instrumento da juventude, uma vez que lá encontramos ser "pensamento do Governo fazer com que o ensino estadual seja, na realidade, um veículo de educação e instrução da juventude".

Neste ponto, o presente responde pelo futuro.

Se, desgraçadamente, um povo tem a sua juventude, na realidade, deseducada e (na educação subentende-se a instrução) a ela se reserva o mais triste dos destinos.

No entanto, todos nós que acompanhamos a educação em S.C., sabemos que não é assim, como também sabemos que não estamos fazendo intriga.

O nosso Magistério e os técnicos, ultimamente, todos nos, todos da terra, todos da casa, sem estardalhaço, mas conscientemente, carinhosamente e inteligentemente, deram à S.C., lugar de relevo invejável, dentro do Brasil, no campo educacional.

Podemos ficar tranqüilos. S.C. de amanhã revelará o trabalho fecundo dos educadores de hoje, respondendo, assim, na realidade, aos que nos negam.

Quando conseguiremos ver com a razão, o que por uma cegueira afetiva, o coração não quer ver?

Quando aprenderemos a não negar e não desprestigiar o que nos pode servir de legítimo orgulho, diante dos irmãos brasileiros?

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 20 de maio de 1951.

A voz harmoniosa e educada do locutor de uma das Rádios do Rio, colocando-nos o mundo, dentro de casa, como dizem os anúncios de receptores, contava-nos, há dias, que um dos nossos governadores, corrigindo o ato seu que julgara ilegal, havia determinado a readmissão de funcionários que dispensara ou exonerara.

Foi a nota final que nos despertou a atenção.

Por isto mesmo, não pegamos o nome do Estado feliz que tem à sua frente esse Homem excepcional. E quanto lastimamos não ter prestado atenção a todo o noticiário...

Sim, porque merece registro o nome de quem assim age, nestes tempos em que os atos de Justiça andam em situação dolorosa.

Todavia, embora desconhecendo o nome do autor, a grandeza do gesto que dignifica a criatura humana, aí está impondo-se à meditação dos que buscam, no comportamento humano, um pouco mais do que um simples comportamento...

O erro é próprio do homem. Ele aparece em toda a história humana, como frisante característico da nossa condição.

A infalibilidade é dom divino.

Assim, o erro não pode constituir, dentro da vida do homem, falha máxima, capaz de lhe fechar o caminho para as conquistas enobrecedoras da moral individual.

Mesmo os que pensam, e, caminhando e agindo com cuidado, querem acertar, mesmo estes desacertam, muitas e muitas vezes.

Mas o erro não é pecado sem perdão só até que o reconhecamos, até que no-lo mostrem, até que no-lo indiquem e dele nos dêem provas provadas.

Aí fica o limite da nossa inculpabilidade.

Daí em diante, depois disso, seremos culpados, porque erraremos conscientemente, porque teimamos em não querer fazer da caminhada, uma sementeira de Luz onde o Bem floresça, e nos eternize os princípios de Justiça, que devíamos concretizar.

Se bem que o erro seja uma condição da nossa fraqueza e cegueira humanas, ele se avulta e toma proporções formidáveis, quando quem o pratica é responsável pela felicidade de um grupo.

O erro dos pais, dos educadores, dos chefes é, sempre, um grande erro, pelo reflexo que pode ter na diretriz das vidas dos filhos, dos educandos, dos subordinados.

No entanto, atitudes há capazes de redimir e purificar as criaturas, mesmo aquelas, cujo comportamento é lição para os grupos e coletividades.

Estas atitudes são as que ajustam as criaturas a sua condição de humanos, levando-as, dentro do grupo e da coletividade que supervisionam, a reconhecer que erraram.

A confissão de erro é manifestação de liberdade, de superioridade, e de alta compreensão do sentido da vida, uma escalada em busca de um pouco melhor e mais perfeito...

Quando o homem declara que está errado e procura outros rumos, já alcançou aquele alto grau de perfeição espiritual de que nos vem a coragem da Verdade e o pudor da injustiça,



e graças a qual vemos a retilidade dos caminhos e compreendemos a tristeza e o crime dos direitos espezinhados e feridos...

E o nosso pensamento voltou ao Estado feliz e ao homem excepcional, cujos nomes fugiram, na rapidez vertiginosa do som.

E batemos palmas ao admirável homem público brasileiro, por não se correr de apontar e corrigir erros que praticou, levado pelo zelo excessivo, ou por informações apaixonadas ou por cegueira momentânea do partidarismo faccioso.

Mas... aonde nos leva o hábito de meditar?

Como é dolorosa, às vezes, a lei dos contrastes!...

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 27 de maio de 1951.

A vida, dentro das Democracias que o sejam em toda a plenitude, deve ser uma doce maravilha.

O direito de opinar, de votar, de ter o seu credo político e religioso, o direito de se sentir indivíduo e de não ser uma coisa no seio da coletividade, dá à criatura, com o senso da responsabilidade, um justificável prazer de viver.

Sim, porque ela compreende que as leis e os homens que respeitam essas leis e as vivificam, cumprindo-as, têm o equilíbrio perfeito da Liberdade, base indispensável para todas as conquistas estáveis.

Sem Liberdade, as criaturas conscientes do seu valor, como parte integrante da sociedade em que vivem, perdem as qualidades que as distingue das coisas mortas.

\A escravização mata por asfixia moral.\

Por isto mesmo, os espíritos libertos malsinam os totalitarismos e tudo quanto possa arranhar, de leve, a liberdade do indivíduo.

Viver sob o céu que a todos resguarda, sob os raios de um sol que a todos ilumina e aquece, sem acotovelar, mas, também, sem ser acotovelado ; respeitando o próximo, que o respeita; e agindo, como um indivíduo, cujos direitos são reconhecidos e cujos próprios deveres ele não os desconhece...

Sem reconhecer no Poder a divindade, compreendem todos — Governo e governados — a possibilidade do erro.

Se aquele o pratica, estes o criticam, sem outra finalidade que não seja a de cooperação; se o erro é destes, aquele os corrige.

É o sentido exato e perfeito da vida, dentro das Democracias, em que todos se ajudam e todos se dão as mãos para o bem comum.

Viver assim, num regime assim, com uma alta compreensão assim, seria agradável, porque haveria Paz, porque todos encontraríamos Justiça, e, como consequência natural, todos se veriam embalados por uma sedutora Harmonia.

Mas há DEMOCRACIA e Democracia.

E, sempre, cada vez mais, ficamos no princípio de que as palavras, muitas vezes, têm um falso significado. E, quando os homens esquecem o verdadeiro, a vida é uma Babel.

A nossa democracia, é menina ainda, de quando em vez, tropeça, muitas vezes cai e bastas outras anda de gatinhas.

O mal não é do regime. O mal não é das leis.

O mal é dos homens que praticam o regime e vivem as leis.

Falta-lhes liberdade interior, para não negar ao próximo o que exigem para si.

Presos pelo egoísmo que os apequena, e amesquinha eles, indiferentes, vão pisando, ferindo, maltratando, no próximo, o direito sagrado da Liberdade.

Muitas vezes, levados pela fúria vertiginosa com que se despencam — porque todos os comportamentos negativos são força que impelem o homem a descidas — vão além mesmo dos limites com que se valem das leis, para acobertar-lhes as ações.

Isto pensávamos nós, quando nos contaram que, ao lado do Diário das dispensas, das exonerações, das remoções, vamos ter

o Diário das permutas.

Até aí, nada demais. Exonerar, Dispensar, Remover é um direito do Governo.

Mas as permutas, diz a lei, só se farão mediante pedido escrito das partes interessadas.

Se as partes ignoram o lindo presente com que lhes premeia o Governo, a ingenuidade de crer na Democracia, na inviolabilidade das leis e no fascínio da Liberdade, Permuta será permuta ou remoção?

E remoção, assim, dará direito à ajuda de custo?

Como é difícil a caminhada, sentindo-se a onda que obriga o refluxo do Bem, do Direito e da Justiça!

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 03 de junho de 1951.

Os movimentos que agitam e dão colorido à vida das coletividades, põem, em evidência, quase sempre, certas palavras, cujo significado se esbate e desaparece, diante da realidade dos fatos.

Na última campanha política, muito se usou e abusou da palavra Democracia.

Pela amplitude de Liberdade e pela igualdade de Direito, em face da inteligência e da aptidão, a Democracia oferece aos espíritos libertos um clima de vida, profundamente, sedutor.

As sombras não são privilégio de ninguém e o sol é direito de todos. Os degraus que levam aos cumes mais elevados não se fecham aos que, podendo, querem galgá-los. Uma integral igualdade de direitos, sem diversidade de deveres.

Repousando no respeito devido às maiorias e não na tirania que estas possam exercer, a Democracia não agasalha escravos, mas homens.

Os democratas compreendem o poder vital dos ambientes purificados pela Liberdade, são homens com a consciência do direito de agir e optar e reconhecem, como primeiro e sagrado dever do vencedor, o respeito à individualidade do vencido.

A diversidade de opiniões no ambiente elevado das competições políticas, dentro das Democracias, é necessária como força vitalizante e revigoradora do próprio regime.

Só os regimes totalitários, pelo poder da força e asfixia da Liberdade, têm a unidade nacional em torno de um partido.

Daí, nas Democracias, não se justificarem máscaras, nem atitudes postiças, na vida partidária das coletividades.

Cada um é o que é, pelo direito de sê-lo.

É a liberdade que só encontra fronteira no limite da individualidade do próprio homem.

Assim, entendemos nós a Democracia. Assim a entendiam, ontem, os homens, hoje, da situação.

"O Governo do Povo, governo com Povo, governar acima de Partidos, Homens para os cargos, a liberdade de ser ou não ser, ensinar à margem de informações político-partidários, e ambiente de Paz e Harmonia", tudo isto se dizia, implícita ou explicitamente, como definição da Democracia que o partido, hoje Governo, implantaria no Estado para Felicidade do Povo Barri-ga Verde.

E era bonito de se ouvir. E, se não fosse tão longo o nosso trato com as criaturas, faria bem até a alma da gente, pela elevada educação política que se revelava, e porque iniciaria o grande proveito de vinte anos de aprendizado, à margem do Poder...

Mas como foi desvirtuada a significação de DEMOCRACIA!

Onde o respeito à individualidade dos vencidos? Onde o respeito ao direito de ter um credo político diverso do vitorioso? Onde a prática de Justiça administrativa de Homens para os cargos? Onde o Governo acima dos Partidos? Onde o ensino à margem das informações político-partidárias? Onde a Paz e Harmonia? Onde?

Tudo desapareceu ou foi esquecido.

Os funcionários, que por se julgarem indivíduos e não cousas, usaram do direito que a Lei lhes concede, e votaram no Majoritário, expliam este crime inominável, marchando para pontos afastados, tangidos pelo vendaval das remoções que sacode o Estado.

As dispensas, as exonerações e singulares permutas completam a magistral maneira de fazer viver, pelo avesso, a beleza de uma pregação cívica.

O ensino, hoje, em situação desoladora, pelo crime do afastamento, em pleno período letivo e sem motivo justificado de professores até com mais de um decênio de trabalho, numa mesma escola.

Assim, a Democracia, a magistral Democracia que vivemos.

Como fica distante e é diferente da que nos foi prometida!...

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 17 de junho de 1951.

Há dias, focalizando a injustiça, a inominável injustiça com que o Executivo no seu cartão de apresentação que foi a Mensagem, tratou o Magistério, o ensino e tudo quanto se refere à educação em nossa terra, afirmamos que "os técnicos, ultimamente, todos nossos, todos da terra, todos de casa, sem estardalhaço, mas conscientemente, carinhosamente e inteligentemente, deram a S.C., um lugar invejável, dentro do Brasil, no campo educacional".

Negam isto os maus, os míopes voluntários, ou os que, arredados do nosso convívio, não vivendo a nossa vida, não acompanharam os agigantados passos que, nestes últimos quinze anos, marcaram a caminhada da Educação, no Estado.

Naquela nossa afirmação havia, implícita uma repulsa às desnecessárias providências que o Executivo, na Mensagem, dizia ter tomado junto das autoridades federais, com a requisição de um técnico capaz de realizar a tarefa de remodelação do nosso Magistério.

É lamentável que os nossos dirigentes, forrados pela maldade de desfazer, de destruir, de remover, dispensar, exonerar, numa acanhada demonstração democrática, os que não rezam pela sua cartinha política, não tenham tido, ainda, um raio de bondade e de serena Justiça a sublinhar de luz os seus atos.



Aos maus, menos prevenidos, os conceitos que emitimos, talvez, passassem, como defesa graciosa do Partido, que é o nosso, e que, por um largo período, teve a responsabilidade da vida administrativa do nosso Estado.

A outros, também, injustos, talvez, parecesse uma intriga.

Nós, no entanto, ficamos satisfeita conosco mesma, porque sabemos o terreno que pisamos, e porque, nestas crônicas, só se abrigarão a Verdade e a Justiça.

Eis que, no Diário Oficial do Estado, cuja leitura recomendamos a todos quantos queiram apreciar o baile dos funcionários pessedistas, ao compasso do mais inglório modo de governar, encontramos a comprovação oficial daquela nossa afirmativa.

Parece incrível, e até mesmo paradoxal que seja a palavra do Governo que nos dê alegria tamanha. Mas, lá está o ato do nosso Governo, do Executivo de S.C., pondo o Inspetor Balbino Martins à disposição do Estado de Alagoas como técnico, para remodelar o ensino daquele estado irmão.

Acontece que o pedido do Governo de Alagoas foi feito por indicação daquelas mesmas autoridades federais a quem prometiam recorrer, ou recorreram os nossos dirigentes.

E acontece mais ainda, que o Inspetor Balbino Martins é um dos técnicos da terra, nosso, de casa, de que falamos numa crônica passada.

Lendo o Diário Oficial, sorrimos com prazer, ao verificar que o Executivo, hoje contesta a palavra do Executivo, na Mensagem.

E o dilema aí está: ou desconheciam o nosso setor de Educação e tiveram o pudor de confessá-lo, ou o que é pior,

mil vezes pior, agiram, pelo prazer que têm os maus, de pisar e tentar negar a Verdade.

Aquele ato, na sua linguagem de rotina oficial, é para nós, na aleluia, um hino de vitória, porque registra o triunfo pelo império que as forças invencíveis do Bem e da Justiça, exercem sobre o Mal consciente.

E os parabéns que essa vitória impõe não são só endereçados ao nobre Inspetor Balbino Martins, mas a todo o Magistério e a todos quantos, como nós creem nos frutos do trabalho, do esforço e da dedicação dos que, até ontem, dirigiram a educação na terra barriga verde.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 01 de julho de 1951.

As conquistas do homem, no correr dos séculos, têm sido assinaladas por uma ascensão que possibilita a largueza dos horizontes, e requinta as qualidades positivas próprias da espécie.

A isto, chamamos civilização.

Sem poder fugir ao princípio geral que impulsiona o mundo, a Mulher, também foi conquistando, pouco a pouco o seu lugar ao sol.

Deixou de ser escrava, para ser a companheira; deixou de ser "biscuit" de salão, para sentir e viver a beleza gloriosa da conquista do pão de cada dia; deixou de ser um coussa, para ser indivíduo.

Sempre combatemos o caminho errado das que, nesta batalha pela conquista do direito de ser indivíduo, se deixaram arrastar pelo lado negativo que caracteriza a moral de muitos homens.

A verdadeira vitória do direito feminino está em a Mulher subir conscientemente, embora nada a impeça de descer; em agir, fazendo o que deve, e não o que pode.

A grandeza de todas as conquistas que assinalam este século, como o da Mulher, não foram suficientes para matar aquelas qualidades distintivamente femininas.

Continua a Mulher a ser a responsável pela sorte do mundo, porque é ela quem educa e forma os cidadãos, como Mãe ou

como Mestra.

A mulher, "a mais sacrificada porção do gênero humano", no dizer da saudosa escritora Patrícia, está sempre pronta, para corrigir o mal, para amenizar o sofrimento alheio, para proteger, para semar o bem, para concretizar os princípios que singularizam a humanidade cristã.

Assim, se, no homem, é, profundamente admirável a sensibilidade delicada do que, nascido sob a proteção da sorte, compreende a tortura do miserável, do doente, do órfão, do desprotegido, na Mulher, estes quadros com que a desfortuna enriquece o cenário da vida, servem para requintar os gestos de bondade.

Foi a seriedade de um instante da vida nacional, quando os nossos pracinhas partiam em defesa da causa da Democracia, no Velho Mundo, que inspirou a uma MULHER, num extravasamento de bondade, a criação da Legião Brasileira de Assistência.

A finalidade desta instituição, na linda, então bandeira de Amor, agasalhar os entes queridos dos pracinhas que nos iam honrar o nome da Pátria, e garantir o direito de viver, como povo livre.

Os fundos para essa obra ciclópica são formados pela contribuição do povo que trabalha.

E a Legião foi a árvore dadivosa e rica, dentro do seu alto objetivo. Os fatos que sacudiram o país, em 45, imprimiram-lhe novas diretrizes e a Presidência das seções estaduais passaram das mãos das senhoras dos Interventores para mãos masculinas.

Aqui, em S.C., para a felicidade da nossa gente pobre, da gente que precisa, dos que não têm a bolsa farta, a Presidência coube a este moço de extraordinárias qualidades de caráter.

ter, de coração e de inteligência que é ILMAR CORRÊA. E a rica sementeira de bem, que é o programa de Legião, não sofreu solução de continuidade. Impessoalizando-se, na direção daquele departamento de assistência social, Ilmar Corrêa, como a Sra. Beatriz P. Ramos, distribuiu o bem, e estancou lágrimas, sem olhar credos, sem ver partidos. E este mesmo critério foi adotado, na formação da equipe de funcionários precisos numa organização como aquela.

E não podia deixar de ser, assim, porque a Legião fica acima dos partidos. Não é um partido quem dá. A contribuição é dos que trabalham, dos válidos, para dentro do programa legiãoário, socorrer aos brasileiros a quem o destino negou a doçura de nascer e viver em meios de fartura, ou a graça da saúde.

A volta da Sra. Darci Vargas, à Presidência da Comissão Central, determinou como imperativo estatutário, que as sras. dos governadores assumissem a Presidência das seções estaduais. E nós ficamos tranqüila, porque não acreditávamos que a interessante era de Paz, Harmonia e Justiça, que vem caracterizando, de um modo singular, negativamente singular, o governo de quem conquista o Poder, pela força do voto democrático, pudesse chegar até a Legião.

Nós acreditávamos que, por um gesto de coração feminino, não viesse a faltar pão a criancinhas, que o desassossego não entrasse em lares pobres, que moças, arrimo de mães viúvas, não pudessem chorar, pela incerteza do amanhã.

E acreditávamos, porque, sendo a Legião apolítica, os possedistas daquela Instituição estavam resguardados do venda-de dispensas que marca a era udenista na terra barriga verde.

Mas acreditávamos, principalmente, porque, sempre, tivemos fé no poder da bondade da Mulher.

E como, infelizmente, nos enganamos...

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 08 de julho de 1951.

Acaba o Legislativo Federal de nos dar uma lei, em que se reconhece, oficialmente, o preconceito radical (sic) no país.

E, como um grito da alma brasileira — democrática, até mesmo, quando tínhamos a governar-nos cabeças coroadas — os legisladores apontam esse comportamento, como crime passível de pena.

Lendo a lei em foco, que nos vem chegando, quando, no cenário mundial, nós nos projetamos como uma potência, cuja capital deixou de ser para os nossos amigos europeus, Buenos Aires (tão mal nos conheciam!) sentimos que estamos a retroceder, educacionalmente.

Qualquer coisa de muito grave deve estar influenciando na nossa vida e roubando-nos a nós mesmos, para que os legisladores tenham tomado aquela medida.

O agasalho carinhoso que sempre demos a todos quantos, respeitando-nos as leis e a sensibilidade, quiseram partilhar de nossa vida, constitui a mais palpável manifestação do nosso alto índice de educação.

A nossa própria formação étnica indica pelo elevado índice de cruzamentos raciais, que não nos podemos dar ao luxo deplorável de preconceitos de raça.

Se os fatos que provocaram o grito da lei, são praticados por estrangeiros, tiremos do nosso ambiente, os que pro-

curam desfazer um dos mais belos traços da nossa formação moral.

Mas, se, paradoxalmente, depois de termos dado, sem olhar cores ou raças, o sangue dos nossos pracinhas pela vitória da Liberdade da Democracia, descemos, neste Brasil do índio, do europeu e do negro, à estreiteza do preconceito, será uma lei que nos erguerá?

Não. Ninguém é bom ou mal, por um decreto. A beleza da alma não se consegue impor a ninguém.

A doçura de sentimentos que distanciam, mais e mais, a criatura dos brutos, não se alcança à força.

Lei alguma dilata e ilumina os horizontes do coração dando aos homens os gestos que os elevam, conscientemente.

E isto, porque a lei inibe, mas não educa.

E os comportamentos humanos, capazes de glorificar as criaturas, libertando-as do acanhamento e da estreiteza dos sentimentos pequeninos, com os preconceitos, são frutos de educação.

E as sanções? Poderão perguntar-nos.

Que representam elas para os maus conscientes, para aqueles cujo coração não se abre para as cousas belas e perfeitas da vida?

O mau não teme as sanções, porque lhe falta educação para respeitar no próximo, tudo quanto é fonte de respeito em si mesmo.

Se o medo às sanções pudesse reter os gestos que amesquinham os homens pela ausência de afetividade ou os animalizam, numa vertigem de sangue, as Penitenciárias deixariam de existir pela sua desnecessidade.

No entanto, elas aí estão, para a recuperação do homem a



quem faltou luz interior, para vencer-se, quando as circunstâncias o arrastavam no declive doloroso, em que o bruto foi mais forte.

E esta recuperação é obra da educação.

Daí entendemos a inocuidade da lei, que faz do preconceito um crime, se, paralela e intensivamente, lar e escola não trabalharem no sentido de reconduzir o Brasil ao nível educacional donde não se devera ter desviado.

O trabalho é, pois, de educação, porque, só por meio dela, gestos e atitudes esplendem, refletindo as belezas, cuidadosamente e conscientemente, cultivadas nos mundos anímicos.

Fora disto, a lei não terá o valor construtivo que o legislador lhe quis emprestar.

Os que se deixaram contagiar pela deseducação sentimental de outros povos, os que vieram viver conosco, não querendo ajustar-se a nossa civilização, encontrarão, sempre, meios de burlá-la, pelos subterfúgios que a maldade ensina e que corroem os alicerces mais sólidos.

Ao poder destruidor na solércia dos maus e da maneira de agir dos que vivem fechados no acanhamento do próprio EU, temos de opor a grandeza construtiva, uma educação que seja a nossa, para que não nos neguemos como povo superior.

Que cada lar e cada escola, numa ação conjunta, seja a rica sementeira da nossa civilização, onde os preconceitos raciais não encontram clima, porque só aceitamos a aristocracia do espírito!

Façamos do lar e da escola, núcleos, donde se projetarão, como o brilho de sóis, os sentimentos cristãos de um Brasil, bem e profundamente brasileiro, de um Brasil, onde se julgam e consideram as criaturas pela nobreza de caráter, pelo

esplendor das ações, pelo fulgor da inteligência, pelo amor ao trabalho, pela esteira de Bem que ilumina as caminhadas, sem se perder, nas tolas pequenices e insignificâncias de raça, cor, credo político e religioso!

E, reagindo assim, o céu não consentirá que sejamos vencidos.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 22 de julho de 1951.

Nestes admiráveis tempos de Paz, Harmonia e Justiça, com que nos brinda o governo das remoções, exonerações, demissões e dispensas, merece registro especial, a valentia respeitável do Legislativo, sem a bancada da UDN, procurando resguardar a dignidade do Magistério, do pobre Magistério primário (porque o secundário já a Constituição resguardara) tão injustamente maltratado.

É que, tendo o Executivo enveredado pelo caminho estreito e tortuoso das perseguições políticas, o Legislativo, que nisto viu abuso do Poder, procurou entrincheirar, dentro da Lei, o direito de Liberdade, que se nega aos Mestres catarienses.

E, graças a esta alta compreensão democrática, surgiu a lei da inamovibilidade dos professores primários.

Tivesse o Executivo cumprido o programa de colocar a escola à margem da política, e tratasse esse tão alto quanto modesto servidor da coletividade, com a elegância que pela sua missão singular, dentro das pátrias, merece, e a maioria da nossa Assembléia não oporia à luz do Direito ao nem sempre respeitável poder da Força.

O Executivo erra, porém, não aceita correção. Pode, é verdade, tornar sem efeito as remoções e exonerações, para fugir ao Judiciário. Contudo, não sanciona leis que venham coibir-lhe o prazer de anuviar lares dos professores pessedis-

tas.

Por isto, dentro deste formoso prisma de ação, o nobre Governador udenista vetou a lei que, para Sua Excelência, representa algemas políticas.

As razões do veto apresentadas ao Projeto de Lei da inamovibilidade do professor primário mais nos certificaram da altura do conceito com que o atual governo catarinense olha o Magistério.

Não é o fato de o Executivo vetando projeto, querer ter à disposição da vingança dos chefes políticos, os indefesos professores primários.

Isto — nós já aprendemos — é uma das interessantes e mágicas concretizações, às avessas, da era prometida de Paz, Harmonia e Justiça.

O que nos leva a capacitar-nos a aquele conceito são as expressões de que usa, quando se refere aos professores, e como não se opõe aos pedidos dos correlegionários, de visões estreitas.

Depois da Mensagem que tão agradáveis conceitos trouxe sobre um dos mais perfeitos setores da nossa vida, e que, por certo, entusiasmou todo o Magistério, nós vimos assistindo a esta incrível perseguição política que demonstra, de modo palpável, a inutilidade, para aperfeiçoamento espiritual, de vinte anos fora do poder.

Desde fevereiro, obedece-se a este princípio: se o professor é pessedista, não goza do direito de ser indivíduo.

Sim, porque, num regime democrático, a ele se nega o uso da mais democrática de suas armas — o voto.

Fora o professor considerado indivíduo, dessem-se ao professor aquelas prerrogativas que constituem os direitos dos

cidadãos, e não se escreveria, em S.C., esta negra página de remoção, para vingar a negativa de um voto.

O professor pelo seu trabalho e pela sua formação, não pode ser um autômato, nem um domesticado, visto como tem de formar homens, isto é, seres que tenham personalidade, que não sejam acomodaticios, que não troquem o caráter por um pedaço de pão, e que não façam da flexibilidade da espinha dorsal, a chave que lhes trará os triunfos sem esplendor, marcados pela tristeza do servilismo.

Os que não lhe querem dar possibilidade de realizar, na plenitude, esta esplendorosa obra, não compreendem que é a nossa própria terra que pretendem diminuir e sufocar, sufocando a educação da nossa gente.

E não compreendem, tão somente, porque subestimam o valor do professor.

Não bastavam, porém, todos estes tristes fatos, e, nas razões do veto apresentados pelo nobre Governador, à lei em foco, diz Sua Excelência "Com os privilégios criados com o Projeto de Lei, ficaria no Estado, uma grande massa de funcionários inamovíveis a entravar a administração, o que não parece justo, nem democrático".

Pasmem todos os que conhecem a sublimidade da missão do professor! Os professores são massa de funcionários capazes de entrar a administração! Ex-tra-or-di-nário!...

É um Poder dos três sobre que repousa a nossa vida política, quem o afirma.

Onde já se considerou a educação como entrave à máquina administrativa? A inamovibilidade do funcionário significará por ventura, quietude, paralisia, mudez, inatividade?

Mas, para o nosso pacífico, harmônico e justo Governo,

remover é que desentruava, embora se prejudique, sem piedade, o ensino; para o nosso Governo de homens para os cargos, o prazer dos que pedem a contradança do castigo, para os professores pessedistas, é que impulsiona e dá relevo à vida administrativa do Estado.

Dentro deste prisma, não é muito que, mais uma vez, o governo se refira ao Magistério com a deselegância dos que não vêem o Professor, como o Apóstolo, cuja missão de Amor e Luz não se pode industrializar; dos que não reconhecem, no Professor, o agente do trabalho gigantesco de formar, erguer e perpetuar as nacionalidades; dos que querem sentir a dedicação e o esforço infatigáveis, num trabalho, sem solução de continuidade, por amor de um mundo melhor, através de um homem melhor.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 29 de julho de 1951.

As trajetórias humanas só esplendem, quando cada um realiza o trabalho admirável de conquistar-se, isto é, de subjugar a besta oculta, nos subterrâneos anímicos, para fazer ressaltar os domínios do homem, no ser forte e superior, pelo império da vontade.

Este trabalho, profundo e gigantesco, luta entre o superior e inferior, que existem em nós, é que permite a vida se realize, no sentido elevado e pleno de seu objetivo.

Todavia, para que haja a vitória do homem sobre a fera, para que a parte divina supere a animal, necessita-se de muita disciplina de coração.

Sem isto não é possível dar à criatura a felicidade de viver de pé, na atitude de dignidade e equilíbrio, própria do homem.

É a disciplina de coração que dá à criatura, a formação moral capaz de aproveitar a riqueza de ensinamentos que a lição dos dias prodigaliza com sabedoria.

É a disciplina de coração que nos leva a olhar, querendo ver, o caminho, que é o nosso, e os que o cruzam, e os que lhe são paralelos, para dar-lhes, conscientemente, no máximo das nossas forças, o enriquecimento da Bondade, e da Justiça.

Disciplinar o coração é educá-lo. É dar-lhe luz para compreender a vida na sua intensidade, com os altos e baixos que a formam, e energia, para a luta de nivelção para cima,

em busca de mais sol, mais claridade, mais plenitude de vida.

Não se diga que a disciplina do coração cria domesticados, servís, espinhas dobradas. Ao contrário, a disciplina de coração dá a cada um o alto sentido da dignidade humana.

É dela que surgem os gestos suaves de simpatia ao que padece, e a coragem de dizer a Verdade; é ela que alarga os horizontes e dá ao homem espírito público, porque não o deixa gravitar eternamente, em torno de si mesmo, ao impulso dos próprios interesses, sob o domínio exclusivo do egoísmo, que aniquila e nulifica as caminhadas.

O comportamento da linguagem, entre outros, fotografa a disciplina de coração que rege cada uma das trajetórias humanas.

Já diz a Bíblia que "A boca fala do que o coração está cheio". Por isto, na luta de todos os instantes que caracteriza as caminhadas, os valentes de coração educado não terçam qualquer arma: preferem o florete ao punhal, e a palavra que esgrimem, é polida e sem manchas.

Daí o grande crime dos que, inevitavelmente, ensinam pelo comportamento, em virtude da sua projeção social, quando lhes falta a força necessária, para dominar os impulsos deslegantes, que lhes põem cascalhos na linguagem.

Isto pensávamos nós, lendo em O Estado que um dos nossos jornais havia chamado de moleques, os deputados que subescreveram a "emenda Ilmar Corrêa".

Discordar é um direito. A diversidade de opiniões pode, muitas vezes, levar a coisa pública ao seu justo lugar.

Combata-se, mas com elevação. Não ofusquemos a santidade do altar, que é a mesa de trabalho de um jornalista, desrespeitando o respeitável.



Onde está o trabalho de moleques?

A compreensão dos deveres para com o povo, agora, significa molecagem?

Mandatários do povo, os deputados negarão a si mesmos, como desajustados na grande missão de zelar pelo bem-estar da coletividade, se não tiverem a acuidade de sentimentos, para auscultar os anseios daqueles que representam.

E, nos regimes, como o nosso, as funções de Chefe do Executivo e dos Membros do Legislativo são populares.

Não é, pois, necessário que se movimentem as classes e o povo, para que o Estado lhes dê o que lhes deve: assistência e meios de ter uma vida compatível com a dignidade humana.

A idéia de aumento não partiu dos vinte deputados que subscreveram a emenda. O Executivo pensou em alguns, os legítimos representantes do povo entenderam estender a todo funcionalismo os benefícios do Projeto do Governo.

Isto não é molecagem, mas a revelação mais brilhante de que os nossos legisladores se ajustaram ao mandato que lhes deu o povo.

Não se diga que o Estado não comporta as despesas. Um vento de bonança sopra em S.C. desde que se implantou a era **das remoções e demissões e dispensas.**

Pode haver dificuldade de carne, de manteiga e tantas outras cousas; podem os gêneros de primeira necessidade teimar em querer fugir da mesa do pequeno funcionário e do pobre, cujas bolsas não alcançam as alturas em que eles se colocaram; mas, segundo se lê, e segundo se ouve, a verdade é que, por mercê de Deus, os cofres do Tesouro do Estado começam a ser pequenos, para tanto ouro...

Logo, que mal faz que procuremos dar migalhas de ale-

grias aos pobres servidores públicos cujo baixo nível de remuneração, Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, reconhece em sua Mensagem?

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 19 de agosto de 1951.

O ensino secundário, base da formação cultural para os cursos superiores, vem, há muito, preocupando, entre nós, os que, reconhecendo-lhe a importância, observam as chuvas descendentes de aproveitamento que tem apresentado.

Todos os anos, ultimamente, na época dos vestibulares, vem à tona, esta triste verdade.

As reformas que se sucedem, como a seqüência de ondas em mar encapelado, não têm dado solução ao caso.

Três leis em andamento no Legislativo Federal dão-nos idéia de como se equaciona a questão do Magistério.

Duas delas procuram abrir as portas do Magistério secundário a todos os que quiserem. Não se cogita das qualidades necessárias ao professor. Não se procura conhecer se, de fato, há para o exercício da cátedra, a indispensável vocação.

E dizemos assim, visto como, se uma pretende que os diplomados por cursos superiores e os eclesiásticos possam ingressar no Magistério, bastando como condição hábil a apresentação do Diploma, outra, mais amena, ainda, desce à condição, ao certificado do curso secundário.

A terceira situa a causa da pequenez do aproveitamento, na pequenez do ano letivo.

Lendo os jornais que nos dão estas notícias, e sentindo a verdade do pouco que se aprende, ficamos a pensar — Estará

o erro nos programas? Na docência? Na discência? Na direção?  
No ano letivo?

Num país como o nosso, em que, em geral, não se dá ao professor o conceito que o seu trabalho na educação da coletividade impõe, nega-se-lhe, também, a possibilidade de poder ficar acima das dificuldades financeiras.

Por isto mesmo, não é de admirar que o Magistério seja irmão muito fraco, como profissão.

No entanto, justo não é também, que dele se faça apenas uma achega. E não é justo, tendo em vista a elevada causa que é a sua bandeira.

O Magistério é absorvente, rouba-nos a nós mesmos, escraviza-nos por completo. E a esta absorção, a esta escravização só se submetem os agraciados pelo Senhor, com o lindo trabalho de educar.

Aplica-se, aqui, muito bem, a fórmula — homens para os cargos. É que, se assim não se agir, prejudica-se não o futuro de uma criança, mas de uma geração.

Logo, o título não basta, como não basta a cultura, como não bastam conhecimentos. Coroando tudo isto deve haver sensibilidade para bendizer as felicidades de dar do pão do espírito, sem outra preocupação de recompensa do que o bem que se disseminou.

Os programas podem não satisfazer. Sempre entendemos, porém, que o discernimento e a responsabilidade do professor não se devem escravizar, dentro de um programa escolar.

Todos devem obedecer-lhes as normas, mas adaptá-lo ao meio, melhorando-o para um proveito real. A falta de homogeneidade intelectual das turmas, a própria disposição da matéria exigem do professor a independência que o tato profissio-

nal lhe faculta, para alterar, harmonizando e estabelecendo uma conexão que mais se ajuste a um maior rendimento.

Ninguém desconhece que o trabalho do Professor não frutifica por si só. Há um complexo de fatores necessários ao coroamento dos seus esforços. Além da cooperação do aluno, há, nos cursos secundários, a direção administrativa, de que dependem o respeito ao funcionamento da escola e o respeito aos horários.

Se a escola não funciona regularmente, se às faltas eventuais dos alunos, se juntam as folgas contínuas dadas pela administração, é claro que se estrangula o trabalho do professor e se contribui, para o fortalecimento da negligência e o desamor do aluno pelos livros.

Neste caso, pode o programa ser ótimo, pode o Professor ser culto e esforçado, pode sentir-se ajustado ao seu caminho, nada, no entanto, realizará, pela impossibilidade de contato com os alunos, nas aulas.

E como poderá o aluno contrair o hábito do estudo?

Como se despertará nele o gosto pelas disciplinas?

Como poderá a escola realizar sua magna tarefa?

Como se poderá concretizar a finalidade do ensino secundário de dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial, com sacrifício de aulas intelectuais?

A qualquer um de nós ocorre uma única resposta: Só por um milagre.

Se fatos desta natureza se dessem entre nós, e, para a felicidade do Brasil de amanhã, o milagre se verificasse, aqui, nessa nossa Santa Terra, no momento atual, neste regime de Paz, Harmonia e Justiça, ele corria o risco de ser... vetado,

por inconstitucional ou por não consultar os interesses do ESTADO.

(Voltaremos)

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 16 de setembro de 1951.

Aqui, voltamos a fazer alguns comentários em torno do ensino secundário, cujas altas finalidades (sentem-o todos quantos se preocupam com a cultura brasileira) não estão sendo alcançadas plenamente. Em nosso último editorial, vimos como pode o diretor anular o professor, nulificando-lhe a vontade e o esforço.

E, conseqüentemente, prejudicará o aluno, que, embora, sem os conhecimentos devidos, poderá alcançar aprovação, uma vez que os exames não são da matéria programada, mas da lecionada. Todavia, é preciso que não esqueçamos a finalidade da escola: preparar para a vida, para a luta das competições, da concorrência, cá fora, onde só vence o mais capaz, pela robustez dos conhecimentos.

Quantos jovens não encerram a sua vida escolar, no curso secundário! Quantos não passam nem no segundo ciclo!...

O aproveitamento alcançado no tempo em que a fortuna lhes permite freqüentar as aulas, será a arma com que abrirão o caminho para a escalada, ou que os emparedará, numa angústia de horizontes ásperos e estreitos.

Esta realidade futura, podem não conhecê-la ou pressenti-la os jovens, na sua inexperiência, mas devem compreendê-la todos quantos se agraciam com o título de educador e, principalmente, os que chefiam ou dirigem escolas.

Daí constituir crime o desperdício do tempo nas aulas.

A Divisão do Ensino Secundário determinou o número de aulas semanais para cada disciplina. O respeito a essa determinação é base, para alcançar o objetivo do curso. Se se substituem, por exemplo, as aulas de Língua ou Ciência pelas de Arte, estaremos, é claro, favorecendo estas e prejudicando aquelas. E deverá a administração fazê-lo? Não, porque desarmoniza o traçado, porque tumultua o ensino, estabelecendo uma nova ordem no desenvolvimento cultural do aluno.

Todo aprendizado é ativo. Só aprende o que abre o coração à palavra do Mestre e, disciplinando a vontade, consegue transformar em hábito agradável, o convívio com os livros. O tempo exíguo das aulas não basta para a eficiência do aprendizado. A palavra do professor ilumina o caminho, mostra as veredas tão somente. É o esforço próprio do aluno que dará a estas veredas e a estes caminhos, firmeza, beleza e amplitude. Mas, para que se concretize a obra educativa, é preciso que se respeite o ano letivo, e que haja o ambiente que a escola tem a obrigação de criar.

Assim, com o aproveitamento do tempo letivo, evitando-se as folgas que despertam a negligência e geram o desamor pela escola, surge o imperativo da disciplina, baseada no amor e na justiça.

Os meninos e os jovens do curso secundário, na sua quase totalidade, são espíritos em formação, que à escola cabe amparar, guiar, modelar e elevar, em **prosseguimento da obra educativa do ensino primário.**

Enganam-se os que julgam que a disciplina desagrade aos moços. Só os anormais gostam da desordem. Disciplina implica ordem e reflete educação. Dentro dela todos se ajeitam, porque as exceções desaparecem. Só ela facilita os passos na



avançada do progresso. Entender que os moços a mal querem é subestimar o espírito justo que caracteriza as juventudes inteligentes.

E poderá a escola subsistir sem disciplina? Poderá o Professor encontrar o meio necessário às suas lições, se faltar o ambiente de disciplina geral, atribuição do diretor?

Se a educação consiste no desenvolvimento máximo das faculdades físicas, intelectuais e morais, para a função social, como alcançá-la, sem ordem, sem disciplina?

Todo o que não impõe disciplina ao seu coração será naufrago dentro da existência.

E deverá a escola concorrer para esse naufrago? (sic)

Disciplina não é anular personalidades, mas fazê-las esplendor pelo aperfeiçoamento.

A disciplina, baseada na Justiça e no Amor, é um trabalho indesejado, para que o aluno se ache a si mesmo e melhore, sempre, corrigindo-se conscientemente.

Para realizar este extraordinário trabalho, mister se faz o conhecimento da psicologia dos educandos, a fim de evitar que se queira implantar entre nós, sem as adaptações precisas, o que se observa em educação, em outros povos.

É que, se há traços idênticos na psicologia das crianças e dos jovens em qualquer latitude, é inegável que a psicologia dos brasileiros difere da do filho da Jamaica, do Egito ou da América do Norte, como a dos catarinenses tem pontos que a singularizam, distinguindo-a da dos filhos de S. Paulo, por exemplo.

A atuação do Diretor, ao nosso ver, é decisiva na objetivação das finalidades do ensino secundário.

E, por isto mesmo, é infinita a sua responsabilidade.

Todavia, se, entre nós o nosso atual Governo, cuja mais alta preocupação teórica é a sã política de **homens para os cargos**, por um acaso triste, visse, na direção de um dos cursos secundários do Estado ou mesmo do Instituto de Educação, **cargos para homens**, e nela colocasse alguém que desconhecesse as responsabilidades; se o nosso extraordinário Governo de Paz, Harmonia e Justiça, que, paradoxalmente economiza, gastando milhões para perseguir funcionários e professores pessedistas, descesse até o povo, que não lhe regateia aplausos, pela facilidade, com que, em tão poucos meses de administração, já fez sumir o leite, o peixe, a carne e a manteiga e se, ouvindo pais de alunos, viesse a saber da **situação desoladora**, a que chegaria o ambiente daquele estabelecimento de ensino, por certo, discordaria de nós.

E, no primeiro balanço administrativo que fizesse, verificando o desbrilho da caminhada, diria aos seus governados que o responsável por todo o naufrágio em que estariam perecendo os mais altos estabelecimentos de ensino do Estado, seria a nobre e valorosa maioria da Assembléia Legislativa...

---

**Nota:** Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 30 de setembro de 1951.

Nesta caminhada forçada, que é a vida, é sempre, proveitoso, para os que pretendem fazê-la conscientemente, voltar os olhos, de vez em quando, para a estrada percorrida.

Vêm uns, neste gesto, os característicos dos espíritos conservadores; outros, no entanto, apreciam o fato, com o desejo de aprender no que ficou, para segurança maior de ação no que virá.

E não se diga que se aprende só na estrada própria. Há caminhos que se confundem e unificam, como os há paralelos e convergentes.

A vida ensina, mas, como todos os Mestres, só aos que querem aprender.

Parar um instante, alongar os olhos d'alma para o que ficou atrás de nós e apreciá-lo, sem paixão, desinteressadamente, como juiz, é trabalho dos que entendem a necessidade de fazer de cada amanhã um degrau para a conquista da criatura perfeita existente em nós.

Cada coletividade segue uma estrada comum, orientada por um mesmo Governo, disciplinada pelas mesmas leis.

Governo e povo, no afã de se sentirem dignos de si mesmos, de vez em quando, devem voltar-se e distender os olhos pelo caminho andado.

Este, para se certificar de que à árvore que a palavra do candidato de ontem plantou, correspondem os frutos que lhe

oferecem hoje; aquele, para, descendo até o povo, sentir as reações sinceras das massas, de cuja psicologia, a "escola da vida", que lhe foi Mestra, por certo, não lhe fez segredo.

E, se as intenções são puras, saberá melhorar, sempre, a caminhada, embelezando-a com atos de verdadeira Justiça, fugindo das paixões que amesquinham, e engrandecendo-a com a elegância dos gestos que revela a dignidade do homem e sublima a dignidade do cargo.

Há oito meses, S.C. vive a era de PAZ, HARMONIA e JUSTIÇA. Olhar, um pouco, o que vai ficando nos dias vividos, é convite irresistível que nos faz esta manhã cinzenta e fria.

O desvirtuamento de conceito das palavras é impressionante! O contraste entre as promessas e a sua concretização é de pasmar.

A admirável pregação dos candidatos de ontem, que deixou tanta gente feliz, e a ação com que nos brindam hoje, é magnífico exercício de frases erradas, para a realidade corrigir.

Quanta insinceridade!

Sim, porque a paz evangélica com que se acenou à população é guerra, a mais desprezível e mesquinha das guerras, concretizada nas dispensas, remoções, exonerações, no desrespeito aos direitos individuais, no castigo dos pequenos funcionários.

— O funcionalismo público, a quem foi prometido aumento de vencimentos, inexplicavelmente, por um sortilégio de miopia governamental, diminuiu tanto, que ficou reduzido à Magistratura. E, embora a valente maioria da Assembléia gritasse que há um infinito de pequenos funcionários, que têm responsabilidades, e, também, têm estômago, e também, sofrem

com a elevação do custo de vida, o governo teimou, e não quis, e não quer vê-los.

Agora, diz-nos um dos jornais, congela o aumento. Todo o excesso de arrecadação existente e que entupia as arcas do Tesouro, inexistente para o caso. E a Lei não é Lei...

— O Montepio que era dos funcionários, hoje é duma das Secretarias do Estado, segundo nos informa O ESTADO.

— Os vetos multiplicam-se porque a Assembléia, por sua brava maioria, entendeu de defender e acautelar, no momento, os interesses do professor pessedista, do inspetor pessedista e do diretor pessedista, do funcionário pessedista, tão duramente castigado.

— As filas aumentam. De pronto, a do leite; agora a da carne. É uma população a madrugar, em busca do alimento. O peixe fugiu, e a manteiga tornou-se própria da mesa dos ricos, que, muitas vezes, não a encontram. Os gêneros de primeira necessidade vão subindo... subindo...

Depois de um jogo de empurra, muito pouco louvável, SOLUCIONOU-SE o caso da carne da maneira mais cômoda para... o "marchant". O povo? Que diminua a ração já diminuta que lhe era possível comprar...

— O ensino primário, hoje, em verdadeira SITUAÇÃO DESOLADORA pela mudança contínua e inoportuna dos professores, que não têm o dom do milagre.

O secundário, aqui, entre nós, morrendo pelo "excesso de folgas"... e "aprimoramento" de disciplina...

— Até na Câmara Federal, as cousas não são diferentes.

Quando da pregação partidária, aqui, o deputado paraense que integra a bancada udenista de SC, apontava, para a vergonha dos catarinenses, Nereu Ramos, como inimigo nº 1 da

terra barriga verde. Hoje, no entanto, em busca de palmas de entusiasmo, FESTEJANDO a morte da sua "bela peça", elogia o nosso grande CHEFE e já reconhece que SC lhe deve reais serviços... Insuperável em matéria de COERÊNCIA...

Se tudo isto não fosse medonhamente desolador, haveria, no modo de agir dos detentores do Poder, matéria para rir, pelo modo por que se desmentem, se desdizem, se negam.

Porque tudo isto que ligeiramente apontamos, é a concretização do ingente trabalho com que o Governo procura viver a SUA Paz, Justiça e Harmonia, e, obstinadamente, procura dirigir ANIMADO, TÃO SOMENTE, PELO PROPÓSITO DE BEM SERVIR À COLETIVIDADE.

Como é difícil compreender, neste 1951, o sentimento das palavras, dos homens da situação diante da realidade dos fatos...

Ou em linguagem udenista aquilo significa isto?

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 21 de outubro de 1951.

Neste instante da vida catarinense, quando a dirige um grande sentimento de PAZ, HARMONIA e JUSTIÇA sui generis, são interessantes e impõem meditação os reclamos da Paz que se ouvem de homens da situação.

Colocando-se num partidarismo estreito e doentio, os homens que nos governam, mal subiram ao poder enveredaram pelas vielas estreitas, e sombrias das perseguições.

E surgiram, desde fevereiro, para anular as belas "palavras de Paz" do candidato, os "atos de guerra" do governante, que estabeleceram barreiras e impediram que, num gesto de compreensão democrática, finda a luta eleitoral, não houvessem vencedores, nem vencidos, mas catarinenses que se apertavam as mãos e acertavam o passo, na caminhada comum para o bem da terra que é de todos nós.

As exonerações, dispensas e remoções com que se castigam os funcionários pessedistas e que constituem uma página triste para a administração udenista em terras catarinenses, não podem basear-se no fato de o PSD não querer ou não poder cooperar com o atual Governo, integrando-o.

Também é cooperação e cooperação de alta valia a das oposições, que, fora da esfera administrativa, ficam, muito à vontade, para o trabalho saneador e construtivo de fiscalizar.

A esta cooperação não podia fugir o Partido, que é a maioria e oposição no Estado, sem que traísse o nosso nobre

povo. E, diga-se de passagem, tal comportamento não podia causar estranheza aos situacionistas do momento, portanto a "eterna vigilância, como preço da liberdade" é de ontem e dos nossos dias.

Assim, não cabe ao PSD, responsabilidade, se a Paz que se desfruta no Estado, não é a que todos os pessedistas e as criaturas sensatas queriam, e sim a PAZ, HARMONIA e JUSTIÇA, própria da situação udenista, caracterizada por um completo negativismo dos princípios admiráveis da democracia.

Pessoalmente, sempre prevíamos que não se conteria o nobre governante atual, naquela linha de conduta que se traçara, fazendo com que os udenistas perdessem um correlegionário, para que os catarinenses tivessem um Governador.

É que os anos e as lutas nos têm dado um pouco de conhecimento da psicologia das criaturas e dos fatos.

Ao senhor Irineu Bornhausen faltou firmeza e valentia, para, entrincheirado na sua pregação cívica, resistir à onda, gigante e volumosa, de ódio e vingança, que o rodeou e dominou, desfazendo o açúcar do bombom das promessas do candidato.

Nós, também, fomos, duas vezes, atingida pela interessante Justiça do Governo atual: quando recebemos a dispensa da cadeira que ministrávamos no Colégio Estadual Dias Velho e quando se negou o trabalho do professor catarinense, classificando de desoladora a situação do nosso ensino público.

Por estas mesmas colunas, protestamos contra os conceitos desprimorosos que nos feriam, ferindo toda uma classe.

O primeiro gesto da Justiça do Governo que se iniciava, calamos. Era um caso nosso, particular. Nada o obrigava a conservar-nos na regência da cadeira de Português. Era um direito seu dispensar-nos. Depois, havia a necessidade de vagas...



Aprendemos, com o filósofo, que a maldade dos inimigos devemos, sempre, considerá-las pequenas...

No entanto, a leitura de O Estado de nove do corrente, seduziu-nos para vir dizer aos defensores dos "atos de guerra" do Governo a verdade que desconhecem, a respeito da dispensa da Profª Antonieta de Barros.

O Estado não mentiu, nem usou de "má fé ou sofisticação jornalística". A Profª Antonieta de Barros, foi, em verdade, dispensada da regência da cadeira de Português do Colégio Estadual Dias Velho. O Governo atual não lhe poderia conceder a aposentadoria, porque o já Governador Aderbal Ramos da Silva lhe havia concedido a 10 de janeiro, quando, ainda, não dirigia o Estado, Sua Excelência, o senhor Irineu Bornhausen.

Aposentando-se jubilada, nada impedia que continuasse na regência da cadeira de Português do Colégio, onde se percebe por aula ministrada. Se a aposentadoria implicasse na dispensa não havia necessidade dum ato oficial, para provocá-la.

Mas, historiemos o fato. De volta da viagem de férias, a Professora estranhou não figurar como examinadora das bancas de 2ª época. O dinâmico Diretor excluía-a. Esta atitude intrigou-a. (Não a intrigaria, no entanto, diga-se de passagem, se pudesse prever as perseguições que desencadeou no estabelecimento, chegando ao primor de pagar a uma funcionária correlegionária de coligação a gratificação de outra que não rezava pela sua cartilha política. E, até hoje, a funcionária está no prejuízo...)

A exclusão da banca dos exames fê-la procurar o Diretor do D.E., que não soube ou não quis esclarecer-lhe a situação. Dias depois, recebeu a Professora Antonieta de Barros a Porta-

ria nº 116 de 24/02/1951, assim redigida: "o Secretário dos Negócios do Interior e Justiça do Estado de SC, RESOLVE DISPENSAR Antonieta de Barros da função de Professor de Português do Colégio Estadual Dias Velho da cidade de Florianópolis, visto ter sido aposentada por Decreto de 10 de Janeiro de 1951." (? !!!) (o grifo é nosso).

O ato foi do Secretário, chamado atômico. Todavia, não queremos crer que cada Secretário tivesse carta branca, para assim agir, porquanto o responsável moral por tudo quanto aparece de bom ou de mau, é do Chefe do Governo.

E Sua Excelência havia prometido colocar o ENSINO À MARGEM DA POLÍTICA... e ser GOVERNADOR DE TODOS OS CATARINENSES.

Muitas vezes, vale a intenção...

Agora, perguntamos nós aos leitores que nos acompanham até aqui: a Professora Antonieta de Barros não foi dispensada?

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 11 de novembro de 1951.

Há para os que se empenham na luta pelo Bem e pela Verdade, convictos do caminho que trilham, buscando em cada acidente, um pouco de saber, momentos incomparáveis de deslumbramento.

É o deslumbramento que nos vem da luz prodigiosa das IDÉIAS.

Força em ação, elas representam, na vida, o princípio de todas as cousas criadas.

No entanto, para que surja e perdure o deslumbramento e as IDÉIAS magnetizem, é preciso que se projetem sem ódio, com a beleza do amor universal, destinadas a esclarecer, a guiar, a construir, a mostrar os caminhos da Justiça, a ser a Verdade em marcha.

Que não representem nunca o extravasamento de forças negativas, de raiva incontida, da paixão, ou de uma deseducação refreada!...

Nestes casos, as IDÉIAS são frutos de instantes em que faltou à criatura, o domínio sobre o seu mundo interior.

E isto é, antes de mais nada, lastimável, profundamente lastimável. A primeira e máxima vitória do homem está no vencer a si mesmo.

Se não é senhor de si mesmo, se não sabe governar o seu mundo, como poderá governar o grupo que lhe for subordinado?

Por isto, as IDÉIAS só deslumbram e iluminam e têm força

e sedução, quando brotam dum coração educado.

Só a educação, não nos cansamos de repetir, pode higienizar o ambiente e estabelecer o clima, onde todos se entendem, porque o sentido das palavras é cristalino e inalterável.

E, para que gestos e palavras acusem este clima superior, não se escolhem instantes, nem sociedade; a educação não é uma máscara, nem uma peça de roupa de que nos despojamos, quando queremos.

Assim, um cavalheiro é, sempre, um cavalheiro. Uma pessoa educada conscientemente é, sempre, educada, quer se refira a uma senhora, a um homem ou a uma criança.

Não argumentamos, nunca, com os comportamentos postiços, em que se escondem os deseducados.

Estes, apenas se sentem impotentes para o auto-domínio indispensável ao equilíbrio, dentro da vida social, esparramam-se na linguagem e nos gestos, que, se espantam, são uma triste revelação do seu EU.

O dever de auto-domínio cresce com a projeção social das criaturas.

Descontrolar-se é manifestação de fraqueza. E os que estão no alto, pela visibilidade a que se expõem, devem ser fortes, para viver a lição imperecível do exemplo.

Nestas colunas, nós nos prometemos só dizer a Verdade, como a mais alta homenagem que possamos prestar aos que nos lêem.

E, do cumprimento dessa promessa não nos afastamos até hoje. Vivendo os nossos dias, a culpa não é nossa, se tudo nos falta, para louvar a Paz, a Justiça e a Harmonia, que não existem.

Se, algum dia, o entusiasmo ou uma visão imperfeita dos

fatos nos levar a um erro, cordialmente, daqui nos penitenciar-emos, quando disto nos convenceremos para que a Verdade e só a Verdade triunfe.

Mas, se alguns dos nossos adversários não nos entendem ou não sabem vir discordar dos fatos que apontamos, com a elevação de linguagem própria de pessoas educadas, estaremos diante de um caso de pobreza anímica muito sua, que não nos cabe decifrar.

O que afirmamos, no entanto, é que não acompanharemos, porque não devemos, os que assim se desmandam, não que nos fa-lem argumentos, mas porque colocamos os nossos FARRAPOS DE IDÉIAS num plano que a maldade dos maus conscientes e a lin-guagem dos deseducados não podem atingir.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 22 de novembro de 1951.

Na paisagem política catarinense, no crepúsculo do primeiro ano da era udenista entre nós, os que se dão à meditação, olhando em torno, e percorrendo os fatos que vêm assinando a presença do GOVERNADOR DE TODOS OS CATARINENSES, à testa dos destinos de nossa terra, procuram, ainda, o clima de Paz, Harmonia e Justiça, que constituiu, uma linda e sedutora promessa do candidato.

Dizemos linda, porque nela havia a alta compreensão dos princípios da Democracia, que se estriba no respeito à Liberdade de cada um; linda e sedutora, porque revelava manifestação de conhecimento, e conhecimento profundo, da extraordinária ciência e delicada arte de governar; linda e sedutora, porque os que se sentem presos a este pedaço de chão, querem vê-lo alçar-se cada vez mais, pondo à margem as convicções partidárias.

Mas, a beleza e a sedução da promessa do candidato esbateram-se, na estreiteza sem claridade dos dias vividos, neste primeiro ano de governo udenista.

Como por encanto inexplicável, o Governador esqueceu o evangelho da campanha política.

Os louros e as alegrias do poder ofuscaram a memória do candidato vitorioso.

E, apesar de a promessa ter sido repetida em vários lugares; apesar de proclamar, muitas vezes, esta soberba mora-

lidade que constituiria traço marcante na sua administração; apesar de tudo isto, elas, as palavras do candidato, não tiveram o poder de plasmar-se nas "alamedas interiores" do Chefe de hoje, para viverem os atos que lhe marcam, indelevelmente, a passagem pelo cargo a que o elevou a soberana vontade popular.

Não queremos descreer da sinceridade daqueles propósitos de candidato, e por isso os julgamos fruto de entusiasmo momentâneo. Sim, porque, a não acreditar na pureza da pregação cívica do candidato de ontem, seríamos forçados a pensar que se brincou com a boa fé da maioria dos catarinenses.

Os fatos no-lo provam. O udenismo, subido ao poder, transformou-se em verdugo de uma parcela do povo catarinense — aquela que lhe negou o voto.

E os atos do Governo negam a serenidade do Candidato, decepcionando e matando as esperanças dos que colocam o Bem de S.C. acima dos homens e das cores partidárias.

Num eclipse total das forças morais, que sustentam os homens na sua posição vertical, tem-se feito da Vingança e do Ódio, os substitutos da Paz, Harmonia e Justiça prometidas.

Persegue-se sem pejo, porque o Governo é a força.

Uma legião de funcionários movimenta-se, para atender às remoções. Sangra-se o Tesouro com as despesas que as remoções acarretam. O Magistério, o Grande Magistério, castigado. E tudo é uma seqüência em que se manifesta uma acanhada visão política, uma estreiteza de horizonte de educação democrática, que entristece todos quantos acreditavam nos frutos admiráveis do aprendizado na maravilhosa ESCOLA DA VIDA.

Os nossos correlegionários, cuja situação não era a da efetividade, pagaram e estão a pagar, duramente, o crime de,

dentro de uma Democracia, votar no Partido que sua consciência escolheu.

E o interessante é que, agindo assim, maltratando-nos assim, de vez em quando, grita-se pela necessidade da Paz na vida política do Estado, como se fôssemos responsáveis pelo seu desaparecimento.

Se o comportamento dos homens da situação não nos faz perder a serenidade e nos capacita, cada vez mais, da necessidade de persistimos na defesa do povo, pelo trabalho indormido dos nossos representantes nos legislativos, mostra-nos também, a infinita covardia moral, que seria a nossa, se se anestesiasse, em nossa alma partidária, o sofrimento de todos os pessedistas catarinenses, para um aperto de mão de amizade com os que foram agentes desse sofrimento.

O erro não é nosso. O erro é de quem esqueceu de que a vitória das urnas o fez Governador de todos os catarinenses. O erro é de quem falou em Paz, Harmonia e Justiça, sem lhes explicar a significação em linguagem udenista. O erro é dos que perseguiram, dos que pisaram e tripudiaram nos direitos sagrados dos cidadãos.

Do Governo que nos rege, não queremos generosidade, mas exigimos o respeito a nossa dignidade de adversários, e respeito ao Direito pela consagração da Justiça.

---

**Nota:** Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 13 de janeiro de 1952.



A semana que findou, teve a emoldurá-la, como fato principal, a sessão de encerramento da primeira sessão legislativa. Foi, na verdade, uma grande sessão, pela sua linda expressão democrática, pela reafirmação do alto sentido de defesa dos interesses populares, que vem caracterizando e com que se vem se acentuando, cada vez mais, todo o trabalho da oposição no Estado.

No zelo indescontínuo por tudo quanto constitui a própria vida do Estado e o bem estar da sua gente, cientes de que o "direito é o presídio do cidadão", na feliz expressão de Rui, os que são maioria na Assembléia — O PSD e o PTB dissidente —, neste ano legislativo, desenvolveram e realizaram um trabalho admirável e profícuo, agindo com elevação e descortínio.

Ao Governo nada que pudesse dificultar-lhe ou tornar menos eficiente a administração, foi negado. Contudo, isto foi feito, evitando, sempre, ferir os interesses do povo.

Se a eficiência não se realizou, se estamos vivendo instantes inexpressivos de paralisação, se o presente registra a inação dos sem ideal e a quietude e indecisão dos tímidos ou dos vencidos, se a administração não tem o colorido das caminhadas dos que entendem que as vidas se medem pelas realizações, se a sabedoria da vida nos nega os frutos que sabe oferecer e oferecer com fartura, a culpa não cabe ao Legisla-

tivo, cuja oposição vigilante, mas patriota, tudo fez, para que não sofresse solução de continuidade a marcha progressista de S.C.

Mas, infelizmente, a descontinuidade aí está.

Em tudo, há um hiato que desconcerta e desencanta até outros que não somos nós...

A vida administrativa do Estado parou.

Mas o Legislativo, pela sua oposição deve estar satisfeito daquela satisfação que surge dos aplausos com que nos brinda a consciência, quando damos ao dever o esplendor da lei. Satisfeitos porque, mandatários do povo, os deputados oposicionistas fizeram dos interesses do povo a causa única da sua estada na CASA do POVO.

Tudo isto não nos surpreendeu. Quando da instalação desta legislatura, nestas mesmas colunas, falamos da maneira por que se norteia a oposição na Assembléia.

E não erramos. Levada por imperativo profissional a conviver com os moços, sempre tivemos Fé na cristalinidade do seu idealismo.

Muito se fez pelos pequenos, muito se lutou contra a maldade dos que se esqueceram da massa.

Foi um trabalho feliz, que teve a presidi-lo um grande PRESIDENTE, um verdadeiro Presidente, um Presidente, um HOMEM, no sentido elevado do termo, pela bravura moral e dignidade excepcional com que honrou o cargo a que o conduziu o voto quase unânime da Casa.

Aliás, já devíamos prever isto, desde a instalação da legislatura, quando pessoas respeitáveis se disfarçaram em moleques inconscientes, para vaiarem o Poder, para diminuir uma das três Colunas sobre que repousa o regime, pensando

que vaiavam e diminuïam o homem...

Desde aí até o desassombro da sua palavra final, em que, com a coragem da lealdade castiga a ação do Executivo, na pessoa do Governador em relação à Assembléia, o jovem Presidente revelou-se um extraordinário Presidente.

E que se dizer do trabalho da oposição?

Se todo o imenso esforço que desenvolveram, não bastasse para exalçá-los aos olhos do eleitorado que neles confiou; se se desconhecesse o carinho com que trataram dos problemas que atingiam a grande massa, dificultando-lhes, ainda mais a vida, em última batalha, travada na última sessão, de que saíram vencedores, com a rejeição do celeberrimo Projeto do Governo que atualizava a Lei do selo, diria da dignidade do seu mandato.

E, nesta luta do Direito contra a Força, a vitória do Direito é a vitória da Democracia, que empolga todos quantos vêm, nesse regime, apesar das incompreensões, a vitória do próprio povo.

Daí não nos podermos furtar a trazer aqui os nossos aplausos, cordiais e sinceros, à brava oposição, aos pesse-distas e petebistas dissidentes, a quem cada um cabe a hon-rosa tarefa de resguardar a felicidade da gente barriga verde na Assembléia Legislativa.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". *O Estado*, 20 de janeiro de 1952.

A folhinha, aqui, diante de nós, está a indicar-nos o primeiro aniversário da administração udenista, em terras catarinenses.

Há um ano, um sopro de esperança encantava os que acreditaram na pregação cívica que a todos empolgou.

E, pelo milagre da Fé, já anteviam, concretizadas, as promessas que fizeram do Candidato, o Governador.

Os que não lhe deram o voto, não lhe festejavam a ascensão, mas tinham um infinito de boa vontade de todo patriota, para fazer justiça aos atos do Vitorioso.

O Governador, que deixava o poder, quando da sua posse, proclamou aos catarinenses que administraria o Estado com o seu Partido. O Governador que subia ao poder, prometera abandonar o Partido, para ser o governador de todos os catarinenses.

O Governador que findava, foi, em verdade, de Paz e de Justiça, de respeito ao povo. Foi um governo democrático.

Do novo governo, que não seria partidário, como afirmara o Candidato, esperávamos, pelo menos, continuidade daquele respeito ao povo e aos princípios de Democracia, que singularizavam a administração do Dr. Aderbal Ramos da Silva.

E, nesta expectativa, havia implícita, a confiança na palavra do homem a quem a maioria dos catarinenses entregara o nosso destino.

Mas governar é mesmo difícil...

E tão difícil é, que, apenas subido ao poder, o Governador esqueceu o Candidato e a sua atitude e a de seus auxiliares imediatos, para com os do partido adversário, foi de guerra, surpreendendo os próprios udenistas bem intencionados.

E o governo do correlegionário que a UDN perderia, começou. Que diferente do prometido!...

Remoções, demissões, dispensas, a granel, em massa, numa clara manifestação de vindita, numa explosão de ódios recalçados.

E os diretórios exigiam, mandavam, e os chefetes inescrupulosos ordenavam e os pessedistas — pequenos funcionários, os pobres professores e inspetores e todos quantos não tinham estabilidade — começaram a expiar o crime inaudito de, em pleno regime democrático, votar, no candidato que não foi o udenista.

O Governador de todos os catarinenses, impotente, não teve um gesto de superioridade e de independência, para resguardar da sanha dos exaltados, os adversários, cujos direitos de cidadãos mereciam respeito.

O secretariado desmandou-se. Era preciso castigar os que tiveram a ousadia de ser pessedistas...

E Sua Excelência, o Sr. Governador, tudo sancionou com o seu silêncio, a sua inação, o seu indiferentismo.

Falando-se em economia, gastou-se, como se nababos fôssemos, pagando ajuda de custo àqueles, cuja ausência do lugar em que se encontravam, era necessária, para que os mentores udenistas ficassem satisfeitos.

E a palavra do Candidato? Esqueceu-a o Governador, como esqueceu, também, que os gestos de Ódio não geram Amor e que,

sem Amor, sem Bondade, não se constrói, e os passos são inseguros, dentro da vida.

Governar é mesmo difícil... Tão difícil que a folhinha, aqui, diante de nós, está a indicar-nos o primeiro marco da administração udenista em nossa terra e por mais que busquemos a concretização do programa do Candidato, nada encontramos.

Onde as realizações prometidas? Onde a política de Paz, Justiça e Harmonia? Onde a preocupação de sã política de homens para os cargos? Onde o respeito aos direitos dos cidadãos? Tudo, tudo, um sonho que não viveu, para a tortura do eleitorado udenista.

Não se diga, no entanto, que, na prestação de contas, com que, forçosamente, brindará o povo catarinense, nada tenha Sua Excelência, para apresentar.

Governando no sentido negativo do progresso, no sentido negativo da própria vida, numa estática enervante, Sua Excelência trará aos desencantados partidários, a negação das esperanças que o alçaram ao poder.

São realizações suas e ninguém lhe disputa a autoria, o desrespeito aos funcionários que são cidadãos pessedistas, ferindo-lhes a liberdade; a negativa do aumento do funcionalismo, o veto ao abono, a esclarecida política de cargos para homens e toda uma série de deserviços à coletividade...

Sua Excelência há de gritar contra a inconcebível oposição na Assembléia que não lhe permitiu sobrecarregar o povo com uma taxa rodoviária e o novo imposto do selo, cujos projetos lhe rejeitou.

Há de malsinar a oposição legislativa que tem procurado ajudá-lo, mostrando-lhe erros, que Sua Ex<sup>a</sup>. teima em não querer ver, esquecido de que governar, sem auscultar a alma

das massas, é andar no escuro...

Há de apontar aos ilusos de ontem, a mais valente, e leal das oposições, como a responsável pelo grande NADA que caracteriza a administração udenista em S.C.

Mas a febricitante operosidade de atos nulos que roubam o colorido à caminhada de quem se orgulha de ser "o operário de si mesmo" não fica aí.

E Sua Ex.<sup>a</sup> que entendeu ser possível governar, sem estradas, por certo, não esquecerá o que há de mais demonstrativo de sua ineficiência administrativa: a construção do Palácio da Estação Agronômica, para que o Governador tenha onde morar e possa hospedar os amigos.

Entre o Hospital Nereu Ramos (cuja capacidade se tem apequenado, diante do elevado número de doentes) e o Abrigo de Menores, realizações que falam duma época da operosidade na vida catarinense, o suntuoso Palácio será um escárnio para os que anseiam por um leito no Hospital, sem que o Estado os assista.

O tempo passará. E, na paisagem poética da Estação Agronômica, a Casa do Governador, na imponência das suas linhas, lembrará, amanhã, como hoje, o nome do seu realizador e, recordando uma época triste e infecunda para a nossa terra, fixará a pobreza, a carência de espírito público que dominou os dirigentes udenistas, em S.C., neste primeiro ano de governo.

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 31 de janeiro de 1952.

A publicação do **suscinto relatório** que Sua Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador, a 31 de janeiro, leu, cumprindo o **indeclinável** dever de falar ao povo catarinense para **prestar contas** do primeiro ano de sua administração, permitiu-nos o **prazer** de analisá-lo com o carinho de quem acompanha "palavras e fatos" que fixam a personalidade dos nossos homens.

Quando, naquela data, palmas correlegionárias coroavam o fim da leitura, que ouvimos atentamente, ficamos a perguntar a nós mesma:

Por que Sua Ex.<sup>a</sup> não aproveitou a oportunidade da data, para esclarecer seu povo das superiores razões que o levaram à grande despesa de mais de um milhão com as remoções dos funcionários pessedistas? Por que, nesta hora, não explicar a razão das dispensas e exonerações dos que não pertencem ao grupo coligado?

Por que Sua Excelência não aproveitou as ondas da nossa A Mais Popular, para explicar ao seu magnânimo povo, as extraordinárias razões que fizeram erguer-se as paredes da majestosa Casa do Governador, ali, no pitoresco recanto da Agronômica, entre o Hospital Nereu Ramos e o Abrigo dos Menores?

Sua Ex.<sup>a</sup> não quis "prestar contas" destes "fatos" do seu infecundo governo, talvez não encontrasse "palavras", para tanto...



Talvez quisesse, com o seu silêncio, desafiar a sagacidade dos seus governados...

Se Sua Ex<sup>ã</sup> não quis referir-se a estes fatos, para nós de grande importância, o mesmo não fez com outros.

E entre os capítulos que constituem o seu suscinto relatório, lá está o da Educação, exigindo de nós uma leitura especial.

De início, Sua Ex<sup>ã</sup> afirma que "várias medidas foram tomadas, para tornar mais eficiente o ensino primário e normal". Curiosa, procuramos conhecer tais medidas.

Era, plenamente, justificável a nossa curiosidade.

Sua Ex<sup>ã</sup> já havia declarado que encontrara o ensino público, em situação desoladora. E tudo quanto viesse desfazer aquela suposta situação, devia interessar-nos, e muito.

Desde que estamos na era udenista, o que sabemos de novo, na vida do professorado barriga verde, são as remoções e dispensas, em pleno ano letivo; é o absurdo da suspensão de um concurso de ingresso legalmente realizado; é uma segunda época desse concurso de ingresso; é um punhado de jovens professores, prejudicados nos seus direitos, iniciando o exercício em agosto, quando devia fazê-lo em fevereiro; é o ensino prejudicado por toda essa onda de desgoverno, que fixa uma página triste na vida da nossa terra...

O que sabíamos de novo, era o castigo moral das remoções de inspetores e diretores, que não sintonizavam com os partidos políticos, que formam a situação.

De novo, até nós, havia chegado só isto. Daí, a nossa grande curiosidade.

Mas... nem a maior boa vontade, que tem o poder de irrisar, e valorizar e colorir as cousas menos atraentes; nem a

maior boa vontade, que é capaz do sortilégio de transformar, para engano do coração, os espinhos que se amontoam no caminho, em flores sedutoras; nem a boa vontade, que é capaz de fazer com que vejamos concretizações de sonhos, num deserto, onde existe o grande NADA; nem essa boa vontade assim fará achar, no capítulo EDUCAÇÃO as medidas proclamadas.

O provimento de classes e escolas, pelo concurso de ingresso é cousa velha, para os que, hoje, constituem a oposição.

Foi esse concurso o modo de nulificar o célebre cartão da ponta dourada dos pistolões, que matava o mérito e criava a descrença no valor das conquistas da inteligência.

A lei que estabeleceu este concurso vem do Governo Constitucional de Nereu Ramos, que foi quem a sugeriu à então Deputada Antonieta de Barros, a fim de se premiar o esforço dos normalistas, evitar-lhes a humilhação de ter que esmolar o que lhesera um direito, e dar à capacidade a prioridade que deve ocupar dentro da vida.

Desconheceriam os situacionistas esta verdade?

O interessante é que bastou a realização do concurso sob a orientação udenista, para que se esbatesse a situação desoladora, e Sua Ex<sup>a</sup> viesse, (como nós sempre fizemos) proclamar a capacidade dos nossos professores...

Isto, ao menos, nos consola. Mais vale tarde do nunca, diz a sabedoria popular.

E a gratuidade do ensino normal em Mafra? É novidade também?

Com a excessiva benevolência no julgamento dos nossos atos é bem uma varinha mágica que nos cria um mundo encanta-

do de sonhos, cujas belezas só nós percebemos...

---

Nota: Maria da Ilha. "Farrapos de idéias". O Estado, 17 de fevereiro de 1952.

8. DISCURSOS

## 1

A ânsia de viver, o acotovelamento das ambições dentro da estreiteza da existência, o egoísmo em que se engolfa a maioria dos seres, não conseguiram, ainda, abafar, por completo, os princípios da fraternidade, entre os homens; nem, tão pouco, empanar todo o encanto que há no gesto simples, mas elevado, das criaturas, ao se darem as mãos.

Concretiza as minhas palavras a delicadeza fidalga da visita que, agora, nos fazem as representações das milícias de outros Estados do Brasil.

Há neste seu gesto fraternal, todo o imenso desejo de cordialidade, de união, que enche a alma dos brasileiros.

Somos dos que crêem que só do conhecimento recíproco, do intercâmbio intelectual, da aproximação, da coesão entre os filhos desta grande pátria poderá surgir amanhã um Brasil melhor.

Daí a minha, a nossa satisfação pela honra que nos fazem neste momento, satisfação que eu não tenho a vaidade de querer exprimir, porque já o disse um grande poeta nosso — "a palavra pesada abafa a idéia leve que, perfume e clarão, refulgia e voava".

No instante em que iniciamos a delicada tarefa de reintegrar o nosso pequenino, mas glorioso Estado, no regime da Lei, que é Ordem, da Lei, que é por consequência Progresso, é-nos particularmente grata esta visita pela afinidade

de funções, existente entre visitantes e visitados, funções que têm no bem estar da coletividade a sua força centrípeta.

Sim, porque os nossos ilustres visitantes são o braço defensor das Leis de que somos a mente criadora; porque em cada soldado há coração e braço às armas feitos, postos, destemerosamente, em defesa dos princípios sobre os quais se firmam a paz e a integridade das grandes e pequenas pátrias.

E depois disso e acima disso que mais?

Os constituintes catarinenses, cujo sentimento, nesta hora, eu me permito unificar, saúdam, pela sua voz mínima, nos briosos oficiais, aqui presentes, a honra, a lealdade e a bravura, nunca desmentidas dos irmãos de Caxias.

E, saudando-vos, eu vos digo, com a simplificação característica dos nossos gestos de barrigas verdes: Meus Amigos, sede bem-vindos a esta casa!

---

**Nota:** Antonieta de Barros. "A saudação da Deputada Antonieta de Barros". **República**, 08 de maio de 1935.

Hã, Sr. Presidente, na vida dos povos civilizados, um direito que corre paralelo ao direito e ao dever do trabalho — é o direito da instrução. E este direito que é de todos, tem sido, entre nós, até os nossos dias, infelizmente, em geral, o privilégio de alguns, daqueles a quem a fortuna sorri, daqueles que possuem a felicidade monetária.

A verdade desta minha afirmativa é visível e palpável aos que se detiverem um instante sobre este ponto da vida da nossa coletividade.

Eu tenho, Sr. Presidente, que o direito de educação é tão sagrado na existência das criaturas, como o próprio direito de viver (Apoiados).

Daí o sentir que, embora tenhamos feito alguma coisa em matéria de instrução, não hajamos feito o bastante que nos era possível e preciso realizar. É que temos fixado a nossa atenção tão somente na instrução primária. E a alfabetização, Sr. Presidente, é muito, mas não é tudo. Para quantos ela não se transforma num suplício de Tântalo? Quantos, e estes são inúmeros, depois de scrverem os primeiros goles do líquido maravilhoso da instrução, não se martirizam toda uma existência pelo desejo de se abeirarem da fonte donde emana a água viva do saber, sem que lhe permitam as correntes torturantes da pobreza, da falta de recursos!

E, no entanto, Sr. Presidente, a instrução é um direito de

todos!

E, se ela tem como finalidade, preparar, com eficiência, os indivíduos para a vida, por que não distendê-la a todas as criaturas?

Mas, dizia eu, Sr. Presidente, que, apesar da instrução ser um direito de todos, criaturas há que a desejam e não conseguem possuí-la, criaturas há que os fados dotaram com alma e corpo de condor e lhes negaram as asas num sorriso escarninho. E estas criaturas, Sr. Presidente, se encontram no seio das massas populares que nós representamos e para quem, no presente, elaboramos uma Carta Magna. Não se concebe, dentro da evolução contemporânea, estes desperdícios de inteligências e aptidões.

É na cultura que os povos têm o índice principal de sua grandeza. E a educação representa, na vida dos povos civilizados, a base de todas as conquistas elevadas; é o princípio que se faz sentir em qualquer condição social; só ela é capaz de integrar o indivíduo na sua individualidade; e, avançando mais, Sr. Presidente, eu afirmaria que só a educação pode dar ao homem, dentro da vida, as pequeninas migalhas de felicidade, da desejada felicidade, ponto objetivo de todos os nossos anseios e de todos os nossos atos.

E, se assim é, Sr. Presidente, não se compreende porque não se integram todos os seres no direito da instrução.

Entre nós, ela se resume, para o povo, na primária. É pouco. Já não basta. Tudo evolui e só a educação primária já não satisfaz as aspirações populares. Se a educação secundária representa o ponto em que as estradas se cruzam para verdadeiros rumos superiores, levemos até ela o povo, franqueemo-la a todos os que a desejarem. (Apoiados).



Nós precisamos avançar, abandonar a planície, em que nos encontramos, precisamos possibilitar às massas o comparecimento ao banquete da Sabedoria, para que se satisfaçam do pão do espírito, sem o qual não se vive, no sentido integral e humano da palavra.

Porque a vida, Sr. Presidente, não se resume só nesta materialização hedionda, em que se chocam egoísmos, em que se estiola grande parte da Humanidade. Há espiritualizando-se belezas ímpares que só a cultura permite ver. (Apoiados gerais).

Sr. Presidente: Embora, segundo a expressão feliz do ilustre líder da minoria, sr. deputado Marcos Konder, a Liberal Democracia, navegue, no presente, entre os recifes do comunismo e do integralismo; embora eu sinta e veja que ideologias estrangeiras, numa transplantação contínua minam, incessante e profundamente, o coração das massas, eu sou dos que, ainda crêem, na possibilidade de, dentro da atual forma de governo, haver pão para todas as bocas; na possibilidade de se poder dar à palavra fraternidade a concretização da sua integral beleza na possibilidade de se satisfazerem todos os descontentes de boa vontade. (Apoiados).

Por isso, estou certa de que sendo o nosso desejo e o nosso dever dar a S. Catarina, um Estatuto básico, que consulte, antes de tudo e acima de tudo, os interesses e os anseios de sua gente, estou certa, dizia eu, de que inspirados por Deus, a máxima Sabedoria, saberemos integrar o povo no seu direito de instrução, possibilitando-lhe os meios de ascender e devassar horizontes superiores.

E as gerações de amanhã serão mais felizes do que as de ontem e as de hoje, porque encontrarão abertas todas as por-

tas que dão acesso às altas cumiadas do saber, e por elas penetrarão, levadas pelo poder de uma Lei, que a nossa experiência concretizará bem nossa, bem amoldada aos nossos interesses e às nossas necessidades, bem amoldada aos nossos princípios de Liberdade, Justiça e Patriotismo, a trindade de equilíbrio, na vida dos povos cultos. (Apoiados gerais).

Será sim, sr. Presidente, procurando corrigir os erros ou os descuidos do passado, procurando dar vida às aspirações e realizar a vontade daqueles de quem somos mandatários, será trabalhando, conscientemente, pelo futuro cultural do povo, ampliando as possibilidades da aristocracia da inteligência, que, com o cumprimento do nosso dever, concretizaremos o nosso soberbo sonho — a grandeza de Santa Catarina. (Muito bem, muito bem, apoiados. Aplausos prolongados. A oradora é vivamente cumprimentada pelos seus pares.)

---

Nota: Antonieta de Barros. "A educação representa na vida dos povos civilizados, a base de todas as conquistas elevadas". *República*, 23 de junho de 1935.

A soberania dos povos manifesta-se principalmente por duas grandes forças morais: liberdade e independência. O valor da liberdade só podem conhecer aqueles cuja caminhada tenha sido influenciada pela cultura e pela disposição ao trabalho. Sem liberdade, estiolam-se as inteligências fecundas e as palavras perdem por completo o seu valor ou significação. Sem liberdade não pode haver independência moral.

Assim a liberdade e a independência são as forças que unem os homens nos mais gloriosos cometimentos em favor da maior compreensão dos elevados ideais que nelas mesmas encontram, revelando dess'arte belos exemplos aos contemporâneos e pósteros.

Assim, as datas que assinalam a independência de um povo merecem culto, pois que revelam a efetivação de grandes ideais.

4 de julho, dia da Independência dos EUA é uma data magna no calendário universal. Daí, pedir, consultada a Casa, fosse parte da ata um voto de congratulações com a mesma nação, dando-se dele conhecimento ao seu embaixador no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente:

Os que auscultam a vida e procuram senti-la na sua essência, compreendem que, para vivê-la, no seu verdadeiro objetivo, o homem não pode prescindir de cultura. Em qualquer ramo de atividade a que se dedicar, o homem precisa, sempre, de conhecimentos básicos que lhe facilitarão a caminhada, e lhe abrirão novos rumos e lhe darão maior rendimento aos esforços e uma consciência exata do seu valor, dentro da sociedade, que integra.

A educação das massas é, pois, o único meio de integrá-las, completamente, na posse consciente dos seus deveres e de seus direitos.

É, Sr. Presidente, invejável a situação do nosso Estado, dentro da federação brasileira, no que se refere à educação.

Todavia, é, sempre, possível e não só possível, mas necessário até, melhorar. E digo necessário, porque, no setor educacional, não se pode ficar, para evitar o perigo da fossilização da Cultura. Temos de avançar, sintonizando o trabalho com a atualidade, quer dizer, acompanhando o evolver da época.

Daí, Sr. Presidente, a indicação que tenho a honra de

justificar e apresentar.

Nesta capital, temos uma Escola Profissional Feminina cujos serviços, inestimáveis, dentro do limitadíssimo, estreito raio de ação que lhe foi traçado.

O utilitarismo que caracteriza nossa época está a exigir a ampliação dos objetivos da escola, com novos cursos profissionais que acompanhem o nosso desenvolvimento e consultem o interesse da Mulher.

Numa escola de profissões femininas, são indispensáveis, ao nosso ver, cursos de educação doméstica, para formar donas de casa; de secretária; de pintura; e, ainda, de cultura geral, para as que não sejam portadoras de diplomas.

Nenhuma educação técnica, e profissional será completa e dará os frutos que se esperam, e poderiam dar, se não se apoiar, numa base cultural capaz de facilitar aqueles conhecimentos. Assim, o curso de cultura geral servirá, para realçar o valor da profissão. Sentimos, Sr. Presidente, a necessidade de elevar o nível cultural feminino. Há neste nosso modo de pensar, a certeza do alto papel que a Mulher, como educadora, por natureza, desempenha na vida das coletividades. Tanto mais cultas, mais teremos de esperar das gerações por elas educadas.

Toda a humanidade é trabalho do coração da Mulher. Não importa, Sr. Presidente, que orgulhos tolos tentem negar esta verdade insofismável, negando a influência e a responsabilidade das Mães, na formação psíquica de cada um de nós.

Sentimos, Sr. Presidente, a necessidade de uma sociedade melhor, onde os ideais de solidariedade e de compreensão entre os homens não sejam palavras ocas e sem nexos, mas realidades palpáveis.

E a chave deste magno problema está na educação do homem. E, porque é a Mulher, educadora, temos de ampliar-lhe as possibilidades culturais a fim de que, conscientemente, e com eficiência, sempre maior, realize-se o seu grande trabalho social.

Por outro lado, Sr. Presidente, entendemos que é dever de cada criatura ter a sua profissão. O trabalho é o melhor e o mais honroso dos sustentáculos morais. Estendemos, por isso, as possibilidades da Escola, sugerindo cursos que visam habilitar a Mulher para a conquista do pão de cada dia quando as circunstâncias da vida, assim exigirem. E, tudo isto, Sr. Presidente, sem esquecer que "nem só do pão vive o homem".

Estas as causas que nos levaram a formular a sugestão ao Governo, cujo teor passo a ler, antes de enviá-la à Mesa para os devidos fins.

#### INDICAÇÃO:

"Art. 1º - A Escola Profissional Feminina tem por fim a formação de artífices, mediante a aquisição de conhecimentos técnico-profissionais, baseada numa cultura propedêutica capaz de possibilitar a exata compreensão social das profissões.

Art. 2º - Haverá na Escola Profissional Feminina, com a duração de dois anos, os seguintes cursos:

I - TÉCNICO-PROFISSIONAL, com as seções de:

- a) Corte e confecções;
- b) Bordados e rendas;
- c) Flores;
- d) Chapéus e artes aplicadas;

- e) Secretária (estenografia, datilografia e correspondência comercial);
- f) Pintura;
- g) Educação doméstica (arte culinária e artes domésticas).

II - CULTURA GERAL, com as cadeiras de:

- a) Português;
- b) Aritmética;
- c) História do Brasil;
- d) Geografia do Brasil e do Estado;
- e) Desenho;
- f) Noções de Ciências.

III - CULTURA ESPECIALIZADA, com as cadeiras de:

- a) Higiene;
- b) Puericultura;
- c) Economia e Contabilidade doméstica;
- d) Educação Social.

Art. 3º- O curso de CULTURA GERAL será obrigatório para as alunas que só tiverem o curso primário.

Art. 4º- O curso de EDUCAÇÃO DOMÉSTICA, bem como o de CULTURA ESPECIALIZADA serão obrigatórios a todas as alunas e visarão à formação de donas de casa.

Art. 5º- As artes culinárias compreenderão feitura de salgados, doces e alimentação dietética para a primeira infância e adultos.

Art. 6º- As artes domésticas compreendem costura, engomagem, arranjo do lar, horticultura, criação e jardinagem.

Art. 7º- Os cursos técnicos e práticos serão desenvolvidos concomitantemente com os cursos de cultura.

Art. 89- O número de aulas de cada disciplina e das seções e a sua disposição pelos dias da semana constarão do respectivo regulamento.

Art. 99- Revogam-se as disposições em contrário".

---

**Nota:** Antonieta de Barros. "Importante indicação da Profª Antonieta de Barros - PSD - na Assembléia Legislativa". *O Estado*, 31 de agosto de 1948.



Cria a cadeira de Diretor do Grupo Escolar no Quadro Único do Estado.

O presidente da Assembléia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada no Quadro Único do Estado, a cadeira de Diretor do Grupo Escolar, de conformidade com a tabela anexa que integra esta lei.

Art. 2º - O ingresso à classe inicial da carreira de Diretor do Grupo Escolar será eleito por concurso de título de provas, realizado entre os ocupantes da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado, que não tenham penalidade nos últimos três anos, lotados nos Grupos Escolares e com exercício anterior de cinco anos, pelo menos;

Parágrafo Único - O Departamento de Educação publicará, no Diário Oficial do Estado, o edital competente.

Art. 3º - Os candidatos à nomeação para a classe inicial de Diretor de Grupo Escolar são inscritos mediante requerimento dirigido ao Secretário da Justiça, Educação e Saúde, e instruído com os seguintes documentos:

1º - ficha de assentamento fornecida pelo Departamento de Educação;

2º - Boletim, modelo oficial, fornecido pelo Diretor de Grupo Escolar, Auxiliar de Inspeção ou Inspetor Escolar, com o visto do interessado, e com os seguintes dados:

a) tempo de exercício, contado em meses, desprezadas as frações, computando-se um ponto por mês, até o máximo de 180 (cento e oitenta) pontos;

b) número de aulas - dia do candidato, multiplicado por um décimo;

c) frequência média anual da classe;

d) número de alunos promovidos no ano letivo não dando direito à inscrição, promoção inferior a seis, em primeiros anos com alunos que, ao matricularem-se, não falavam o idioma nacional; inferior a doze, nos primeiros anos de classes fracas de segundos, terceiros e quartos anos; inferior a dezoto, nas classes não selecionadas, médias e fortes de segundos, terceiros e quartos anos.

I - Para a classificação dos candidatos, multiplica-se por um o nº de alunos promovidos nas classes fortes, por um e três décimos nas classes não selecionadas; por um e cinco décimos nas classes médias e por um e nove décimos, nas classes fracas.

II - Para a classificação dos candidatos que rejam primeiros anos com os alunos que, ao matricularem-se, não falavam o idioma nacional, computar-se-á a promoção da seguinte forma: multiplica-se por um e nove décimos, o nº de alunos promovidos que falavam o idioma nacional e por quatro, o nº de alunos que, ao matricularem-se, não falavam o idioma nacional.

e) Aos professores encarregados das associações auxiliares da escola que permanecerem como orientadores, durante todo o ano letivo, nos termos do Decreto nº 2991, de 28 de abril de 1944 e Decreto 3735, de 17 de dezembro de 1946, inclusive tesoureiro da caixa escolar e orientador de cooperativa escolar, serão contados três pontos, por ano de exercício nessas funções;

f) Total, até décimos, nos pontos obtidos com essas parcelas.

§ 1º - Os cálculos aludidos nas letras b, c, d e e do inciso II, deste artigo, referem-se aos dois últimos anos de exercício, extraída a média, e serão aproximados até décimos.

§ 2º - Serão acrescidos vinte pontos ao total obtido aos que possuírem Certificado de Conclusão de Curso de Administração Escolar.

§ 3º - Não poderão inscrever-se os candidatos que tiverem menos de cento e dez pontos.

Art. 4º - Os requerimentos serão encaminhados, por intermédio das inspetorias escolares, ao Departamento de Educação, na primeira quinzena após o encerramento do ano letivo.

§ 1º - Em correspondência remetida ao Departamento de Educação no prazo referido neste artigo, o Inspetor Escolar prestará fundamentada informação sobre os candidatos.

§ 2º - As informações desfavoráveis, se forem aceitas, determinarão a recusa de inscrição, dando-se ciência ao interessado.

§ 3º - Dessa decisão caberá recurso ao Secretário da Justiça, Educação e Saúde.

Art. 5º - O Departamento de Educação publicará até vinte e cinco dias antes do início do ano letivo, a lista dos

inscritos, e marcará dia e hora para a realização do concurso de provas.

Art. 6º - O concurso constará de prova escrita sobre tese de pedagogia, compreendendo questões de Didática e de Administração Escolar, sorteados no momento, e será realizado no Departamento de Educação.

§ 1º - A prova terá duração de três horas, a contar do sorteio da tese, não sendo permitida a permanência no recinto, senão dos membros da banca examinadora e dos candidatos.

§ 2º - Os papéis das provas, que não poderão ser assinadas, terão uma parte a ser destacável, antes do julgamento, que conterá além do nome do candidato, o mesmo algarismo com que elas forem numeradas, para serem, posteriormente, identificadas pelo presidente, a quem caberá, igualmente, a sua numeração.

§ 3º - A banca examinadora será constituída do Diretor do Departamento de Educação como Presidente, e de mais três membros, Inspectores Escolares, Diretores ou Lentes do Instituto de Educação e Escolas Normais do Estado, designados todos pelo Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Educação e Saúde, por proposta do Departamento de Educação.

§ 4º - Será desclassificado o candidato que não comparecer à prova escrita ou alcançar média inferior a cinqüenta.

§ 5º - A nota da prova será a média aritmética das notas dos membros da banca examinadora, graduadas de zero a cem, e aproximadas até décimos.

§ 6º - O julgamento das provas deverá estar terminado dez dias após a realização do concurso e o resultado com a classificação dos aprovados será, imediatamente, publicado no Diário Oficial do Estado.

Art. 7º - A classificação do candidato será obtida pela soma aproximada de décimos dos seguintes elementos:

- a) Total de pontos referidos no artigo 3º dividido por dez;
- b) Média referida no § 5º do artigo anterior, dividido por dois.

Parágrafo Único - Antes da classificação final, serão acrescidos ao total de pontos, referidos neste artigo:

- a) três pontos ao candidato casado ou viúvo, com filhos menores e ao que provar ser arrimo de família;
- b) Mais um ponto por filho menor, ao candidato casado e aos viúvos de ambos os sexos;
- c) serão acrescidos cinco pontos aos candidatos classificados que não hajam conseguido nomeação por falta de vagas.

Art. 8º - É obrigatória a aceitação da nomeação para Grupo Escolar de qualquer categoria, sob pena de reverter o Diretor a sua anterior classe, na carreira de Professor Normalista do Quadro Único do Estado.

Art. 9º - A classificação do concurso para Diretor de Grupo Escolar, a que se refere esta Lei, é válida por dois anos, e os candidatos classificados serão nomeados à medida que se forem verificando vagas, obedecendo-se rigorosamente, à ordem de classificação.

Art. 10 - O ocupante da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado, que exerça a função gratificada de Auxiliar de Direção, e conte dois anos, pelo menos, no exercício desta função, poderá inscrever-se nos termos desta Lei, no concurso para ingresso à classe inicial da carreira de Diretor do Grupo Escolar com os seguintes pontos:

- I - Um por mês, até o máximo de cento e oitenta, cor-

respondente ao tempo de exercício, contado em meses, desprezadas as frações;

II - frequência média anual do estabelecimento, dividida pelo número de classes;

III - promoção do estabelecimento, dividido pelo nº de classes.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 - No concurso de ingresso à classe inicial da carreira de Grupo Escolar, do Quadro Único do Estado, dentre os candidatos, com igual nº de pontos, terá preferência o que tiver certificado de conclusão do Curso de Administração Escolar; persistindo a igualdade, o de maior tempo no exercício do Magistério; persistindo, ainda, a igualdade, o mais idoso.

Art. 12 - Dentro de três dias, contados da publicação no Diário Oficial do Estado, caberá recurso para o Secretário da Justiça, Educação e Saúde, da classificação dos candidatos ao concurso o previsto nessa Lei.

§ 1º - Impetrado o recurso, deverá ser informado pelo Departamento de Educação, dentro de quarenta e oito horas, e, em igual prazo decidido.

§ 2º - A petição do recurso deverá ser assinada pelo candidato ou procurador legalmente habilitado, sob pena de se não tomar conhecimento do recurso.

Art. 13 - Serão distribuídos os atuais ocupantes da função gratificada de Diretor de Grupo Escolar pelas classes da carreira de Diretor do Grupo Escolar, a que se refere essa Lei, respeitada a sua situação atual na ordem decrescente da antigüidade na classe.

Art. 14 - Para efeito de promoção, serão os atuais ocu-

pantes da classe "G", da carreira de Professor Normalista, abrangidos por esta Lei, classificados por ordem de antiguidade, tendo em vista a sua situação nos quadros a que pertenciam anteriormente, e na forma das instruções que, nesse sentido, forem expedidas.

Art. 15 - Os títulos dos funcionários, cujos cargos forem atingidos por esta Lei, serão apostilados pelo Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Educação e Saúde.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1949, revogadas as disposições em contrário.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 17 - Os cargos vagos na carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado, decorrentes desta Lei, exceto os da classe Inicial, não serão providos, senão depois de Setecentos e trinta dias, a contar de 1º de janeiro de 1949".

---

Nota: Antonieta de Barros. "Vai ser criada a cadeira de Diretor de Grupo Escolar". A Profª Antonieta de Barros - PSD - apresentou a seguinte indicação.

Sr. Presidente.

Até a criação do IAPC, os professores particulares, entre nós, tinham uma triste perspectiva do futuro. Trabalho sem margens à economia, não lhes podia ser sorridente a visão do amanhã.

Era a certeza duma velhice, completamente, desamparada; era a angústia de prever que a sua morte envolveria todos quantos deles dependessem, no mais completo desamparo.

Daí, a idéia de dar aos professores, que até então, os Governos não haviam percebido, a possibilidade de inscrever-se no Montepio dos Funcionários Públicos do Estado.

Não era tudo, não era o bastante, mas era alguma coisa, para quem não tinha nada. Esta a razão do Parágrafo Único, do artigo 160 da Constituição de 35, que os constituintes de 47 houveram por bem conservar, e que procuramos regulamentar, com o projeto de lei que passamos a ler.

#### Projeto de Lei

Faculta o Montepio aos professores particulares.

Art. 1º - Aos professores particulares, brasileiros, cujas escolas estejam registradas no DE, é facultado inscrever-se no Montepio dos Funcionários Públicos de Santa Catarina.



Art. 2º - A inscrição dependerá de requerimento do interessado.

Art. 3º - Do requerimento de inscrição deve constar:

- a) Nome completo;
- b) Idade (dia do mês, ano);
- c) Lugar de nascimento;
- d) Escola em que leciona; local em que está situada;
- e) Estado civil;
- f) Filiação;
- g) Vencimentos mensais;
- h) Residência.

§ 1º - O requerimento deve ser acompanhado do certificado de registro da escola no DE e atestado médico passado por junta médica oficial.

§ 2º - Se a escola tiver diretor, o requerimento deve ser encaminhado, por intermédio da Direção.

Art. 4º - As contribuições serão pagas ao Tesouro do Estado, na Capital e às Coletorias, no interior, mediante guia fornecida pelo Inspetor Escolar da Circunscrição.

Parágrafo Único - O pagamento pode ser mensal, bimestral, trimestral ou anual.

§ 2º - O pagamento mensal será feito até o 10º dia do mês seguinte ao vencido; as demais modalidades de pagamento serão feitas, adiantadamente.

Art. 5º - O pagamento adiantado não trará vantagens para contagem de tempo, que diga respeito à Lei do Montepio.

Art. 6º - Calcular-se-á contribuição sobre os vencimentos dos professores públicos, sendo a base mínima, os vencimentos dos complementaristas.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data da sua pu-

blicação; revogadas as disposições em contrário.

---

**Nota:** Antonieta de Barros. "Novo projeto da Profª Antonieta de Barros". O Estado, 28 de setembro de 1948.

Sr. Presidente.

Do expediente, ontem, lido nesta Casa, constou um telegrama de São Paulo, pedindo a adesão de S.C., por meio dos representantes do povo, a instituição do Dia do Professor, a 15 de outubro.

Não há, Sr. Presidente, quem não reconheça, à luz da civilização, o inestimável serviço do professor.

Graças à grandeza do seu esforço, do seu trabalho, da sua abnegação, é que se modificam caminhadas, rasgando-se horizontes e favorecendo escaladas.

Ao calor do seu entusiasmo, à grandeza do seu coração, é que as criaturas se enriquecem de humanidade compreensiva e consciente.

Missão sublimada pelo infinito de renúncias que a caracterizam, o Magistério é uma grande força que impulsiona para o alto os povos e as nacionalidades. O apelo que nos vem de S.P. leva-nos a apresentar o projeto de Lei, instituindo o 15 de outubro, como Dia do Professor.

Quinze de outubro tem, na vida educacional do país, um significado que se liga diretamente ao Mestre, porque relembra o primeiro passo dado para a conquista e realização do que somos como povo culto.

Secundando os brasileiros de S. Paulo, os brasileiros de S.C., se se converter, em lei o projeto que vamos apresen-

tar, renderão justa homenagem à grande Legião Anônima dos que, segundo o grande filósofo argentino, constroem as Pátrias com a força invencível e luminosa do abc.

É do teor seguinte o projeto que submeto à apreciação dos meus nobres pares, passando-o às mãos de V. Ex<sup>a</sup> e para o qual requeiro a urgência regimental.

#### PROJETO DE LEI

Institui o Dia do Professor e declara-o feriado Escolar.

Art. 1º - FICA INSTITUÍDO O DIA DO PROFESSOR, que se comemorará a 15 de outubro, e será feriado escolar.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

S.S. 5/X/1948.

Antonieta de Barros"

---

Nota: Antonieta de Barros. "A Sra. Antonieta de Barros do PSD. O Estado, 05 de outubro de 1948.

Sr. Presidente.

Pedi a palavra, a fim de justificar o Projeto de Lei que enviei à mesa.

Versa ele sobre o Montepio dos Funcionários Públicos do Estado, que se regula pelo Decreto 31 de 29 de maio de 1934 e por grande número de Decretos, com que o Governo lhe procurou corrigir as deficiências e atualizá-lo.

No trabalho que vamos apresentar à consideração da Casa procuramos consolidar toda a legislação sobre o assunto, acrescentando alguma coisa que julgamos necessária e oportuna.

É sobre as medidas que introduzimos na Lei, que queremos referir-nos, neste instante.

O capítulo dos Empréstimos mereceu-nos algumas modificações. É que, Sr. Presidente, sempre nos preocupamos com os desequilíbrios financeiros que a morte acarreta nos lares onde a Fortuna não sorri, como são, em geral, os dos funcionários. E a vida, ao nosso ver, Sr. Presidente, terá um outro sentido, mais elevado e perfeito corrigindo-se os desníveis da fortuna, quando os homens atentarem na necessidade de deixar de ser eu, para ser nós.

Assim é que elevamos a taxa dos Empréstimos Ordinários de 8%, para 10%. Dois por cento a mais de que a atual. E o fizemos, para que esse excesso, à maneira como fazem as instituições de Previdência, constitua uma conta especial, sob

a rubrica Empréstimos Desertos. Morto o funcionário que tenha feito Empréstimo Ordinário ou Rápido e não o tenha liquidado, a família nada ficará a dever ao Montepio, uma vez que os Empréstimos Desertos cobrirão o saldo devedor. Não perde o Montepio, não se aflige a família, pela subtração na pensão, que deve receber. O empréstimo de Previdência que soluciona o problema da casa própria, para os funcionários, em geral, absorve quase completamente, a pensão, no caso de falecimento do mutuário. Daí o artigo 47 que obriga o Seguro Imobiliário. E fomos além, Sr. Presidente. Na hipótese, de o mutuário falecer no período de carência, do seguro de obrigação imobiliária, a taxa dos juros do Empréstimo será extinta. O Montepio, assim não ganhará, mas não perderá, também, receberá o que emprestou, tão somente.

Ter uma casa é um sonho de toda a gente. Mas acontece que, muitas vezes, marido e mulher são funcionários. O empréstimo a que cada um tem direito, não chega, para a compra da casa. E a família, não tem o seu teto próprio, porque a lei não permite unificar os empréstimos, para a compra do imóvel, que será o da família. Isso, também, procuramos corrigir.

Outro ponto de que tratamos, Sr. Presidente, foi o do Seguro em Grupo. O seguro de vida é, em geral, uma preocupação para os que têm família. Os que têm pequenos vencimentos, não só se preocupam, como se torturam, porque o seguro de vida individual é pesado, para as bolsas anêmicas. Daí termos pensado no seguro em grupo, cujo pagamento em prestações mensais, resolve o problema. E, sr. Presidente, posso testemunhar que, assim, é, porque, quando dirigíamos o Instituto de Educação, estabelecemos esta modalidade de seguro para os lentes e funcionários, e a morte de um dos funcionários veio provar-nos o

acerto da medida, uma vez que a família pôde fugir ao desequilíbrio financeiro que acompanha o luto, nos lares pobres.

Atentamos, ainda, no caso dos beneficiários. Há contribuintes que não têm nenhum dos beneficiários de que trata o Decreto 31 de 29 de maio de 1934, mas que criaram uma criança e, se não podem adotá-la, nada lhe deixarão, porque a lei não prevê esta hipótese. Daí o parágrafo 1º do artigo 18, diz: na falta dos beneficiários de que trata este artigo, poderá o contribuinte, em casos especiais e a juízo do Governador do Estado, instituir um beneficiário.

Há, ainda, sr. Presidente, outros pontos de que tratarei, quando da discussão da matéria, para, no momento, não cansar a delicada atenção dos que me dão a honra de escutar-me.

Passo, pois, às mãos de V. Ex<sup>a</sup>, para os devidos fins, o projeto em apreço.

---

**Nota:** Antonieta de Barros. "Dando sentido moderno à Previdência do Montepio Estadual". O Estado, 20 de outubro de 1948.

"Há nomes, há homens que são verdadeiros imperativos a nossa admiração. É trazida por um desses imperativos que me encontro no alto desta tribuna, para, em nome da minha bancada, render homenagens ao grande Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, na data que lhe marca o 19 centenário de nascimento.

Falar sobre Nabuco nesta culta assembléia é obra temerária, porquanto nada se lhe poderá dizer, de novo. Mas, há instantes em que o silêncio é injustificável. Falemos, pois.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Dentro do mundo civilizado, os construtores das pátrias não são tão só, tais somente, os que empunham as armas e solidificam o futuro e a glória com a argamassa de sangue, mas, também, os que opõem à descrença, ao ceticismo e à anarquia, a robustez da sua fé criadora, a opulência da sua ação progressista, que a flor azul do Ideal elevado perfuma e aformoseia; mas, também, os que pregam e praticam o Bem e, no meio do egoísmo que seca, aniquila e mata as almas, são facho luminosos a indicar horizontes largos e claros, onde o homem possa viver, sem ofuscar, torcer ou quebrar a sua dignidade de homem".

(...)

"Nabuco é eterno, como eterna é a Pátria que ele ajudou a construir. Lembrando-lhe o nome e os feitos, nesta data, Sr. Presidente, requeremos a V. Ex<sup>ã</sup> consulte a Casa se



consente se insira na ata dos nossos trabalhos o voto de júbilo profundo pela felicidade de o Brasil possuir tão grande filho e que desta homenagem se dê ciência a sra. Carolina Nabuco, sua nobre filha, dizendo da emoção com que o fizemos."

**Nota:** Antonieta de Barros. "Trechos do discurso da Deputada Antonieta de Barros". *O Estado*, 20 de agosto de 1949.

9. OUTROS

Como a ilustre representante pessedista esclarece a sua atuação na Assembléia Legislativa em prol do Magistério Catarinense e da educação popular.

Jornalista — Quererá a sra. dizer-nos alguma coisa sobre os seus trabalhos, na Assembléia? X

Antonieta de Barros — Com prazer. Como sabe, estou de passagem pela Assembléia, por isso tenho procurado aproveitar o máximo desta oportunidade, trabalhando. Apresentamos, já, três indicações e um projeto de lei, todos referentes ao setor educacional. Há mais de vinte e cinco anos, venho vivendo a vida educacional da minha terra. E, mais vivo, mais me convenço de que a solução de todos os problemas que agitam o mundo, está na educação. Daí o rumo dos meus trabalhos, no legislativo.

Jornalista — E a que grau de ensino se referem estes trabalhos?

Antonieta de Barros — Nossa situação, no que diz respeito ao ensino primário, é invejável. Se Vidal Ramos, com a grande reforma, a que se ligou o nome de Orestes Guimarães, nos deu os Grupos Escolares, onde a criança começou a sentir na escola, um ambiente de alegria e conforto, Nereu Ramos e os continuadores da sua monumental obra — Udo Deeke, Aderbal Ramos da Silva e José Boabaid — têm feito da nossa Santa Catarina um modelo, dentro da federação brasileira, no Capítulo

da Educação Primária. Isso tem de ser para nós, em geral, e para mim, em particular como professora, motivo de justificado orgulho.

Jornalista - Começo a perceber, que os seus trabalhos, na Assembléia, não se referem ao Ensino Primário...

Antonieta de Barros - Justamente. O projeto de Lei regula a concessão de Bolsas Escolares para os cursos superiores, técnicos, normais. Regulando-a, o nosso principal objetivo foi aproveitar as inteligências e vocações, que as condições financeiras impossibilitam de avançar, e realizar. Quisemos abrir as portas ao merecimento. Daí ter concluído entre as condições para alcançar a Bolsa, certificado com aprovação mínima, grau sete.

Jornalista - E não acha muito o limite?

Antonieta de Barros - Em absoluto. Entendo que as bolsas devem ser um prêmio ao mérito.

Condicionar a concessão em aprovação inferior seria estimular a falta de carinho, com que — nós, os professores, notamos — se vem encarando os estudos. Dentro dos nossos dias, o objetivo, em geral, é alcançar um certificado ou um título. É um dos característicos da época em que vivemos... sinal dos tempos, meu caro Jornalista... Mas, voltemos às bolsas: o Projeto dá, ainda, ao bolsista, a obrigação de restituir ao Estado, o auxílio recebido, que irá constituir um fundo para Bolsas Escolares. O Estado, assim, encontrará facilidade em aumentar o número de bolsistas e estes, além do prazer moral de ter podido custear os estudos, auxiliarão outras vocações a se realizarem. É do domínio de todos que constituem exceções os bolsistas que formados, venham emprestar suas atividades à vida da nossa terra. É um meio de não se perder tudo...

Jornalista - E sobre as indicações de que nos falou?

Antonieta de Barros - Uma refere-se à Escola Profissional Feminina; as duas outras às carreiras de Diretor de Grupo Escolar e Inspetor Escolar.

Se, no ensino primário, no momento, nada temos que melhorar, quer sob o ponto de vista das instalações, quer sob o ponto de vista didático, o mesmo não acontece em outros graus de ensino. Haja vista o nosso Instituto de Educação, cuja matrícula aumenta de ano para ano, tornando-o exíguo para as suas finalidades.

Jornalista - E não pretende o Governo melhorar esta situação?

Antonieta de Barros - Pretende sim, e temos fé que concretize a construção de um prédio, como o Departamento, e nós, os do Instituto, sonhamos e sentimos ser preciso, e onde, ao conforto para Mestre e alunos, venha casar-se todo o rigor das exigências da moderna Pedagogia... Mas, como lhe dizia, a Escola Profissional Feminina é a única, mantida pelo Estado, que dá à Mulher, conhecimentos técnico - profissionais. E, por isto mesmo, é preciso alargar as possibilidades da Escola. Sugerimos a criação de novas sessões profissionais e de um curso de Cultura Geral. Sempre me preocupei com este aspecto da Escola Profissional. Nem todas as alunas são diplomadas. Eu entendo que nenhum profissional pode ser completo, se não tiver os conhecimentos básicos indispensáveis para a vida. Além disto, a Mulher precisa destes conhecimentos, por causa da sua função social de educadora, pela própria destinação. Entre os cursos que sugerimos, está o de Educação Doméstica, que tornamos obrigatório a todas as alunas, e de que faz parte um curso de Cultura Especializada. Este curso formará donas de casa e

possibilitará, com eficiência, a profissão de governantes.

Jornalista - E as outras indicações?

Antonieta de Barros - As outras duas indicações são um complemento do nosso trabalho na legislatura passada, em que apresentamos as leis de ingresso, reversão e remoção, no Magistério, sancionadas no Governo Nereu Ramos. Com essas indicações, procuramos concretizar uma justa aspiração dos nossos dedicados e abnegados professores e inspetores.

Praticamente, as nossas Indicações, visam alargar a carreira de Professor Normalista, visto como a condição básica, para ser Inspetor ou Diretor, é ter sido cinco anos professor. O Concurso dá margem a todos os que querem subir. E todos os nossos professores primários encontrarão, nas perspectivas que se abrem, um grande estímulo e uma real compensação a tantos esforços.

Convertidos em Lei, terão os nossos diretores e inspetores escolares, uma situação estável, o que, a meu ver representa muito, para as finalidades do trabalho que lhes está afeto.

Jornalista - E em que situação ficarão os atuais Inspectores e Diretores?

Antonieta de Barros - A Lei assegura-lhes o direito do cargo efetivando-os. Não podia ser de outra maneira. Os inspetores em função gratificada ficarão na classe inicial "L" e os do cargo extinto, quando vagar, serão distribuídos pelas classes "M" e "N", obedecendo-se ao critério da antigüidade. Este, também, o critério, para a distribuição dos de diretores pelas classes "I", "J", "K".

Jornalista - Pretende apresentar ainda outros trabalhos?

Antonieta de Barros - Estudo outros problemas. Se os con-

cluir em tempo, apresentarei à Consideração dos meus nobres pares, como se diz em linguagem... legislativa...

Jornalista - Espera ver convertidos em Lei todos os seus trabalhos?

Antonieta de Barros - Devo esclarecer-lhe, meu prezado Jornalista, que tanto o nobre Governador do Estado, como o Dr. Armando Simone Pereira, ilustre Secretário da Justiça, Educação e Saúde, como o Dr. Elpídio Barbosa, incansável Diretor do Departamento de Educação — todos grandes amigos dos professores e partidários de uma educação, sempre melhor — aplaudiram, com simpatia, as medidas sugeridas, quando lhas submetemos à esclarecida inteligência.

Ademais, os nobres dirigentes do Estado e os representantes do nosso grande povo, na Assemblêia, compreendem, perfeitamente, os anseios da classe que trabalha pelo ideal duma Pátria forte e rica, pela cultura de seus filhos.

---

**Nota:** Entrevista. "O Estado ouviu a Professora Antonieta de Barros". O Estado, 11 de setembro de 1948.

Por uma de deferência, que muito me honra e me sensibiliza, quiseram os vossos amigos se elevasse a minha voz, nesta reunião festiva, para dizer da afetividade que nos congrega em torno de vós.

E, porque sempre entendi que, na pessoa do Amigo, se esbate a do Professor que já nos deixou de ser, aceitamos a incumbência, pois se à Mestra de ontem, faltam recursos para tarefa de tamanha monta, à Amiga de hoje, não falta coração para bendizer e viver a pureza deste momento de harmoniosa beleza cordial.

Mentiríamos a nós mesmas, se não reconhecêssemos na causa desta reunião, o império absoluto de uma coação sem limite. E mentiríamos, porque ela é sensível e palpável. O seu poder é tal, que nós, os que vós temos como Chefe, preferíamos desobedecer ao Diretor, a deixar de festejar o Amigo. E não fomos nós, tão somente nós, os que a vossa bondade no dirigir e orientar transformou em amigos, os únicos a sentirem a influência desta coação extraordinária. Outros amigos vossos, para além do círculo dos vossos subordinados, foram, também, atingidos por ela.

E todos, corações a comungar do mesmo sentir e dominados por essa coação sem limite, mas, deixai que vos diga, agradável a nossa afetividade, aqui estamos, nesta parada de amizade, para assinalar o vosso aniversário. Sim, Sr. Elpídio Bar-



bosa, que esta festa é uma esplêndida imposição das vossas nobres qualidades morais.

Tão alto chegaram elas que as próprias pedras que vos quiseram atirar, aparadas pelos vossos amigos, antes que vos atingissem, se converteram em flores, para tocar-vos o caminho de maior admiração, de mais larga simpatia e de apreço mais profundo.

A evolução dos costumes e todas as variantes do progresso humano não conseguiram até os nossos dias, destruir o fascínio, poder magnético do Bem, da Bondade e das escaladas construídas e iluminadas pelo próprio homem que as palmilha.

E, quando as criaturas abraçam uma causa nobre e a elas se dão com a coragem, o despreendimento, o zelo e o esforço ilimitados dos idealistas, esta coragem, este despreendimento, este zelo e este esforço são forças propulsoras que as elevam, impondo-as à admiração, à estima e aos aplausos dos que, ainda, têm olhos para ver e coração para sentir a beleza daqueles predicados incomuns, únicos capazes de estabelecer a verdadeira aristocracia entre os homens.

Aquele, nobre Amigo, tem sido o vosso comportamento, dentro da vida. Não vos moleste, pois, à expansão da nossa simpatia.

Escolhido por Nereu Ramos, para dirigir o delicado e complexo setor educacional, tendes correspondido à confiança daquele grande homem público e dos Governos que o sucederam com uma obra admirável, em que o professor que sois, resalta a todo momento.

Do que era simplesmente, uma função pública, fizeste um apostolado. O Governo pedia-vos a inteligência. Deste-lhe inteligência e coração.

A vossa dinâmica e inteligente capacidade de trabalho atesta-se, desde a remodelação e reorganização do vosso Departamento, desde as bibliotecas, para o aprimoramento intelectual dos educadores catarinenses até o conagraçamento da classe na Beneficência dos Professores; desde a lição de solidariedade cristã vivida pelos nossos pequeninos com a campanha dos cr\$ 0,10 (dez centavos) para o Natal dos Lázarus, desde o estudo carinhoso dos problemas educacionais que interessam a infância e a juventude das nossas escolas, até o amparo moral aos professores, com quem comungais nas aspirações e cujos direitos defendeis, impessoalmente, colocando-vos acima de vós mesmo.

E a confiança, e a naturalidade com que os escolares menos favorecidos pela sorte sobem as escadas do vosso Departamento, em busca do papel e do lápis que lhes falta, valem por um admirável poema de sabedoria e de compreensão humana, no dirigir um setor como o da Educação.

Daí a nossa amizade em festas neste vosso dia.

Daí as palmas que os nossos corações vos trazem pela caminhada cheia de Sol da Bondade.

Com esta homenagem, singela como a verdade, Sr. Dr. Elpídio Barbosa, queremos fazer justiça aos méritos do Chefe que se oculta, cuidadosamente no Amigo; ao Amigo, que não falta nunca; ao Professor que, tendo subido, um a um, os degraus do Magistério, fez dessa ascensão uma aprendizagem para o bem da classe; queremos fazer justiça ao civismo do catarinense, cuja passagem pela Direção do Departamento de Educação, tem sido uma proveitosa sementeira de luz, para o futuro educacional da nossa terra.

Aceitai-a. E que o Senhor vos permita, vida a dentro, a continuidade do esplendor do trabalho edificante, com que engrandeceis a nossa S. Catarina, dentro do Brasil.

Senhores, ao Dr. Espídio Barbosa, com toda a nossa simpatia, pela sua felicidade pessoal e de sua digníssima família!

Nota: "Discurso da Profª Antonieta de Barros, no banquete oferecido ao Dr. Elpídio Barbosa, anteontem, no Clube Doze de Agosto." O Estado, 4 de setembro de 1949.